



**Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Instituto de Ciências Humanas**

HUMANITAS

Revista do ICH

Revista Humanitas - Vol. I - Nº 1 - Agosto 1997

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Juleusa Maria Theodoro Turra

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Dr^a Dulce Maria Pompeo de Camargo



Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Instituto de Ciências Humanas

HUMANITAS

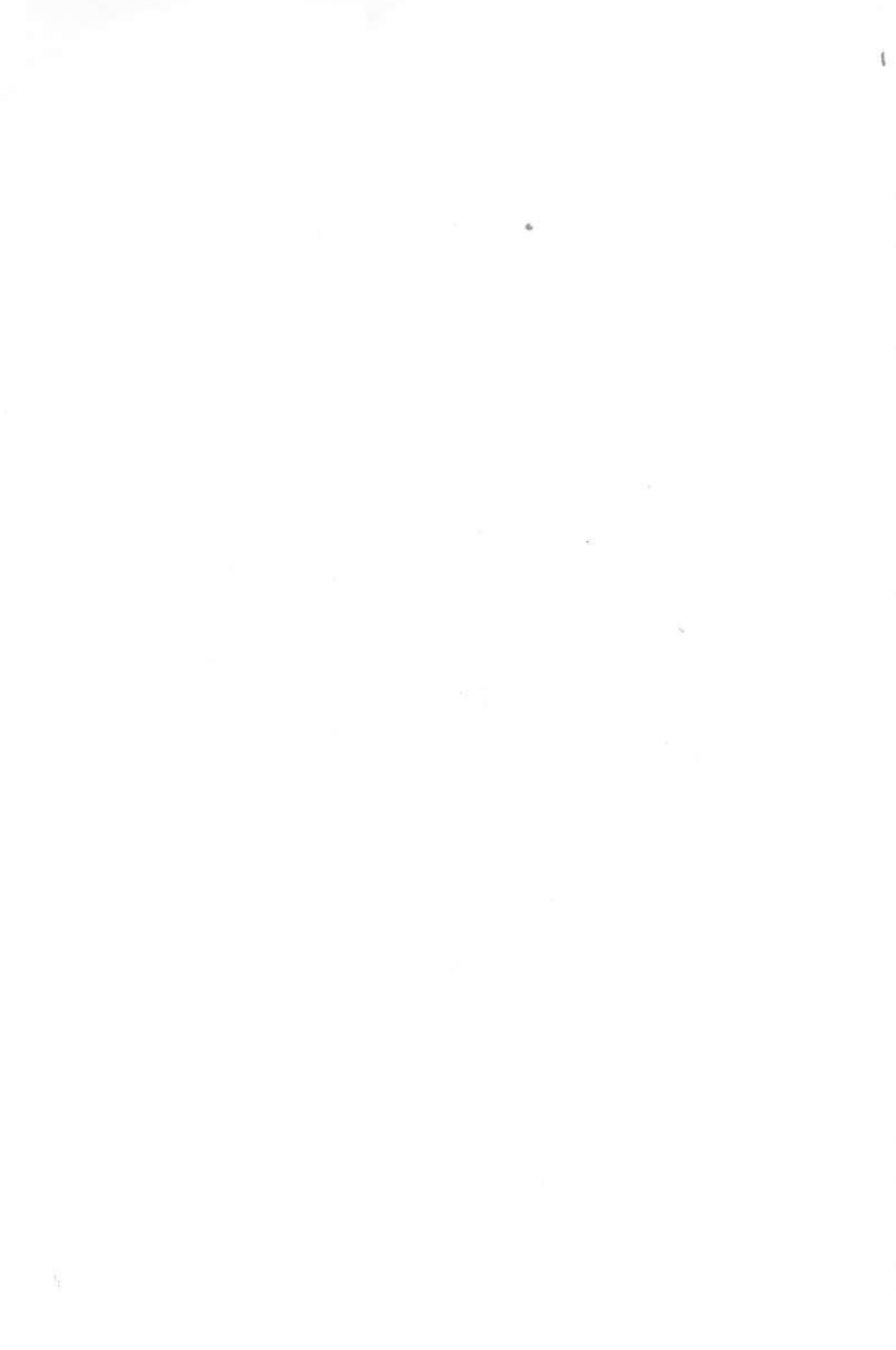
Revista do ICH

Revista Humanitas

Volume I

Nº 1

Agosto 1997



SUMÁRIO

Apresentação	5
---------------------------	---

ARTIGOS

Thales de Andrade , A esfera técnica e o ambiente: algumas questões teóricas	7
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa , Qualidade de vida e trabalho: perspectivas e possibilidades	44
Antonio Carlos Pinheiro , O espaço urbano e a questão ambiental	58
José Graziano da Silva , Reforma agrária	75
Mirza Pellicciotta , Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas	96
Rui Ribeiro de Campos , O espaço geográfico e o pensamento da Grécia Clássica	125
Lilia Inés Zanotti de Medrano , Imigração e Trabalho: Os Italianos e a navegação fluvial no contexto platino (Século XIX)	178
Patrícia Vieira Trópia , Sindicalismo neoliberal: uma contra-dição em termos, uma possibilidade prática	197

RESENHAS

Glaura Maria Miné Paiva Leone. Os Catolicismos Brasileiros , Arnaldo Lemos Filho	210
---	-----



APRESENTAÇÃO

Este primeiro número da **HUMANITAS - Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas** - apresenta artigos escritos por professores dos Departamentos de Ciências Sociais, Geografia e História, divulgando, desta maneira, parte da produção acadêmica de nosso Instituto.

Como há de parecer evidente nossa revista não contempla um só tema abordado, assim como não atende a um campo específico da produção e do conhecimento acadêmico das Ciências Humanas. É nossa intenção com este primeiro número da **HUMANITAS** explicitar a viabilidade proporcionada por um vies multidisciplinar no estudo das Ciências Humanas. As diferentes abordagens aqui apresentadas, nos campos das Ciências Sociais, da História e da Geografia, mostram a profícua pluralidade temática que entendemos ser um bom caminho a ser percorrido.

O artigo do Prof. Thales Haddad Novaes de Andrade traz uma discussão sobre algumas questões teóricas relativas ao fenômeno técnico e sua relação com a problema ambiental. Resgatando a dicotomia cultura/técnica chamar atenção para a situação de conflito existente entre o desenvolvimento humano construído a partir da manipulação de objetos técnicos e sua relação com a sociedade e o meio ambiente.

A Prof^a Sônia Regina de Cal Seixas G. Barbosa propõe uma análise em torno da problemática das transformações sócio-ambientais, da qualidade de vida e, particularmente, das condições de trabalho e suas conseqüências para a saúde do trabalhador. A autora nos remete às condições de justiça social, de democracia e de ética, valores de fundamental importância para que as condições de vida e de trabalho possam ser tratados de forma abrangente.

Numa outra perspectiva, o artigo do Prof. Antonio Carlos Pinheiro aborda a questão ambiental e sua relação com a sociedade e o espaço urbano. Resgatando os diversos elementos que constituem essa relação, o artigo conduz a uma reflexão sobre as condições existentes, no presente, para buscar novas alternativas que possam interferir na realidade sócio-ambiental.

O Seminário do Prof. José Graziano da Silva foi centrado no problema agrário e sua dimensão para o Brasil. O autor nos conduz a refletir sobre a dificuldade de pensar-mos numa reforma agrária que seja exclusivamente agrícola, sem levar em consideração os inúmeros problemas urbanos que se relacionam de uma ou de outra forma com as questões rurais.

A Prof^a Mirsa Maria Baffi Pellicciotta traz indicações sobre os subsídios históricos que podem compor um estudo sobre o processo de urbanização campineiro. Sua abordagem sugere um conjunto de referências e possibilidades investigativas para o entendimento deste processo.

O artigo do Prof. Rui Ribeiro de Campos apresenta demonstrativos de como a Geografia pode oferecer instrumental para a análise do espaço social. Esse imbricamento das realidades física e social é demonstrado através de uma abordagem relativa ao pensamento clássico grego.

A Prof^a Lília Inés Zanotti de Medrano no artigo referente a inserção de grupos étnicos - particularmente italianos procedentes da Ligúria - nas atividades de transporte e comércio fluvial realizadas na região platina durante o século XIX, propõe recuperar historicamente a diversidade sócio-cultural e ocupacional do mundo comercial platino.

O artigo da Prof^a Patrícia Vieira Tropicia faz uma reflexão crítica sobre o neoliberalismo, sua argumentação e teoria, procurando observar como uma realização doutrinária se dá nas atividades sindicais. Propõe um exercício de análise sobre as contradições e condições de aplicação do pensamento liberal no ambiente sindical brasileiro contemporâneo.

A Prof^a Glauro Maria Miné Paiva de Leone, apresenta a resenha do livro *Os Catolicismos Brasileiros*, do Prof. Arnaldo Lemos Filho, obra que procura através da análise das estruturas das paróquias itaperenses olhar para a diversidade ideológica e a diversidade de catolicismos.

Desde já anunciamos nossa disposição em receber artigos e demais trabalhos oriundos de outras Unidades da PUC-Campinas, outras Universidades e Institutos de Pesquisa. Pretendemos que o debate e as diferentes discussões temáticas nas Ciências Humanas encontrem, também aqui, um local profícuo para sua realização.

Finalizando, queremos agradecer os esforços e as atenções dos funcionários e professores que estiveram envolvidos direta ou indiretamente com esta publicação.

A ESFERA TÉCNICA E O AMBIENTE: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Thales de ANDRADE*

1 . INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista apresenta determinadas configurações que incidem diretamente sobre as condições de sustentabilidade. E mais do que qualquer outra formação social conhecida, ela cria de diferentes maneiras situações que repercutem fortemente sobre a capacidade de suporte do ambiente. A título de exemplo pode-se apontar que o princípio de representatividade política e as atribuições legais modernas demarcam os contornos para a implementação de programas ambientais; a organização do mercado estipula as formas de utilização da matriz energética da biosfera; e os projetos na área de biotecnologia intervêm nos códigos genéticos de diversas espécies criando condições ecossistêmicas e de propriedade intelectual inusitadas.

Evidentemente, em sociedades pré-capitalistas alguns desses fatores também são perceptíveis. O ambiente passa a ser construído real e idealmente a partir das diferentes formas de pressão social oriundas da ação antrópica. A organização do trabalho familiar, a divisão das tarefas e as normas religiosas propiciam os parâmetros

(*) Professor convidado do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas ICH, PUC-Campinas.

para o relacionamento com os elementos advindos do ambiente (GODELIER, 1984).

Porém as diferenças de amplitude no que tange às pressões antrópicas entre as chamadas sociedades tradicionais, a despeito de suas particularidades, em relação ao capitalismo, devem ser salientadas. Pode-se tentar dividir essas manifestações díspares em termos tanto quantitativos como qualitativos, ou seja, enquanto abrangência e disseminação pelo tecido social, e como redefinição das práticas que instituem a sociabilidade contemporânea.

Quantitativamente, a capacidade de degradação ambiental por parte do capitalismo não possui precedentes históricos, sendo comparável apenas ao socialismo real. Retomando a exposição de Marx em sua crítica aos economistas liberais (1974), o desenvolvimento das forças produtivas e a normatização operada pelo mercado substituíram o potencial de uso das mercadorias pela sua grandeza estritamente numérica, alçando o valor de troca à categoria de referencial básico para o desenvolvimento social. Assim, os critérios para legitimação de um determinado bem ou serviço não se encontram mais inscritos em uma ordem religiosa ou cultural de deliberação, fenômenos comuns em sociedades tradicionais, mas exclusivamente na dinâmica das trocas de um mercado reificado e marcado pela eficiência produtiva.

A apropriação da natureza nesse contexto resulta em uma crise ecológica inédita, onde muitos percebem a incapacidade do ambiente em suportar indefinidamente as pressões da modernização capitalista, tanto em termos de produção como de consumo¹. A atual busca pela captação de recursos e energia instala uma nova configuração espacial e de relacionamento intergeracional frente às condições ambientais. Pode-se afirmar que a dimensão quantitativa da exploração dos recursos naturais é a mais nítida, observável sem grandes esforços, especialmente no contexto de centros urbanos de países industrializados. Não é necessário que se alongue por demais nesse ponto, visto que vários autores de diferentes correntes já se

esforçaram em chamar atenção à extensividade dessa crise (BROWN, 1990; VIOLA, 1987; BOSQUET, 1976).

Em termos qualitativos, o significado da crise ambiental no interior da sociedade de mercado adquire uma especial importância. Compreendê-la implica em atentar para manifestações novas que, inscritas nas formas modernas de organização social, redimensionam o significado da discussão ambiental na contemporaneidade. Dito de outra forma, quais foram os elementos surgidos com o capitalismo que, a despeito de sua extensividade, rompem com os padrões tradicionais de organização social e ecológica? O mundo moderno é detentor de determinadas particularidades que instituem no tecido social práticas produtivas, culturais e científicas inéditas, que por sua vez irão repercutir decisivamente nas formas de apreensão da problemática ambiental.

A hipótese central deste artigo consiste em que, para se compreender a novidade que o capitalismo traz para a dimensão ambiental, é necessário também que se atente às maneiras pelas quais a tecnicidade passa a ser apropriada e operada pelas forças que controlam o mercado, as instituições políticas modernas e as manifestações culturais no contexto da globalização em curso.

A sociedade contemporânea, em seus ramos mais avançados principalmente, institui uma sociabilidade calcada basicamente no manejo racional de dispositivos técnicos que adquirem um grau de autonomia (consubstanciado fundamentalmente na automação) sem precedentes e passam a instituir de volta ao mundo um padrão de organização assentado em suas práticas operatórias. A tecnicidade perde portanto seu caráter original, de instrumento de mediação entre o homem e o mundo, agindo de acordo com as propriedades de cada um deles, e passa a compor um quadro de realidade fabricado no interior de suas próprias engrenagens, e no que costuma ser identificado como sinais de progresso. E todo esse processo de autonomização dos objetos técnicos se desenrola no interior de uma periodização particular, que é distinta tanto dos ciclos bióticos como

dos sociais tradicionais, tendendo a um desenvolvimento linear que prescinde de retornar aos estágios iniciais. A linearidade do desenvolvimento capitalista rompe portanto com a possibilidade de ajuste entre as diferentes temporalidades e coloca em suspensão as possibilidades de uma experiência coletiva de sustentabilidade.

O intuito do presente trabalho representa portanto um esforço para se captar determinados elementos inscritos na contemporaneidade que repercutem qualitativamente sobre as condições de sustentabilidade, sendo que uma dessas abordagens consiste em se discutir atentamente a importância do fenômeno técnico.

O pensamento de G. Simondon, principalmente, e de outros autores serão trabalhados com a expectativa de se fundamentar uma outra percepção acerca dos fenômenos técnicos, enfocando mais diretamente sua relação com a questão ambiental. Sem pretender esgotar as contribuições desses autores, a tentativa desse artigo irá no sentido de apontar que os problemas frequentes que são imputados aos objetos técnicos residem em um desconhecimento tanto de sua constituição como da posição que assumem no mundo, as condições de seu aparecimento e os processos evolutivos que atravessam.

A persistência de um estado de conflito entre a cultura e a técnica reside para Simondon basicamente no desconhecimento acerca da gênese e do posicionamento no mundo dos objetos técnicos, e no não reconhecimento do seu caráter essencialmente humano e, portanto, também sujeito às condições impostas pelo ambiente.

Por fim, a dimensão temporal da sociabilidade moderna necessita também ser abordada, uma vez que através dela pode-se demonstrar os descompassos instituídos entre os ciclos bióticos, sociais e, principalmente técnicos, e que terão ressonância direta sobre as condições para a sustentabilidade.

2. A ESSÊNCIA DA TÉCNICA E O MEIO AMBIENTE

2.1 - Os conflitos entre técnica e cultura

Com vistas a compreender o surgimento e consolidação dos objetos técnicos no mundo contemporâneo, a obra de Gilbert Simondon representa um esforço vigoroso e contribui para a tarefa de se redimensionar a relação entre aqueles e a problemática da sustentabilidade ambiental. Neste ítem tentar-se-á analisar teoricamente como esse e outros autores compreendem a especificidade da técnica.

Simondon, filósofo de formação, é considerado um autor de destaque entre aqueles que discutem contemporaneamente a questão da técnica mas permanece, curiosamente, pouco editado. Ele produziu nos anos 50, um período de grande expansão tecnológica e, ao mesmo tempo, de temor frente às suas formas de utilização, uma obra de impacto cuja proposta central consistia na aliança entre a cultura e a esfera técnica. É interessante retomar suas idéias e os conceitos que ele desenvolveu para o aprofundamento da presente discussão.

Simondon (1969) detecta no mundo moderno um impasse perigoso, como se a esfera técnica e a cultura constituíssem espaços de atuação humana distintas. E, além de diferentes, é como se tivessem meios e objetivos opostos. A concepção vigente acerca da esfera técnica estaria submetida à preponderância dessa descontinuidade fundamental que o ritmo de desenvolvimento e os modelos de progresso da sociedade moderna auxiliaram a formar e que vários autores de certa maneira corroboram. Como exemplo dessa vertente, Hühne (1996) afirma, apoiada em Heidegger, que a técnica constrói um espaço de ação próprio, independente da condição humana e tendendo para a construção de um patamar de estabilidade inacessível aos elementos que não dividem sua lógica própria como, por exemplo, a natureza².

Dentro dessa dicotomia, a cultura representaria o espaço das atividades humanas, portanto “vivas”, dotadas de sentido e inteligibilidade, que seriam condicionadas pelo pensamento social e pelos rituais coletivos. A técnica, ao contrário, é composta por um sem número de objetos fragmentados e indiferentes aos imperativos humanos, por assim dizer “mortos”, situados em uma posição de concorrência em relação às qualidades e potencialidades da cultura. O quadro remete a uma competição desigual, onde a cultura e o meio ambiente, os elementos “vivos”, se oferecem indefesos em situações de disputa para com dispositivos “mortos” construídos a partir de elevados conhecimentos oriundos do aparato industrial e das tecnologias disponíveis. Essa postura se encontra disseminada junto a várias manifestações culturais, especialmente na obra marxiana. Para Marx, que desenvolveu até certo ponto uma sociologia das técnicas, estas representam nada mais do que consolidação de um trabalho morto engendrado pelas relações de produção, não possuindo valor próprio enquanto atividade criadora.

De acordo com Simondon e outros autores, o descompasso entre a cultura e a técnica existe e deve ser combatido. Contudo, há a necessidade de enfocá-lo de outra forma onde, ao contrário do que é habitualmente sustentado, esta última se encontra em posição subsidiária frente aos contornos impostos pela sociabilidade moderna³.

A adoração ao automatismo é considerada por Simondon e Baudrillard como um dos mitos mais eficazes da modernidade, responsável pelo surgimento de novas manifestações de instrumentalidade e antropomorfismo incidindo sobre a realidade técnica. Para o primeiro, um dos grandes equívocos da cultura, que reconhece nos objetos estéticos uma obra humana e tende a negar esse estatuto aos técnicos, se encontra na adoração ao modelo mítico do robô, assentada sobre o ideal do automatismo. O autômato perfeito corresponderia à máquina cujo funcionamento dependeria exclusivamente das articulações de seus componentes, redundando em um objeto totalmente adaptado as suas próprias necessidades, ou

seja, um ser plenamente auto-suficiente. Ocorre porém que uma das características básicas dos objectos técnicos consiste em que são constituídos a partir de informações que advêm de seu exterior e que lhe fornecerão o sentido de seu funcionamento, e possuindo necessariamente o que Simondon denomina de uma margem de indeterminação. Essa margem consiste em um grau de variabilidade técnica importante para que as máquinas possam ser percebidas como sistemas abertos, plenamente aptas a desenvolverem todas suas possibilidades. Apenas dessa forma é possível aproveitar até o limite seu desempenho propriamente técnico, que é diferente de outros.

"...en fait, l'automatisme est un assez bas degré de perfection technique. Pour rendre une machine automatique, il faut sacrifier bien des possibilités de fonctionnement, bien des usages possibles. L'automatisme, et son utilisation sous forme d'organisation industrielle que l'on nomme automation, possède une signification économique ou sociale plus qu'une signification technique. Le véritable perfectionnement des machines, celui dont on peut dire qu'il élève de degré de technicité, correspond non pas à un accroissement de l'automatisme, mais au contraire au fait que le fonctionnement d'une machine recèle une certaine marge d'indétermination. C'est cette marge qui permet à la machine d'être sensible à une information extérieure"
(SIMONDON, 1969: 11, grifo original)

Essa informação exterior advém do sujeito que programa e reorienta o funcionamento desse objeto, qual seja, o homem. Nesse sentido, é impossível conceber as atividades desenvolvidas pelos objetos técnicos como separadas da cultura. Os indivíduos, portadores de padrões culturais próprios, redefinem o comportamento dos objetos técnicos em si e entre si como se fossem estes a extensão de suas capacidades criadoras. É necessário portanto desenvolver máquinas que sejam sensíveis aos interesses humanos e que deles dependam seu funcionamento, ou seja, máquinas abertas. Em outras

palavras, a tendência dos objetos técnicos corresponde a um movimento em sentido à autonomização de suas capacidades integrativas e independência frente a instrumentos de adaptação, o que não significa que, conseqüentemente, esses objetos adquiram auto-suficiência. Eles são sensíveis tanto ao meio geográfico que os sustenta quanto à atividade humana que orienta suas operações.

A margem de indeterminação das máquinas garante assim à atividade técnica um sentido humano que é inoperante no caso de objetos plenamente automáticos e, por isso, insensíveis aos interesses e estímulos não técnicos.

O sociólogo Jean Baudrillard (1993) apresenta um enfoque diferenciado para explicar os prejuízos do automatismo para com o fenômeno técnico. Segundo ele, a tendência dominante em favor do automatismo, contida na sociabilidade moderna, representa uma hipertrofia funcional da esfera técnica, onde a capacidade criativa dos objetos se limita ao potencial de intervenção junto a determinadas finalidades imóveis. Apesar de se adaptarem plenamente às condições do desenvolvimento social contemporâneo, tais finalidades são estipuladas por instâncias exteriores às condições de desenvolvimento dos objetos técnicos, postados diante de uma homogeneização funcional que limita até os menores índices sua margem de indeterminação. As conseqüências técnicas dessa automatização consistem em um grande empobrecimento performativo, que se alia ao distanciamento humano frente à realização técnica.

“Para tornar um objeto prático automático, é preciso esteriotipá-lo em sua função e torná-lo frágil. Longe de ter em si uma significação técnica, o automatismo comporta sempre um risco de parada tecnológica: enquanto um objeto não é automatizado é suscetível de reparo, de superação por um conjunto funcional maior. Caso se torne automático, sua função se cumpre mas também se extingue: torna-se exclusiva. O automatismo é como que um fechamento, uma redundância funcional que expulsa o

homem em uma irresponsabilidade espectadora” (BAUDRILLARD, 1993: 118-9, grifo original).

Em realidade, as máquinas do sistema social moderno, movidas sob as regras da automação, necessitam obviamente de sujeitos operadores. E para o capitalismo cabe a tarefa de instituir determinados indivíduos que possuem as prerrogativas para lidarem com os objetos técnicos e dotarem-nos de sentido. Pode-se pensar na condição do engenheiro moderno, o profissional por excelência que deve possuir os atributos para lidar e programar os objetos técnicos. Este seria o sujeito que comandaria as condições técnicas com a tarefa de estabelecer o máximo de rentabilidade. Ocorre porém que o engenheiro, situado no interior da racionalidade capitalista, não dispõe de autonomia suficiente para operar os objetos técnicos em sua própria condição e funcionalidade, mas sim mediante aos interesses do mercado. O filósofo M. Horkheimer (1976), um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt, chama a atenção ainda na década de 40 sobre a posição que os profissionais de engenharia são obrigados a assumir para se inserirem no desenvolvimento técnico do capitalismo. Neste sistema, onde se submete a ordem social a partir da alienação da propriedade dos meios de produção, junta-se a alienação também na esfera da técnica, de forma que o engenheiro deve se ajustar aos imperativos estipulados exteriormente pela lógica mercantil, que por sua vez incide irresistivelmente sobre a ordem tecnológica.

A situação desse profissional torna-se emblemática na medida em que demonstra claramente as condições sociais construídas na sociedade moderna. Mesmo o indivíduo inserido mais organicamente na estruturação produtiva comandada pela técnica deve prestar obediência aos parâmetros racionais que não estão ao seu alcance necessariamente mas alçados a um patamar ainda mais distanciado de onde se exerce a dominação. Portanto, somente o controle formal da técnica não representa a condição de emancipação, dado que se coloca a possibilidade corrente de uma forma nova de alienação, marcada agora pelo desconhecimento das potencialidades da própria esfera técnica⁴.

Baudrillard (1993) levanta outra questão relevante para a presente discussão. Trata-se do fenômeno da multiplicação crescente e inessencial de objetos que pervertem* os supostos padrões de funcionalidade da esfera técnica, quais sejam, os *gadgets* (acessórios). A ampliação constante destes objetos (visível na popularidade que as Feiras de Utilidade Doméstica desfrutam atualmente), decorrente da contínua construção de necessidades socialmente mediadas, estabelece também relações de tensão entre a racionalidade produtiva do capitalismo e a constituição da esfera técnica. Destituídos de qualquer pertinência técnica própria, eles não representam realmente criações e sim meramente reproduções de princípios já desenvolvidos, e que são distribuídos socialmente mediante a expansão de necessidades imaginárias. Esses objetos correspondem, juntamente à exacerbação do automatismo e a formulação de características inessenciais, a um câncer que se alastra no tecido social moderno, uma perversão da finalidade técnica. Em nome da acumulação produtiva a sociedade prolifera um número exacerbado de objetos que não representam uma mediação real e construtiva para com o ambiente circundante, mas apenas expressam o sentido de uma sociabilidade desordenada e tecnicamente estagnada. Para ilustrar essa tendência, Baudrillard afirma:

“...é com estes elementos inestruturais (automatismo, acessórios, diferenças inessenciais) que se organiza todo o circuito social da moda e do consumo dirigido. É com eles que tende a ser travada a evolução técnica. É neles que, sob aparência de ostentar todas as metamorfoses de uma saúde prodigiosa, o objeto saturado antecipadamente se esgota em convulsões formais e modificações superficiais...nos Estados Unidos, por exemplo, depois de um período de fausto, de 1910 a 1940, que viu nascer o automóvel, o avião, o refrigerador, a televisão etc., as invenções praticamente cessaram. Melhoramentos, aperfeiçoamento, condicionamento: atrações do objeto mas nada de inovações estruturais...”(BAUDRILLARD, 1993: 133).

As características do capitalismo que permitem a multiplicação infinita de acessórios (ou seja, objetos tecnicamente inessenciais) remetem ao final ao relacionamento contraditório entre a racionalidade das trocas econômicas e o ritmo próprio da evolução técnica⁵.

Todos esses fenômenos acima elencados desencadeiam manifestações distintas de alienação, a qual corresponde de forma geral a um conhecimento apenas parcial dos dispositivos dos objetos técnicos, de forma a que o bom desempenho destes fica submetido a uma lógica impositiva que lhe é exterior. A eficiência técnica é medida, portanto, não de acordo com a capacidade autônoma do rendimento dos objetos técnicos no interior de suas próprias margens de indeterminação, mas a partir das possibilidades produtivas ditadas por regras outras.

O problema do relacionamento entre o homem e os objetos técnicos não difere substancialmente daquilo que se passa com a questão ambiental. Ele consiste em que a sociabilidade moderna foi construída tendo como base uma abordagem utilitária sobre o fenômeno técnico, a qual impede a percepção da ligação entre os dois elementos, a cultura e a técnica. Simondon explica que, a partir de um relacionamento calcado apenas na exterioridade e funcionalidade, não é possível compreender as trocas constantes entre a atividade humana e as máquinas e a essência destas.

"Ce qui, de l'homme, peut être en rapport avec l'être technique individualisé, c'est l'intuition des schémas de fonctionnement; l'homme peut être couplé à la machine d'égal à égal comme être qui participe à sa régulation, et non pas seulement comme être qui la dirige ou l'utilise par incorporation des ensembles, ou comme être qui sert en fournissant de la matière et des éléments. Nous voulons dire par là que ni une théorie économique ni une théorie énergétique ne peuvent rendre compte de ce couplage de l'homme et de la machine. Les liens économiques ou

énergétiques sont trop de liens d'extériorité pour qu'il soit possible de définir par eux ce véritable couplage. Il y a couplage interindividuel entre l'homme et la machine lorsque les mêmes fonctions auto-régulatrices sont accomplies mieux et plus finement par le couple homme-machine que par l'homme seul ou la machine seule..." (SIMONDON, 1969: 119-20).

Essa forma de alienação presente na contemporaneidade remete portanto à reificação dos objetos técnicos os quais, de acordo com as versões atuantes no pensamento moderno, se constituíam em realidades em separado, independentes dos rumos e das necessidades traçadas pela sociabilidade humana. Isso é verdade apenas no sentido de que o rendimento técnico, como será visto mais adiante, se relaciona ao desenvolvimento de suas potencialidades de integração e sinergia, as quais não podem ser confundidas com o caráter antropológico e instrumental que incidem sobre esses objetos, fruto de uma utilização descomprometida para com a eficiência estritamente técnica.

A partir dessa discussão, a relação da técnica com o ambiente, no contexto da racionalidade capitalista, pode ser enfocada em outros parâmetros. Além de refletir uma radicalização de seu potencial numérico de expansão que repercute em termos de degradação e risco ambiental, o sistema produtor de mercadorias instala uma relação humana com a técnica alienada: não apenas frente às condições de propriedade mas também, e principalmente, face às possibilidades de manejo e programação dos objetos técnicos. Esses, para serem integralmente compreendidos, devem segundo Simondon passar pela investigação de seu surgimento.

2.2 - A ORIGEM DOS OBJETOS TÉCNICOS

Freqüentemente ocorre que os objetos técnicos recebem a seguinte definição: são técnicos aqueles objetos que foram

construídos artificialmente, mediante um engenho humano proposital, e dotados de sentido de acordo com suas implicações utilitárias. Dessa maneira se forma um hiato frênte aos seres naturais, cuja gênese ocorre independentemente da vontade humana. Tal condição corresponde à perspectiva corrente de estabelecer a técnica como esfera dependente do sistema econômico e da produção material, atuando impositivamente sobre os fenômenos naturais.

Ao escrever o livro *Du Mode D'existence des Objets Techniques*, Simondon refuta tais disposições procurando demonstrar como as leis naturais e a tecnicidade se encontram mutuamente assimiladas. A importância dessa obra reside em que nela não é abordado o fenômeno técnico em geral ou suas implicações específicas no mundo contemporâneo as quais, como foi visto acima, representam somente uma perversão de suas qualidades. Ao contrário, uma de suas intenções principais consiste em explorar filosoficamente o surgimento e a posição que a totalidade desses objetos adquirem no mundo. Através dessa busca pela gênese da tecnicidade torna-se possível demonstrar o sentido da alienação técnica no mundo moderno e as consequências desta para a problemática da sustentabilidade.

Segundo Simondon, antes do surgimento dos objetos técnicos, o mundo natural e humano se encontravam indissociavelmente ligados. Existia então uma unidade que indiferenciava o espaço de produção humana dos elementos que compõem a natureza, ambos se interpenetrando mutuamente. Os diferentes espaços ocupados pela ação humana como florestas, montanhas e outras localidades eram percebidos e reconhecidos em geral, formando uma estrutura reticular onde apenas alguns pontos específicos poderiam ser destacados de modo a estipularem reciprocamente a relação entre o homem e seu mundo circundante.

À medida que a organização social tende a se especializar, ocorre um desdobramento desse complexo reticular. Começa a surgir a necessidade de se colocarem tarefas específicas aos diferentes componentes dos grupos sociais. Assim, a divisão sexual do trabalho

impõe aos gêneros masculino e feminino e aos grupos etários atribuições distintas com vistas à manutenção da vida social. E essa diferenciação de base sexual comporta também uma divisão técnica entre os diferentes grupos.

No momento em que os objetos técnicos são instituídos nas sociedades primitivas, quebra-se a unidade anterior. Uma determinada forma de conhecimento, de tipo prático e voltado para a previsão e resolução de problemas, passa a se impor como instrumento de mediação entre a atividade humana e seu meio. Rodrigues (1990) afirma que no pensamento clássico ocorre a divisão entre a *métis*, que significava a inteligência do múltiplo, de uma infinidade de situações diferentes que demandavam um tipo de astúcia particular e adaptada a cada situação; ao passo que a *episteme* representava o conhecimento acerca do uno, das coisas imutáveis que não estavam disponíveis para o manejo humano. O desenvolvimento técnico corresponde à priorização do conhecimento da *metis*, onde a fragmentação da ação humana frente ao ambiente passa a ser privilegiada.

Observa-se então que uma das consequências da inserção da técnica consiste em subtrair ao mundo sua unidade primitiva⁶, segmentando os componentes que participam da sociabilidade. O desdobramento do mundo mágico forma os objetos técnicos e o pensamento religioso, respectivamente objetivando a natureza e subjetivando-a (pela figura da divindade). Formas de pensamento que são aparentemente excludentes, a técnica e a religiosidade, mas que restabelecem o equilíbrio entre a intervenção humana consciente e o mundo natural.

“Techniques et religion sont l’organisation de deux médiations symétriques et opposées; mais elles forment un couple, car elles ne sont chacune qu’une phase de la médiation primitive. En ce sens, elles ne possèdent pas une autonomie définitive. De plus, même prises dans le système qu’elles forment, elles ne peuvent êtres

considérées comme enferment tout le réel, car elles sont entre l'homme et le monde, mais ne contiennent pas toute la réalité de l'homme et du monde, et ne peuvent s'y appliquer de manière complète" (SIMONDON, 1969: 169).

A própria existência do ambiente enquanto fonte de recursos materiais e depósito de elaborações míticas passa a ser percebida socialmente no instante em que ocorre sua segmentação pela técnica. Antes disso inexistiam as condições de diferenciação entre os diferentes espaços geográficos e os papéis sociais correspondentes a cada tarefa realizada no interior do grupo.

O antropólogo M. Godelier (1984) de certa maneira detecta os efeitos do desdobramento do pensamento mágico, em objetos técnicos e religiosidade, no caso de determinadas sociedades primitivas. Nestes grupos a divisão sexual de trabalho impõe uma separação de tarefas muito clara que irá determinar o tipo de relacionamento para com o ambiente circundante. De um lado, os homens se encontram incumbidos de manejar o arco e a flecha para a realização da caça; e as mulheres fabricam as cestas com vista à coleta de frutas. Criam-se portanto instrumentos específicos destinados a cada um dos grupos sexuais e faixas etárias, fragmentando tanto as sociedades em grupos distintos como os elementos naturais que servirão de recursos para a confecção dos objetos. Ao mesmo tempo, o manuseio desses objetos é revestido de um caráter sagrado, acompanhado de cerimônias rituais e de proibições aos outros grupos que não os podem tocar. A unidade do grupo social é mantida pela obediência à entidade que representa o sagrado, mas ela só consegue se efetivar através da criação de múltiplos objetos especializados e manuseados por diferentes agentes.

O importante consiste em perceber que mediante o estabelecimento do intermediário técnico a natureza sofre transformações inusitadas que seguem o rumo da fragmentação, onde o ambiente, destituído irreversivelmente de sua unidade, passa a se constituir em um mosaico de situações que podem ser apropriadas

pelo homem através de seus múltiplos objetos. A contribuição fundamental de Simondon vai no sentido de demonstrar que as transformações que os objetos técnicos podem provocar (e realmente provocam) sobre as condições ambientais devem ser concebidas como advindo de fatores posteriores a sua constituição, remetendo a alterações qualitativas da apropriação humana sobre o ecossistema. A fragmentação da unidade primitiva mediante a multiplicação (ordenada) de objetos técnicos não implica necessariamente em desequilíbrio dos ciclos vitais e consequente subversão dos padrões homeostáticos.

Os objetos técnicos em geral, no momento em que são engendrados pela atividade humana na busca de um intermediário multifacetado, reciprocamente engendram uma nova condição de sociabilidade, e nesse sentido são indispensáveis. Na ausência de tais objetos, ocorreria que a própria definição de meio ambiente não faria sentido socialmente, uma vez que sua percepção é condicionada pelo desdobramento fundante entre os elementos figurais (os múltiplos objetos) e o fundo (a noção de totalidade una e indivisível).

2.3 - A individuação técnica

Provavelmente o conceito central do pensamento de Simondon acerca do fenômeno técnico consista na noção de individuação dos objetos técnicos. Através dele, seria possível compreender os objetos técnicos não enquanto peças destacáveis (este ou aquele objeto) mas sim como resultados de séries de desenvolvimentos de outros objetos em processos contínuos ou descontínuos de evolução, que os aproxima da noção de indivíduo presente na biologia, onde cada indivíduo constitui um conjunto de dispositivos ou elementos articulados que formam um corpo em separado.

Para poder se caracterizar plenamente enquanto um indivíduo, o objeto técnico necessita responder a certos quesitos. É preciso que ele adquira um grau de autonomia especial, no sentido

daquilo que Simondon denomina de concretização, uma de suas principais contribuições teóricas. Ele detecta mediante a observação de determinadas máquinas, como por exemplo o motor a diesel, que a trajetória de vários objetos técnicos resulta em uma crescente tendência à indivisibilidade e articulação funcional compatibilizada do conjunto dos elementos que formam os objetos. Um objeto técnico será mais perfeito ou, segundo a terminologia usada por Simondon, mais concreto, à medida em que a totalidade de seus dispositivos internos se articularem perfeitamente, formando uma síntese que prescindia de elementos externos a sua funcionalidade. Enquanto um objeto técnico se dividir internamente em subconjuntos isolados que não conseguem se acoplar automaticamente mas mediante interferências reguladoras, ele continua em um estágio de atraso, ou abstração⁷.

Ou seja, os objetos técnicos, à medida em que avançam em sua concretização, tendem a constituir um corpo plenamente ajustado, cada vez mais miniaturizado e reticular, guardando determinadas semelhanças para com os seres vivos. Essa formulação adquire importância na medida em que fica aberta a possibilidade para uma conceituação diversa dos objetos técnicos, onde a sua importância reside menos em uma funcionalidade restrita (como no caso da automação) e mais no potencial criativo de compatibilidades internas que constitui a especificidade de um dado indivíduo técnico. O motor dos aviões é exemplo de objeto técnico mais concreto do que o seu antecessor, o motor de motos, uma vez que aquele não necessita de refrigeração por água.

"...dans un moteur à combustion interne, le refroidissement pourrait être réalisé par un sous-ensemble entièrement autonome; si ce sous-ensemble cesse de fonctionner, le moteur peut être détérioré; si, au contraire, le refroidissement est réalisé par un effet solidaire du fonctionnement d'ensemble, le fonctionnement implique refroidissement..."
(SIMONDON, 1969: 25).

A necessidade do dispositivo de refrigeração representa a falta de articulação entre os dispositivos internos do objeto e demandam a intervenção pontual de um elemento externo dotado de uma função única e inessencial.

O que interessa aqui salientar consiste no modo com que Simondon concebe a noção de eficácia técnica. O conceito de individuação concretizante altera os parâmetros de avaliação dessa esfera, privilegiando mais diretamente a constituição compatibilizada dos objetos e menos o rendimento originado de uma perspectiva utilitária⁸. Dessa forma, os objetos técnicos passam a ser enfocados enquanto seres plurifuncionais e em constante alteração de seus esquemas de atuação, os quais são marcados pelas margens de indeterminação que acompanham todo o seu desenvolvimento.

As conseqüências dessa mudança qualitativa de olhar sobre os objetos técnicos traz implicações fundamentais para a relação entre técnica e ambiente. Segundo Simondon, a constituição interna dos objetos técnicos que tendem à concretização não pode ser plenamente estabilizada e em constante estado de equilíbrio, como ocorre com máquinas destituídas de margem de indeterminação e inseridas no automatismo, as chamadas máquinas fechadas. Ela deve dispor de um estado de equilíbrio que subverta os parâmetros convencionais de estabilidade, a partir do que Simondon denomina meta-estabilidade. Em certa semelhança para com os seres vivos, os indivíduos técnicos corresponderiam portanto a seres que não apresentam padrões de comportamento previsível e estabilizado, mas em permanente estado de adaptação para com as condições de seu meio de suporte⁹.

Segundo o raciocínio de Simondon, o também filósofo Stiegler (in SCHEPS, 1996) postula que a confusão atual gerada pelas novas descobertas na área de biotecnologia sobre a determinação dos seres artificiais e naturais dificulta a compreensão plena do fenômeno técnico em sua condição meta-estável.

"...não deixa de ser verdade que, até agora, a técnica fora concebida como morte, justamente, e o vivo como o que animava a técnica, distante do morto. Esse morto era estável, porque estava morto, e éramos instáveis como seres vivos, e não acreditávamos que nossa "meta-estabilidade" de seres vivos e "sociais" procedia da "meta-estabilidade" de seres "mortos" (os objetos técnicos) aparentemente estáveis, mas "sistemicamente" e sistematicamente instáveis. Hoje, as coisas parecem muito mais complicadas do que se imaginava..." (STIEGLER, in SCHEPS, 1996: 175)¹⁰.

O desenvolvimento de objetos técnicos concretos, plurifuncionais e detentores de uma margem de indeterminação que impeça o alcance de um equilíbrio plenamente estabilizado, característico de seres não vivos, exige um relacionamento específico para com o ambiente. Este, ao invés de simplesmente propiciar as condições materiais e energéticas para a manutenção e propulsão dos objetos técnicos, desempenha um papel muito mais complexo e integrado a sua essência.

Toda a inserção do ambiente na questão técnica ocorre em meio a esse processo de crescente individuação dos objetos que, para adquirirem tal estatuto, necessitam constituir para si aquilo que Simondon denomina de meio associado. Por tal concepção o autor compreende o conjunto formado pelo ambiente técnico-geográfico circundante e a integração coerente e indivisível dos componentes da tecnicidade, que garantem o funcionamento dos objetos técnicos. Na ausência completa desse meio associado, a simples existência dos objetos técnicos fica comprometida e aponta para a constituição de outros tipos de materiais técnicos. No trecho que se segue Simondon procura esclarecer a conceituação de meio associado:

"...l'individualisation des êtres techniques est la condition du progrès technique. Cette individualisation est possible par la récurrence de causalité dans un milieu que l'être technique crée autour de lui-même et qui le conditionne

comme il est conditionné par lui. Ce milieu à la fois technique et naturel peut être nommé milieu associé...Ce milieu n'est pas fabriqué, ou tout ou moins pas fabriqué en totalité; il est un certain régime des éléments naturels entourant l'être technique...médiateur de la relation entre les éléments techniques fabriqués et les éléments naturels au sein desquels fonctionne l'être technique..." (SIMONDON, 1969: 56-7).

As condições ambientais se impõem nesse interím como uma das variáveis mais importantes nesse processo de evolução técnica por individuação, indispensáveis para se pensar o desenvolvimento das potencialidades dos seus objetos e sistemas em um estágio de progressiva autonomização. O caso do trem, cuja performance técnica depende diretamente da acoplamento de seus trilhos para com a topografia da região, oferece um dos exemplos mais claros desse intercâmbio gerado pelo meio natural e os dispositivos técnicos em fase de concretização. Os objetos técnicos que não dispõem de um meio associado que os sustente, ou seja, que não mantém relação ajustada para com as propriedades ambientais de suporte, estão vetados de receber tal denominação, permanecendo na categoria de instrumentos ou utensílios, sujeitos portanto à estrita manipulação humana¹¹. Estes objetos, ao serem alijados socialmente de sua condição de detentores de níveis próprios de rendimento e eficiência, constituem simplesmente um intermediário impotente no processo humano de desestabilização dos níveis entrópicos. A individuação técnica, ao contrário, é instituída e instituinte de intercâmbios para com o espaço e as condições energéticas circundantes, sem as quais o progresso não pode ocorrer.

3 - A COMPOSIÇÃO CÍCLICA DOS OBJETOS TÉCNICOS E DO AMBIENTE

3.1 - Introdução

Para completar o presente percurso, faz-se necessário dirigir a discussão para as formas de evolução da esfera técnica e seu

relacionamento específico para com a realidade ambiental. Como foi visto acima, uma das características dos objetos técnicos consiste na sua evolução tendendo à concretização. Nessa evolução os objetos técnicos irão apresentar, ao contrário do observado pela modernização reflexiva, transformações que se relacionam de algum modo com as etapas anteriores, de forma que se mantenha possível um diálogo técnico entre diferentes períodos históricos. Segundo Simondon (1969), para se compreender a mediação que os objetos técnicos desempenham no relacionamento para com o ambiente é também necessário discutir as transformações cíclicas que os processos de desenvolvimento acarretam à dimensão técnica.

Determinados ciclos naturais apresentam configurações mais visíveis e demarcadas, como é o caso do ritmo lunar. Outros são dotados de variações mais complexas, como por exemplo os que envolvem a fotossíntese, e demandam um esforço científico mais acentuado para se determinar sua velocidade, implicações energéticas e gasto de materiais¹². Um dos fatores centrais para a manutenção das condições ecossistêmicas, palavra corrente há algumas décadas no movimento ambientalista, consiste na reciclagem de materiais que, como o próprio nome revela, em algum instante foram retirados dos ciclos normais.

Com a finalidade de compreender sociologicamente a relação que se estabelece entre a questão ambiental e a técnica, faz sentido uma discussão sobre a constituição diferenciada dos ciclos ambientais e sociais e, concomitantemente, as características próprias dos ciclos técnicos.

3.2 - O impasse entre os ciclos naturais e sociais

É recorrente na literatura sociológica sobre a questão ambiental a tese segundo a qual os ciclos da natureza são pervertidos mediante a expansão dos padrões de acumulação capitalistas. As leis naturais não suportam indefinidamente a busca de recursos e o

esgotamento das capacidades de regeneração geradas pela aquisição frequente de mais valia. Instala-se uma contradição mútua entre a capacidade de reciclagem do meio e a expansão capitalista: os ciclos bióticos não são capazes de se recompor mediante o uso extensivo de tecnologias, e a acumulação de capital deve, por outro lado, se limitar aos níveis compatíveis da oferta e reprodução das condições naturais, arcando com os custos da desvalorização dos recursos disponíveis¹³.

Trata-se portanto do choque entre ciclos diferentes, o econômico e o natural. Este último não pode se dar conta pela forma através da qual seus elementos adquirem as dimensões de mercadorias e passam a ser intercambiados como tal (Ver LEFF, 1986). O impasse ambiental gerado pelo capitalismo repousa no enfrentamento entre, por um lado, a recuperação dos níveis homeostáticos e, por outro, a aquisição renovada de mais valia, a despeito das crises cíclicas de superprodução que o sistema atravessa.

De acordo com diferentes autores não se pode compreender a contradição entre essas duas esferas, social e natural, sem focar os parâmetros temporais que as sociedades capitalistas estipulam para o seu devir. Dependendo das formas de aferição do tempo, os grupos humanos adequam diferentemente a organização social e econômica para com as qualidades ambientais.

O papel da temporalidade cíclica para a organização da sociabilidade humana é o tema do trabalho de Mircea Eliade, *Mito do Eterno Retorno*, um dos clássicos sobre o assunto. Segundo o autor, os grupos pré-modernos possuem dispositivos particulares de organização das suas instituições sociais, sendo que tanto a sua existência como a reprodução das suas formas rituais coletivas adquirem inteligibilidade mediante o respeito a padrões cíclicos de celebração. Majoritariamente suspendendo a história, construída a partir de manifestações pessoais e profanas, os grupos sociais primitivos revivem seus momentos iniciais e assim reatualizam os momentos significativos do passado, os quais conferem o sentido para um novo

começo. Com isso, as principais atividades sociais (guerra, casamento, cura) são legítimas apenas na medida em que logram repetir com fidelidade os atos inaugurais fundantes, ou a cosmogonia do grupo.

Independentemente das diferentes manifestações de progresso econômico e tecnológico, os rituais coletivos dos diferentes grupos marcam os instantes significativos que necessitam ser recompostos e, a partir deles, estabelecem-se as condições para o início de uma nova etapa circular de eventos sociais. Nesse interím, o caráter religioso, nacionalista ou heróico dos eventos coletivos constituem o conteúdo da forma cíclica que rege o funcionamento de várias das sociedades humanas.

O tempo, situado no interior dessas cosmogonias, não adquire a condição de elemento perturbador que instaura transformações lineares e irreversíveis nas diferentes instituições e formas de sociabilidade. Diferentemente daquilo que ocorre nas sociedades modernas, regidas basicamente pelo tempo de giro do capital¹⁴, os fenômenos sociais no contexto de grupos primitivos só adquirem importância ao se tornarem em acontecimentos significativos.

Na contemporaneidade, a capacidade de superação e reorganização dos modelos sociais parece ilimitada. O desenvolvimento tecnológico, as formas flexíveis de acumulação do capital e as manifestações culturais em constante multiplicação apontam, entre outras coisas, para diferentes padrões de compreensão da temporalidade.

Ao invés de seguir os padrões temporais situados em outros níveis de realidade, como é o caso dos ciclos naturais para as civilizações arcaicas, a sociedade baseada na produção capitalizada de mercadorias optou historicamente por instituir no mundo seus próprios equipamentos de aferição do tempo¹⁵. E, mais do que isso, construiu sua concepção de progresso a partir de uma modernização reflexiva, onde os padrões de desenvolvimento tornam-se um tema em si mesmo.

Diferentemente de outras civilizações, que estabeleciam algum tipo de compatibilidade entre o seu desenvolvimento e as tendências cíclicas da biosfera, esse sistema não delimita seus padrões de crescimento a nenhum movimento de circularidade ou retorno a níveis anteriores. Os seus parâmetros de crescimento são estipulados no interior das próprias necessidades que o mercado cria. Stahel (1994) estabelece a dicotomia entre o tempo tradicional e o capitalista salientando a instabilidade que esse último instaura e que irá repercutir decisivamente sobre o ambiente.

“Lutando contra a degradação entrópica e buscando a estabilidade, o tempo da biosfera é um tempo circular, dos ciclos circulares e da contínua reciclagem...É este tempo circular, da busca constante de repetir um ideal mítico passado, que também marca as sociedades tradicionais. Com a sociedade capitalista, pela primeira vez nos deparamos com uma sociedade calcada não na busca da estabilidade, mas sim na busca constante da mudança, da instabilidade...no capitalismo, a aceleração da mudança lhe é inerente e é um dos aspectos essenciais da própria lógica do capital: a busca de expansão constante que, impulsionada pela concorrência do mercado, encontra na mudança e nas inovações constantes a sua condição de existência...(STAHEL, 1994: 112-3).

A medição do tempo no âmbito da produção respeita apenas as regras estabelecidas por instâncias ligadas à rentabilidade, por sua vez insensíveis a outros ritmos. A busca por estabilidade, nesse contexto, representa um desvio às normas de acumulação dado que o mercado historicamente evolui subvertendo, em alta velocidade, ordens econômicas e sociais que se colocaram no seu caminho. Essa velocidade entra necessariamente em choque com os padrões bióticos que, apesar de serem certos, envolvem uma periodização muito maior¹⁶.

E, principalmente, essa sociedade moderna passou a atuar no sentido daquilo que Harvey (1994) denomina a compressão

do tempo-espaço, ou seja, a transformação das relações entre a sociedade e o tempo e espaço por intermédio de novas tecnologias desenraizadas e manifestações inéditas de acumulação de capital.

Segundo esse autor o fenômeno do tempo na sociedade moderna é marcado pelos processos de instantaneidade e descartabilidade, que estipulam tanto a velocidade do mercado como o comportamento social. Através dessas noções depreende-se que a duração instantânea dos fenômenos e o consumo generalizado de uma multiplicidade de produtos até então à margem das relações de mercado¹⁷ provoca a possibilidade infinita de trocas materiais e imateriais que alimentam continuamente o funcionamento do sistema. A condição para que o campo econômico mantenha seus níveis de expansão reside na inobservância a quaisquer outros parâmetros de conduta, a não ser aqueles situados estritamente na esfera produtiva. Harvey (1994) defende que é por intermédio da conjugação entre especulação e transformação contínua que se estabelece o ritmo das mudanças sociais e as prioridades para a produção de mercadorias.

"...o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação - em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de trabalho (trabalho familiar, sistemas fabris, círculos de qualidade, participação do trabalhador) etc. Há muitas maneiras de obter lucros...Diferentes empreendedores, espaços inteiros da economia mundial, geram diferentes soluções para essa questão, e as novas respostas derrubam as antigas à medida que uma onda especulativa vai engolfando a outra..." (HARVEY, 1994: 307).

A auto-referencialidade da modernização reflexiva consiste em um dos atributos básicos da lógica produtiva moderna. Eximida de atender a rotas fixadas por outras esferas do social, tanto

o fordismo como as fórmulas contemporâneas de acumulação flexível estabelecem, de acordo com as flutuações de demandas e preços, um processo linear e imprevisível de desenvolvimento que subverte tanto as injunções materiais do ambiente circundante como as condições sociais.

O sentido de progresso na conjuntura capitalista é distinto do desenvolvimento técnico por concretização proposto por Simondon, uma vez que este pressupõe uma articulação compactada dos elementos internos do objeto técnico e não um rendimento numérico fixado de antemão e possibilitado por adaptações inessenciais. E além disso, a concretização dos objetos técnicos apresenta como característica fundamental um sentido cíclico de transformação que a instabilidade dos giros de capital é incapaz de incorporar.

3.3 - Os ciclos técnicos

No interím desse impasse gerado pelo capitalismo, é relevante atentar para a participação da esfera da técnica. A tendência geral é concebê-la como atuando a partir dos imperativos produtivos das forças do capital, constituindo portanto um instrumento fundamental para a consolidação das regras de mercado que redimensionam os limites impostos pelo ecossistema. Como exemplo dessa vertente de pensamento Leff (1986) afirma que as leis físicas e econômicas entram em choque exatamente no momento em que as tecnologias de produção estipulam as normas que irão reger a apropriação da natureza.

O estabelecimento da aliança entre técnica e capital contudo não leva em conta que aquela, assim como as sociedades e a natureza, pode dispor igualmente de um ciclo peculiar. A releitura da obra de Simondon à luz dessa discussão traz subsídios para se compreender a evolução dos objetos técnicos de forma diferente da usual, onde não ocorre necessariamente um comprometimento para com a lógica de acumulação do capital mas outros processos estabelecem uma forma de periodização particular.

A trajetória que leva à individuação concretizante dos objetos técnicos é permeada pelo estabelecimento de um movimento evolutivo entre os seus diferentes estágios: os elementos, indivíduos e sistemas. Podendo esse desenvolvimento ocorrer por passagens sucessivas entre os estágios ou saltos descontínuos para formas inesperadas de articulação.

Para Simondon, é possível localizar historicamente a passagem por diferentes momentos da condição técnica. O pensamento ocidental desenvolveu três manifestações básicas de enciclopedismo científico que exemplificam a periodização por que passou esse desenvolvimento: à época da Renascença o espírito científico desenvolveu o potencial de aprofundar a percepção humana sobre os fenômenos da natureza através da invenção de objetos que aperfeiçoavam os sentidos e propiciavam mecanismos de aproximação entre a consciência e as regras de organização naturais. Os princípios de estruturação desses objetos técnicos estão contidos em determinados mecanismos que Simondon denomina de elementos de tecnicidade, os menores depositários da informação técnica. Será a partir do desenvolvimento e articulação recíproca destes elementos técnicos infra-individuais que se torna viável a constituição de objetos de outro tipo, quais sejam, os indivíduos técnicos.

Durante a era industrial, que se inicia no século XVI, assistiu-se à passagem dos elementos técnicos, que de todo modo ainda usufruem de considerável importância, para a predominância dos indivíduos. Esse processo de individuação técnica consiste na contínua autonomia que determinados objetos adquirem a partir da integração e coerência dos seus elementos. Nesse momento da evolução técnica é possível observar a dependência que tal esfera possui para com o ambiente pois, desprovido de possibilidades de funcionamento devido a falta de ajustes para com seu meio, o objeto técnico se encontra à mercê de forças que desestabilizam sua compatibilidade interna. Como foi visto anteriormente, entre a realidade técnica e as condições geográficas se estabelece um espaço de suporte fundamental, o meio associado, que contém as qualidades

necessárias para o desenvolvimento dos indivíduos técnicos enquanto agentes autônomos. Na medida em que o meio associado se desintegra e é incapaz de condicionar o funcionamento dos indivíduos técnicos, dá-se o retrocesso da evolução técnica e o conseqüente retorno aos níveis elementares de organização da tecnicidade.

Ao contrário, caso o processo individualizante se complete, é possível vislumbrar, principalmente no presente século, um progresso que caminha no sentido da constituição de sistemas técnicos, os quais consistem em uma estrutura reticular descentrada e composta pela integração de diferentes indivíduos em torno de uma mesma organização.

Vale a pena porém salientar as particularidades do desenvolvimento dos objetos técnicos. Diversamente do que acontece com os índices econômicos no sistema capitalista, as tendências do desenvolvimento que proporciona o surgimento de sistemas técnicos não caminham em um sentido único e inevitável. A perspectiva do progresso técnico é antes de tudo circular, onde a partir de sistemas técnicos complexos e diversificados surge a possibilidade de constituição de novos elementos mais sofisticados que, dispostos no interior de um contexto social e técnico específico, irão projetar a forma de outros indivíduos.

A trajetória evolutiva dos objetos técnicos compõe-se de saltos qualitativos aparentemente desconexos e lineares. Têm-se a impressão de que uma máquina sofisticada leva à produção de uma máquina posterior, ainda mais evoluída e que tenderia a um aperfeiçoamento ilimitado e imprevisível. Simondon porém procura remontar aos mecanismos de evolução da técnica se esforçando por demonstrar que existe um padrão demarcado que perpassa esse movimento supostamente retilíneo e cumulativo.

Ocorre que os elementos, os verdadeiros portadores e transmissores da tecnicidade, constituem para Simondon a peça-chave para se entender a evolução dos objetos técnicos. Está inscrito neles o princípio que propulsiona toda uma rede de objetos sincroni-

autonomia próprio, mantiveram uma ligação fecunda para com os sistemas termodinâmicos. Os sistemas elétricos, por sua vez, após alcançarem um nível destacado de desenvolvimento, produzem dispositivos em termos de elementos técnicos que permitem a aceleração de partículas e posterior exploração da energia nuclear, e assim por diante.

O ponto fundamental que Simondon chama a atenção, dentro da sucessão de fases que compõem o desenvolvimento técnico, consiste em que as transformações operadas pelo homem nos padrões da tecnicidade devem questionar a concepção usual de progresso, em nome de uma sincronização do arcabouço tecnológico para com as condições de transmissão e recepção da tecnicidade entre as diferentes épocas. Uma transformação tecnológica (e também social) muito rápida interferiria na transmissão dos elementos portadores da tecnicidade, originando um progresso imperfeito e descontínuo que compromete a eficácia dos indivíduos e sistemas enquanto objetos técnicos.

“Pour que le progrès technique existe, il faut que chaque époque puisse donner à celle qui la suit le fruit de son effort technique...” (SIMONDON, 1969: 70)

Esse esforço técnico deve abrigar somente os requisitos inscritos no processo de concretização dos indivíduos técnicos, os quais não dependem diretamente do quadro econômico e social de um determinado período, e nem dos processos desenvolvidos pelos seres vivos. Vale salientar que também em relação a estes se apresenta uma diferença fundamental. Os seres vivos se reproduzem mediante uma evolução sucessiva, de maneira que um indivíduo de determinada espécie engendrará outro ser da mesma espécie, e assim continuamente. A tendência à concretização técnica não tem a mesma perspectiva uma vez que, mediante a transmissão da tecnicidade, um sistema técnico sofisticado tende a produzir elementos de origem distinta daqueles que o tornaram inicialmente funcional, segundo encadeamentos que se autonomizam em relação aos objetos anteriores. Segundo as palavras de Simondon,

“La solidarité des êtres techniques les uns par rapport aux autres dans le présent masque en général cette autre solidarité beaucoup plus essentielle, qui exige une dimension temporelle d'évolution, mais n'est pas identique à l'évolution biologique, ne comportant guère ces changements sucessifs de niveau... Dans le domaine de la vie, l'organe n'est pas détachable de l'espèce; dans le domaine technique, l'élément, précisément parce qu'il est fabriqué, est détachable de l'ensemble qui l'a produit; là est la différence entre l'engendré et le produit...” (SIMONDON, 1969: 66-7, grifo original).

A temporalidade evolutiva dos objetos técnicos é portanto detentora de uma capacidade de se autonomizar frente aos ciclos naturais e à acumulação capitalista. Uma vez que a transformação da tecnicidade ao nível dos elementos é produzida e não engendrada, ela dispõe de um ritmo particular de desdobramento em termos da evolução de suas fases. Todavia, ao contrário do que pode parecer, Simondon não acredita que a especificidade dos ciclos técnicos implique necessariamente em subversão ou dissonância grave frente aos ritmos sociais e naturais, uma vez que as transformações técnicas ocorrem por fases, as quais podem se sincronizar com os outros desdobramentos.

“...Ce temps de relaxation est le temps technique propre; il peut devenir dominant par rapport à tous les autres aspects du temps historique, si bien qu'il peut synchroniser les autres rythmes de développement et paraître déterminer toute l'évolution historique alors qu'il en synchronise et entraîne seulement les phases...” (SIMONDON, 1969: 67).

O desafio que Simondon apresenta àqueles que refletem sobre a sustentabilidade é considerável, e consiste em uma nova abordagem sobre a questão do desenvolvimento. Compreender o progresso técnico como correspondendo a ciclos de transformações induzidas não implica em considerar que as temporalidades humanas e geográficas deverão automaticamente a ele se integrar sob risco de

desagregação. A possibilidade de se pensar a sustentabilidade se recoloca agora em novos parâmetros: torna-se fundamental pensar a adequação do progresso humano através da tecnicidade enquanto um processo composto de fases não necessariamente sucessivas mas que esteja apto à compatibilização para com seus meios associados correspondentes, possuidores por sua vez de seus próprios desdobramentos cíclicos. O objetivo de uma proposta coletiva de desenvolvimento sustentável tem a necessidade de compreender como cada fase de organização técnica constrói um relacionamento específico de mediação para com as condições ambientais e desempenha uma performance incessantemente cambiante, porque instável, de alocação de recursos naturais e de estabelecimento de agendas.

4 - CONCLUSÃO

A posição da ecologia diante da esfera técnica atravessa um difícil impasse, decorrente da ausência de parâmetros comuns de entendimento que permitam a deliberação acordada sobre os rumos do desenvolvimento social. Projetos de pesquisa de vulto, como o Genoma Humano, tendem a desestabilizar as formas tradicionais de diferenciação entre objetos técnicos e seres vivos e a anterior incomunicabilidade entre as disposições nervosas e as heranças genéticas, sendo porém que tal intercâmbio não constitui um processo de igual participação entre o instrumental técnico e os elementos naturais.

O desequilíbrio social ocasionado pela técnica na contemporaneidade, segundo Simondon, pode se localizar em um patamar semelhante. A adequação da técnica ao projeto de modernização reflexiva está condicionada a uma concepção de progresso que lhe é exterior e insensível às variáveis propriamente técnicas de concretização. Assim, as técnicas da biologia molecular responsáveis pelas trocas entre a memória social e genética apresentam uma

performance de destaque em termos científicos e tecnológicos, mas enquanto rendimento propriamente técnico e sujeito aos limites de suas margens de indeterminação podem haver questionamentos sobre suas conquistas.

Na conjuntura de uma economia globalizada e organizada segundo padrões flexíveis de acumulação, a abordagem de Simondon aponta para um questionamento de fundo. Não faz sentido rejeitar socialmente a técnica pela sua inserção na racionalidade capitalista sem fazer menção à constituição dos objetos técnicos subtraídos dos seus ciclos próprios e das condições de concretização. Um exame atento das contribuições conceituais oferecidas por esse autor traz elementos de análise importantes para se compreender o relacionamento recorrente e inevitável entre a gestão da sustentabilidade e a organização técnica das sociedades modernas. O gerenciamento da meta-estabilidade e o reconhecimento das permanentes condições de indeterminação que pontuam a funcionalidade dos objetos técnicos, entre outras coisas, podem levar a formas novas de avaliação sobre o desempenho e os tipos de rendimento ocasionados pela intervenção humana (técnica) sobre os recursos naturais.

Sendo assim, não seria necessário estabelecer uma relação de conflito entre o desenvolvimento humano construído a partir da manipulação de objetos técnicos e a manutenção dos ciclos bióticos. As duas situações podem coabitar na medida em que se devote a devida atenção a características do fenômeno técnico que permitam o estabelecimento de um padrão sustentável de intervenção sobre o ambiente.

NOTAS

(1) A extensão da crise e as possibilidades de se atenuar seus efeitos entrópicos constituem um debate complexo que envolve diversas variáveis e posturas teóricas conflitantes. Sobre algumas das posições em disputa ver John Dryzek, *Rational ecology*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

(2) "No processo de globalização econômica em parceria com a tecnologia, o que importa, por exemplo, é criar uma indústria, criar novas áreas de plantio mesmo que tenha de acabar

com a fauna ou a flora do Amazonas ou Pantanal, o que importa é arrancar a energia da natureza..." Leda Hühne, A pesquisa no contexto da globalização da economia e da crise da modernidade, Série Acadêmica, nº 3, Campinas: Puccamp, 1996, p. 17.

(3) Simondon chega inclusive a se reportar à necessidade premente da sociedade moderna em salvar a técnica, toda alijada de suas próprias condições de eficácia frente à racionalização do sistema produtivo. Ver Gilbert Simondon, *Sauver l'objet technique: entretien avec G. Simondon*, ESPP, nº 76, 1983, p. 147-152.

(4) O filósofo, e também engenheiro, Abraham Moles afirma que o fato do engenheiro aceitar as determinações de um caderno de encargos não significa necessariamente, ao contrário do que possa parecer, uma postura alienada frente ao trabalho a ser desenvolvido. Tal atitude corresponderia a uma relação de humildade para com o poder solicitante, que faz parte da sua cultura profissional que o aproxima do artesão e do artista. Essa postura não invalida contudo uma avaliação que detecte a tensão fundamental entre a atividade do engenheiro e as instâncias de controle da esfera técnica. Ver Abraham Moles, *Engenheiros e inventores hoje*. In: Ruth Scheps (org.). *O império das técnicas*, Campinas: Papirus, 1996, p. 59-68.

(5) Dois movimentos diferentes, que produzem um corte entre as potencialidades criadoras da técnica e a lógica do sistema. "De um lado, com efeito, os aperfeiçoamentos menores, complicação e sistemas anexos (de segurança, de prestígio) mantêm uma falsa consciência de "progresso" e mascaram a urgência de transformações essenciais... De outro lado a moda, com sua proliferação descoordenada de sistemas secundários, constituindo o domínio do acaso, é também o da recorrência indefinida das formas, e portanto da prospecção comercial máxima. Entre uma verticalidade da técnica e uma horizontalidade do lucro - entre a superação contínua da invenção técnica e o fechamento de um sistema de objetos e de formas recorrentes segundo a finalidade da produção, há uma oposição fundamental..." Jean Baudrillard, **O sistema dos objetos**, São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 133-4.

(6) Simondon denomina de mágico o momento pré-técnico e pré-religioso onde o a natureza e a cultura se confundem, inexistindo respectivamente a separação entre objetos e sujeitos de ação. Ver Gilbert Simondon, **Du mode d'existence des objets techniques**, Paris, Aubier-Montaigne, 1969, p. 159-170.

concretização, Simondon explica que aqueles: "...emploie plus de matière et demande plus de travail de construction... il est plus fragile que l'objet technique concret, car l'isolement relatif de chaque système constituant un sous-ensemble de fonctionnement menace, en cas de non-fonctionnement de ce système, la conservation des autres systèmes." Gilbert Simondon, **Du mode d'existence des objets techniques**, Paris, Aubier-Montaigne, 1969, p. 25.

(7) Comparando os objetos técnicos abstratos com aqueles que atravessam um processo de p. 45. Ele discute os impactos sociais da invenção do relógio mecânico durante a Idade Média mostrando o sentido da substituição dos parâmetros naturais e religiosos de aferição do tempo por seus equivalentes técnicos, homogêneos e racionais. "Esta redução cronométrica da duração do tempo a uma sucessão estereotipada de batimentos uniformes, a uma pura sucessão rítmica de momentos homogêneos, estava destinada a desempenhar um papel fundamental no devir das nossas sociedades ocidentais... a duração torna-se assim, graças a este novo dispositivo

cronométrico, pura potencialidade, aberta em permanência a toda a espécie de projectos, na medida em que esvazia a temporalidade de toda e qualquer duração concreta de sociabilidade".

(8) Adriano Duarte Rodrigues, **Estratégias da comunicação**, Lisboa: Presença, 1990, p.83. Ele oferece exemplos das formas tradicionais de se focar a tecnicidade: "Existe uma tendência para pensarmos que as condições deste processo de concretização do objeto técnico tem a ver com aspectos de natureza econômica, tais como a estandardização das peças e dos conjuntos que os constituem, a descoberta de modos de produção menos dispendiosos, a economia de energia ou da mão-de-obra... Estas razões são, no entanto, extrínsecas à tecnicidade e à sua gênese... as verdadeiras razões são intrínsecas...".

(9) A concretização dos objetos técnicos repousa em uma diferença qualitativa fundamental para com os seres vivos: "O homem, enquanto ser vivo, tem como limite histórico não a sua integração biológica, mas a morte. Enquanto ser técnico, inventa, no entanto, objectos cujo devir, progressivamente integrado, tende para uma estruturação análoga à que os seres vivos possuem desde o início da sua existência..." Adriano Duarte Rodrigues, **Estratégias da comunicação**, Lisboa: Presença, 1990, p. 83. Outra diferença essencial entre os seres vivos e os indivíduos técnicos será examinada adiante.

(10) Tal complicação se efetiva explicitamente nas práticas de engenharia genética e terapias gênicas que permitem uma comunicação, por intermédio de objetos técnicos, entre os genomas e a memória social da espécie humana. Ver Ruth Scheps, (org.). **O Império das Técnicas**, Campinas: Papirus, 1996.

(11) Os instrumentos e utensílios de percepção ou medição não correspondem a indivíduos técnicos, uma vez que tanto a funcionalidade como a relação com o ambiente dependem da constante intervenção humana.

(12) Sobre os ciclos bióticos e suas implicações em termos sociais e políticos, ver Laura Conti, **Ecologia: capital, trabalho e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1991.

(13) Enrique Leff é um dos autores que discutem esse problema, afirmando que "...la reproducción ampliada del capital fue induciendo ritmos crecientes de explotación de recursos naturales limitados, o de recursos bióticos cuya regeneración requiere de ritmos más lentos que los impuestos por la reproducción del capital. El agotamiento creciente de recursos que genera este proceso produce una tendencia hacia el aumento en los precios de las materias primas y de las mercancías en geral..." Enrique Leff, **Ecologia y capital**, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986, p. 39.

(14) Não se pode esquecer que o capital bancário tende para a utilização exclusiva do tempo real.

(15) Adriano Duarte Rodrigues, **Estratégias da comunicação**, Lisboa: Presença, 1990,

(16) A recuperação dos ciclos bióticos através de reciclagem induzida de materiais no interior de padrões capitalistas de produção é igualmente questionável, uma vez que envolve altos custos em termos energéticos, e sua realização completa se torna economicamente inviável. Andri Stahel, **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**, in CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, São Paulo: Cortez, 1995, p.114-5.

(17) David Harvey, **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 260. O autor chama atenção para a novidade representada pelas imagens e seu valor de troca crescente dentro do capitalismo pós-moderno: "...as imagens se tornaram, em certo sentido, mercadorias...na realidade, os sistemas de produção e comercialização de imagens (tal como os mercados da terra, dos bens públicos ou da força de trabalho) de fato exibem algumas características especiais que precisam ser consideradas. O tempo de giro do consumo de imagens pode ser bem curto (perto do ideal do "pisar de olhos" que Marx viu como ótimo da perspectiva da circulação do capital). Do mesmo modo, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço...".

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BOSQUET, Michel. **Ecologia e política**. Lisboa: Editorial Notícias, 1976.
- BROWN, Lester. (org.) **Qualidade de vida-1990**, São Paulo: Globo, 1990.
- CONTI, Laura. **Ecologia: capital, trabalho e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- DRYZEK, John. **Rational ecology**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**, São Paulo: Mercuryo, 1992.
- GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel**, Paris: Fayard, 1984.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**, Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- HÜHNE, Leda. A pesquisa no contexto da globalização da economia e da crise da modernidade, **Série Acadêmica**, nº 03, Campinas: Puccamp, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEFF, Enrique. **Ecologia y capital**, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política, in **Os Pensadores**, São Paulo: Ed. Abril, 1974.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**, Lisboa: Presença, 1990.

SCHEPS, Ruth. (org.). **O Império das Técnicas**, Campinas: Papyrus, 1996.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**, Paris, Aubier-Montaigne, 1969.

_____ Sauver l'objet technique: entretien avec G. Simondon, **ESPR**, nº 76, 1983.

STAHEL, Andri. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis, in CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, São Paulo: Cortez, 1995.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil - do ambientalismo à ecopolítica, in PÁDUA, José Augusto. (org.). **Ecologia e política no Brasil**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA*

1. APRESENTAÇÃO

Este texto procura dar continuidade a reflexão que tenho desenvolvido em outros trabalhos¹ acerca das transformações sócio-ambientais e a qualidade de vida. Se por um lado, as diversas transformações (ambientais, econômicas, sociais e culturais) ocorridas na sociedade, aliadas às conseqüências para a qualidade de vida continuam assumindo peso significativo em minhas reflexões, por outro, tenho procurado explicitar uma categoria até então nas entrelinhas de minhas análises, qual seja, a dimensão do trabalho e suas conseqüências para a saúde do trabalhador.

Essa reflexão privilegia um aspecto bastante específico e precioso para o debate sociológico atual, ou seja: a chamada *crise* da sociedade do trabalho na contemporaneidade e a qualidade de vida

(*) Professora Dr^a do Dept^o de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas - ICH, PUC-Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, UNICAMP.

(**) Texto elaborado a partir das reflexões realizadas durante participação na mesa redonda: *As perspectivas da sociedade capitalista industrial e a saúde do trabalhador*, organizada pelo Dept^o de Terapia Ocupacional, Faculdade de Ciências Médicas, PUCAMP, 23 de novembro de 1995.

dos indivíduos que vivem e trabalham na sociedade industrial capitalista. E mais, a importância desse significado vincula-se à possibilidade que essa reflexão traz no sentido de, ao vislumbrarmos uma crise no sistema produtivo, nas formas de organização do trabalho, com a introdução de novas tecnologias, produzir novas perguntas pois são colocados em cena outros aspectos dessa mesma discussão: qual o significado dessa crise para um país como o nosso? Sua dimensão deverá ser analisada em função do prejuízo ou de novas possibilidades para o trabalhador? É possível construir um projeto social voltado à qualidade de vida dos trabalhadores?

Cabe ainda uma ressalva: essas considerações, não representam de modo algum conclusões sobre o tema; têm por objetivo um convite à reflexão e ao debate. A interface dessa análise caminha entre o pensar a problemática da sociedade do trabalho ao mesmo tempo que redimensiona o significado da mesma para a qualidade de vida do trabalhador. Desta forma, o texto está estruturado da seguinte maneira, em primeiro lugar, apresenta-se uma análise preliminar acerca das perspectivas teóricas sobre as transformações na sociedade e o significado do trabalho na atualidade e, em seguida, através de um exemplo de pesquisa anteriormente realizada² apresenta-se algumas considerações observadas em relação a qualidade de vida dos trabalhadores, do município estudado (Paulínia, SP).

2. ASPECTOS PRELIMINARES ACERCA DA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

Pensar no conceito de crise sempre nos reporta à algo complexo e negativo. Mas será que, podemos esperar que a ruptura de situações tradicionalmente colocadas para a sociedade estarão sempre vinculadas a situações de extrema gravidade? Essa questão exige por parte dos cientistas sociais um aprofundamento, principalmente, quando se busca entender a dinâmica do processo de transformação por que passa a sociedade e que tem trazido várias especificidades de debate para a sociedade do trabalho.

De um lado alguns autores questionam o sentido da época em que estamos vivendo - capitalismo ou pós-capitalismo industrial; outros apresentam preocupações com as dimensões políticas do mercado e suas conseqüências para a organização do trabalho. Em outros, ainda, encontramos análises em torno de preocupações conceituais em relação as dimensões de crise da sociedade do trabalho e da sociedade industrial capitalista. Bell (1978)³ ao analisar a constituição da sociedade pós-industrial e as formas como esse processo influi em todos os setores da vida social, destaca três setores; a estrutura social (economia, tecnologia e sistema ocupacional); a política, que abrange a distribuição do poder, a resolução dos conflitos decorrentes das reivindicações e exigências dos indivíduos e dos grupos, e por último, a cultura constituindo o espaço do simbolismo expressivo e dos significados. A moderna sociedade industrial lida de forma diferenciada com essas três características; para a estrutura social o eixo básico é economizar; o eixo principal da política é a *participação* e da cultura é o *desejo de realização e de aprimoramento do eu*. No entanto, no passado essas três áreas já estiveram mais próximas, ligadas por sistemas comuns de valores que hoje, apresentam-se cada vez mais separadas.

Para Bell, o conceito de sociedade pós-industrial abrange cinco dimensões: a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços (setor econômico); preeminência da classe profissional e técnica (distribuição ocupacional); centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade (eixo central); controle da tecnologia e a distribuição tecnológica (orientação futura) e a criação de uma nova *tecnologia intelectual* (tomada de decisões). O autor não acredita que as mudanças na estrutura social, via seus significados na economia, no sistema produtivo e nas novas relações entre teoria e prática da ciência e tecnologia, possam realizar uma interferência correspondente nas esferas políticas e culturais. Mas ao contrário, as mudanças na estrutura social suscitam problemas para o conjunto da sociedade.

Robert Kurz, em seu livro *Colapso da Modernização* (1992), analisando as perspectivas reais do capitalismo ocidental atual, nos coloca de imediato a dimensão de uma crise da economia mundial, ao mesmo tempo que utiliza o conceito trabalho como paradigma central desta dimensão, fato esse de certa forma óbvio, se pensarmos que as diferentes sociedades tanto na perspectiva da produção capitalista quanto da socialista estão organizadas pelo trabalho. Por outro lado, nos alerta ainda o autor que, hoje, o trabalho, ou seja, os recursos humanos e materiais, simbolizados pela força de trabalho, instrumentos, máquinas, matéria-prima e materiais, deixaram de ser simples componentes do *metabolismo entre os homens e a natureza*, (como julgava Marx) e que serviam para satisfação das necessidades humanas básicas. Todos esses símbolos são transformados em dinheiro. Assim, lembra o autor, somente desta forma o dinheiro torna-se capital (fenômeno inscrito na modernidade) e *o trabalho, passa a ser definido também como atividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma* (Kurz, 1992: 27). Ou seja, todos os valores fundantes da sociedade capitalista industrial transformam-se em capital, bem em si mesmo, finalidade em si mesmo.

Ricardo Antunes (1995), traduz a crise da sociedade do trabalho ou do capitalismo contemporâneo em uma múltipla processualidade. Alerta o autor que, de um lado verificou-se a desproletarização do trabalho industrial fabril (nos países de capitalismo avançado e em áreas industrializadas do terceiro mundo), ou seja, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. De outro vivencia-se uma sub-proletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. E por último, *talvez o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global*" (Antunes, 1995: 41). O significado desse desemprego estrutural, sem dúvida está inaugurando uma discussão sem precedentes na Sociologia contemporânea, em função de que, por um lado apresenta uma

diferenciação na organização, com perdas significativas para os padrões de consumo e de sobrevivência do homem, por outro questiona a essência do trabalho como entidade que fundamentou por 100 anos o papel do homem frente à sua realidade social.

Assim, esse momento histórico é chamado pelo autor de *processualidade contraditória*, caracterizado por redução do operariado industrial e fabril; aumento do sub-proletariado, do trabalho precário e do assalariamento no setor de serviços; incorporação do trabalho feminino e exclusão dos mais jovens e mais velhos, ocorrendo desta forma na classe trabalhadora heterogeneização, fragmentação e complexificação.

Nessa linha de raciocínio, encontramos em Josué Pereira da Silva (1995) uma discussão também radical. Para o autor, a sociedade do trabalho, está calcada em quatro premissas fundamentais: a empresa industrial capitalista (a fábrica); o trabalhador (manual) assalariado; mercado de trabalho e uma ética do trabalho, que justificam como moralmente válidos não apenas a necessidade e o dever de trabalhar, mas toda a teia de relações que compõem esse conjunto de instituições.

Para o autor, a literatura corrente permite-nos concluir que a idéia do trabalho como organizador da vida social, construtor da sociedade ou da civilização do trabalho está estreitamente ligada à experiência histórica das sociedades ocidentais desenvolvidas (Europa e Estados Unidos), desde o início da revolução industrial. Assim, a noção de sociedade do trabalho em muito se assemelha à noção de sociedade industrial ou mesmo a de capitalismo industrial. Pois nestas sociedades a fábrica se constitui na unidade básica mais importante e o trabalhador manual seu principal agente no processo de transformação da natureza.

Pereira da Silva estabeleceu um diálogo íntimo com Bell, Habermas e Offe, na medida em que *questionam a atualidade da teoria marxista do valor trabalho*. Por outro lado, o autor aponta, ainda, para a análise feita por André Gorz, com relação a revolução

microeletrônica que é composta pelo conjunto de transformações tecnológicas atuais. Pode-se ressaltar que:

A revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho. E essa era deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade do trabalho necessário decresce rapidamente até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais um face-a-face do trabalhador com a matéria. A transformação desta não resulta de uma atividade imediata completa e soberana. (Gorz apud Silva, 1995: 176).

As novas condições criadas pela automatização da produção impõem até mesmo uma revisão na forma tradicional de cálculo econômico, pois o tempo do trabalho não poderá ser a medida do valor econômico. Ao mesmo tempo a automatização abole os trabalhadores e simultaneamente os consumidores, ou seja, a relação de sustentáculo da sociedade capitalista industrial.

Desta forma, esse processo de racionalização que transformou o homem através de sua relação com o trabalho, de trabalho concreto em trabalho abstrato, convertendo-o em trabalhador disciplinado, tem conseqüências significativas para o indivíduo e o conjunto da sociedade, podendo ser mensuradas detalhadamente em suas condições de existência:

A atividade produtiva foi esvaziada de seu sentido, de suas motivações e de seu objeto para se tornar meio de ganhar um salário. Ela deixou de fazer parte da vida para se tornar o meio de ganhar sua vida. O tempo de trabalho e o tempo de viver foram separados; o trabalho, seus instrumentos, seus produtos adquiriram uma realidade separada daquela do trabalhador e passaram a depender de decisões estranhas. A satisfação do obrar em comum e o prazer de fazer foram suprimidos em benefício somente daquilo que podia se transformar em dinheiro (Gorz apud Silva, 1995: 178).

Os elementos que Kurz, Antunes e Pereira da Silva oferecem para análise nos dispõem a aceitar a premissa de uma crise da sociedade do trabalho, muito embora não possamos abrir mão das colocações de Bell e da análise que faz das conseqüências das transformações na estrutura social provocadas pela economia, organização produtiva e tecnologias. Principalmente porque a sociedade industrial capitalista atual não oferece mais empregos para, pelo menos, aqueles que desejam trabalhar. Assim, o trabalho como veículo para a cidadania social está perdendo seu encanto e possibilidade porque não consegue oferecer trabalho para todos e compromete os principais fundamentos da sociedade do trabalho: o mercado de trabalho, o trabalhador, o trabalho e a própria ética do trabalho. Um bom exemplo sobre o desemprego estrutural é que aproximadamente de 35 a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, o que é por Gorz chamado de proletariado pós-industrial (Antunes, 1995). Afinal qual o significado de tudo isso para a saúde do trabalhador? Qual a possibilidade do comprometimento para a saúde do trabalhador da crise da sociedade do trabalho?

Vários autores têm realizado abordagens diferenciadas sobre o comprometimento da saúde do trabalhador a partir das condições do trabalho, das condições do risco ambiental restrito ao ambiente fabril e mesmo das condições psicológicas que algumas profissões provocam sobre a vida do trabalhador⁴. Neste texto procurou-se trazer alguns elementos da situação do trabalho no contexto atual para auxiliar na compreensão das reais condições objetivas da vida do trabalhador. Para tanto abordaremos, no item a seguir, um exemplo de pesquisa realizada e alguns aspectos que nos auxiliem a analisar esse contexto.

3. QUALIDADE DE VIDA ENQUANTO PROJETO SOCIAL

A partir desta reflexão inicial, apresentarei uma dimensão concreta dessa análise na perspectiva do tema ambiente e qualidade

de vida⁵. E é a partir dessa premissa que o significado da crise da sociedade do trabalho e os alarmantes dados sobre o desemprego estrutural mundial são importantes para esse estudo.

Em pesquisa sobre moradores e trabalhadores de um pólo industrial na região de Campinas - município de Paulínia - (Barbosa, 1990), pude constatar o significado desta crise da sociedade do trabalho, traduzida nos signos fundamentais desta organização social, que alertei anteriormente e que tratarei a partir de dois de seus pilares: a ética nas condições do trabalho e a qualidade de vida do trabalhador.

Resumidamente pode-se dizer que o questionamento maior que encobre toda essa discussão está centrada num modelo de desenvolvimento no qual as condições básicas para se atingi-lo, ou seja, as esferas sociais, econômicas e culturais voltadas para o trabalhador não são prioridades. Haja vista, para o descaso com as políticas públicas essenciais como educação e saúde, bem como, com saneamento ambiental adequado. Muitos municípios com significativa importância no cenário nacional estão sendo transformados em vítimas.

O modelo de desenvolvimento mais fortemente estabelecido a partir da década de 1970 em nossa sociedade foi a construção de pólos industriais (petroquímicos), com uma industrialização pesada, maciça e degradante, não só em relação ao conjunto do ambiente social e bio-geográfico, mas também associada a riscos significativos e imediatos para as condições de saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias. O exemplo a partir da experiência em Paulínia mostrou-me a seguinte constatação:

1. Os trabalhadores que se instalaram no município, oriundos muitos deles do meio rural não conseguiram fixar-se no trabalho industrial pelos seguintes motivos: falta de capacitação profissional para esse tipo de trabalho (ausência de escolarização mínima, procedência rural e com isso experiência em outro tipo de atividade produtiva sem prévia história de trabalho industrial); ou

seja, ausência total de um tipo específico de socialização para o trabalho industrial. Não podemos esquecer que a experiência concreta com o trabalho industrial é, no Brasil, recente, datado efetivamente na década de 50. A história do Brasil nos remete a uma realidade agrícola e rural;

2. Os trabalhadores efetivamente residentes em Paulínia quando muito, estão empregados em empreiteiras que sub-aloçam sua força de trabalho e não oferecem condições legais trabalhistas e nem de proteção à vida desses trabalhadores. Um exemplo marcante são as condições em que os mesmos desempenham atividades profissionais em condições mais árduas, como limpeza de caldeiras, contato com produtos químicos, aspiração de gases, transporte de combustíveis e de botijões, por exemplo, sem nenhuma proteção física para tal. Muitos destes trabalhadores ao serem entrevistados apontam para a diferenciação existente entre eles e os trabalhadores reconhecidos nas grandes indústrias (Petrobrás, Rhodia, etc.), realizando, estes últimos, serviços semelhantes mas com os aparatos de proteção física - botas, luvas, máscaras de proteção, etc. Os primeiros trabalham em chinelos de dedo e com roupas de uso próprio, que muitas vezes contaminadas chegam em seus lares e serão lavadas por suas esposas. Esse aspecto inclusive é apontado hoje como um elemento que dificulta análises de contaminação ambiental através da relação imediata com as condições de saúde dos trabalhadores do sistema produtivo, pois o que se percebe é que as roupas e os objetos de uso pessoal estão se comportando como veículos intercambiantes de elementos contaminantes entre a fábrica e o domicílio do trabalhador;

3. O risco ambiental e nas condições de trabalho é um fato, sendo muitas vezes camuflado pelo patrão e pelo trabalhador, com objetivos diferenciados é claro. No caso do trabalhador, pode ser conscientemente ou através de estratégias defensivas que o mesmo utiliza de forma inconsciente. Pode-se citar o trabalho de Dejours⁶ com relação a esse aspecto. Este autor aponta que o uso de equipamentos de proteção é muitas vezes repudiado pelo trabalha-

dor, pois a desinformação, associada aos símbolos da masculinidade/virilidade, não permitiria ao homem mostrar temor ou receio. Trabalhos posteriores junto aos sindicatos confirmam esse achado;

4. A forma como esses trabalhadores transportam objetos pesados, principalmente entre aqueles que trabalham nas engarrafadoras de gás liqüefeito, não respeitam as condições físicas objetivas da estrutura corpórea. Conseqüentemente dores lombares são um sintoma bastante presente nos serviços de saúde;

5. Ao nível das instituições municipais de saúde, percebe-se que os trabalhadores, inclusive porque não têm outro tipo de assistência médica, incham os serviços, que acabam sem condições objetivas, muitas vezes, de dar uma resposta satisfatória, porque a partir daí há uma outra faceta do ser humano que começa a dar sinais pontuais de comprometimento: as condições mentais da existência;

6. Esse comprometimento, não está só relacionado à esfera objetiva do trabalho, mas também a todo o aspecto simbólico de seu significado, ou seja, o trabalho enquanto elemento constituinte de cidadania social e provedor das condições materiais de subsistência, bem como, constituinte da própria ética que deve permear as relações do trabalho e das condições de vida do trabalhador. Esses aspectos compõem a categoria que denomino qualidade de vida e da qual o trabalho é elemento preponderante.

As colocações anteriores mostram que, as dificuldades que o trabalhador enfrenta no seu dia-a-dia possuem um aspecto importante, quer seja para o trabalhador enquanto indivíduo, quer seja na ótica da estrutura social e sua decorrência para a esfera política e cultural. Se por um lado, pensamos em crise como algo prejudicial ao conjunto da sociedade e à organização dos sistemas produtivos, por outro, não podemos deixar de admitir, que esse momento expressa uma possibilidade de amadurecimento das diversas formas de organização social. Nossa história de democracia e de soluções de problemas básicos sociais e políticos, sem descartar o próprio sistema econômico, não nos permite apontar, ainda, saídas estratégicas de solução.

Questões como cidadania e projeto de justiça social não estão resolvidos em nossa sociedade de forma satisfatória. Obviamente que há algumas perspectivas, mas são ainda pouco claras para o conjunto da sociedade. Diante desse fato, Bell (1978), nos aponta que:

Deparamo-nos assim com o paradoxo da expansão de uma economia capitalista mundial, enquanto em cada Estado-nação a ordem econômica vai-se subordinando progressivamente ao contexto mais amplo das decisões políticas (Bell, 1978: 537).

Essas decisões políticas é que nos dirão até que ponto o quadro atual de ausência de um projeto social - real - voltado para a qualidade de vida, poderá ser revertido e o encaminhamento de soluções imediatas para o conjunto dos trabalhadores poderá de fato ser alcançado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há respostas totalmente adequadas e conclusivas para a problemática da melhoria da qualidade de vida e dos conflitos do trabalho na sociedade capitalista industrial. A partir desse quadro de referência e com essas indagações como pano de fundo, procurei analisar o significado do conceito de qualidade de vida para um universo mais ampliado, através de pesquisa onde figura uma amostra qualitativa dos moradores dos municípios de Campinas, Sumaré, Bragança Paulista e Piracicaba⁷, entendendo qualidade de vida como o conjunto de fatores (objetivos e subjetivos) que compõem as reais condições de existência dos indivíduos. Assim, buscase analisar através desta pesquisa⁸ de que maneira essas transformações nas esferas política, econômica, cultural e ambiental têm afetado a qualidade de vida dos indivíduos.

Finalizando, as análises sobre a saúde do trabalhador e as condições de trabalho são fundamentais à medida em que passam

diretamente pelas condições de justiça social, democracia e ética. Valores fundamentais para que as condições de vida e de trabalho possam ser tratados de forma abrangente. Pensar numa sociedade como a nossa com altas taxas de desemprego e com um número muito grande de trabalhadores envolvidos em atividades precárias, vivendo em péssimas condições de moradia, de saúde, de alimentação e de lazer, ou seja, um quadro bastante conhecido da nossa realidade, nos remete a buscar desenvolver modelos alternativos e interdisciplinares para analisar as reais condições dos trabalhadores e propor saídas. Saídas onde a democracia, a informação e a formação de profissionais voltados para a realidade imediata dos trabalhadores sejam prioritárias.

Ou, parafraseando Guattari:

Não haverá verdadeira resposta à crise (...), a não ser que se faça em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá compreender, portanto, não só as relações das forças visíveis em grande escala, senão, também, aos domínios moleculares da sensibilidade da inteligência e do desejo (Guattari, 1990)

NOTAS

(1) Reporto o leitor para BARBOSA, 1990; 1992 e 1992 (a).

(2) BARBOSA, 1990.

(3) Sugiro ao leitor consultar para maiores detalhes a Introdução e o Capítulo Primeiro (Da Sociedade Industrial à Pós-Industrial: teorias sobre o Desenvolvimento) In BELL, 1978.

(4) Reporto o leitor para alguns exemplos: REBECCHI, 1990. DEJOURS, 1988. CODO, 1993. SELIGMANN, 1992. DUARTE, 1988. SOUZA, 1984.

(5) Nos trabalhos recentes que tenho desenvolvido, às dimensões de qualidade de vida e ambiente, no sentido complexo que possui, vinculado não só ao espaço bio-geográfico, mas também as relações sociais estabelecidas nesse espaço estão presentes: BARBOSA, 1996.

(6) DEJOURS, 1988.

(7) BARBOSA, 1996.

(8) BARBOSA, 1996

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a Metamorfose do Trabalho e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** Campinas/SP. Ed. UNICAMP/Cortez Editora, 1995.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Industrialização, Ambiente e Condições de Vida em Paulínia, SP. As representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e pacientes.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, DCS, IFCH, UNICAMP, 1990.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, qualidade de Vida e Cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais.* in: HOGAN, Daniel & VIEIRA, Paulo (org.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas, Ed. UNICAMP, 1992.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Salud, Ambiente y Ciudadania: el caso de Paulínia, Sao Paulo, Brasil.* **Revista Interamericana de Planificacion.** Volumen XXV, nº 98, abril-junio, 1992 (a).
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de Vida e Suas Metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. DCS, IFCH, UNICAMP, 1996.
- BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial.** Uma tentativa de previsão social. São Paulo, Cultrix, 1978.
- CODO, Wanderley (org.). **Indivíduo. Trabalho e Sofrimento.** Uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis, Vozes, 1993
- DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho. Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo, Cortez /Oboré, 1988.
- DUARTE, Luís Fernando. **Da Vida Nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas.** Rio de Janeiro, ZAHAR/CNPq, 1988
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias.** Campinas, Papirus, 1990.
- KURZ, Robert. **O Colapso da modernização.** Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

- REBECCHI, Emilio. **O sujeito frente à inovação tecnológica.** Automação e Trabalho. Petrópolis, VOZES/IBASE, 1990.
- SELIGMANN, Edith. *Saúde Mental e trabalho.* In: TUNDIS, Silvério e COSTA, Nilson, do Rosário (org.). **Cidadania e Loucura. Políticas de saúde mental no Brasil.** Petrópolis, VOZES, 1992
- SILVA, Josué Pereira. *A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate.* **Lua Nova . Revista de Cultura e Política, nº 35, 1995.**
- SOUZA, Amaury(org.). **Qualidade da Vida Urbana.** Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1984.

O ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Antonio Carlos PINHEIRO*

O presente texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a questão ambiental articulada ao espaço urbano. Considerado um tema complexo e ainda pouco explorado, pretendemos apenas levantar questões para um debate. Sendo estas análises provisórias no conjunto do conhecimento, as mesmas podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações da sociedade e da natureza.

Dissemos que a questão ambiental está relacionada ao espaço urbano. A cidade contém um limite administrativo, sua gestão, realizada por meio de divisões em departamentos e secretarias, acontece com o objetivo de obter-se maior controle sobre o espaço urbano. A cidade, para o poder municipal, pode ser demarcada em áreas, zonas e distritos. Procedimento comum nas grandes e médias cidades, este modelo reflete um padrão de administração que muitas vezes estabelece fronteiras entre um setor e outro. Evidentemente, este fato representa um plano que está ligado à própria concepção de organização existente na ciência e na sociedade. Neste sentido, os diversos problemas do cotidiano da cidade são tratados de forma fragmentada e em si mesmos. Para Rodrigues (1995)¹, *o meio ambiente urbano compreende "... o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e*

(*) Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas - ICH PUC-Campinas.

memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos".

A urbanização é hoje um modo de vida, com diferentes territorialidades que revelam mobilidades, deslocamentos, reflexos da produção, do consumo, dos movimentos sociais, das idéias, etc. A população em geral, influenciada pela visão de natureza predominante na sociedade capitalista, ou seja, que esta é um recurso a ser utilizado e que a mesma deve ser controlada, acaba desprestigiando-a no cotidiano e, assim como o poder público, os habitantes da cidade não percebem a natureza no conjunto dos problemas urbanos. A cidade é uma das obras do homem que, apropriando-se da natureza, transforma-a, fazendo desaparecer *simbolicamente* a natureza por meio de suas formas (RODRIGUES, 1995).

As análises da cidade explicam-se por duas vertentes distintas: *a morfologia da cidade*, busca estabelecer uma relação descritiva, tratando da concentração populacional como agentes de transformação; *a função da cidade*, busca analisar a vida sócio-eco-nômica por meio de uma forma interpretativa das dimensões sócio-afetivas.

A natureza, na análise ambiental, e o urbano, nos estudos geográficos, têm sido considerados de forma fragmentada ou segmentada, quase sempre não articulados com a produção e o consumo. Na cidade a natureza está oculta. Entretanto, a falta de uma ampla bibliografia específica sobre esta questão, exige um esforço maior na construção de referenciais teórico-metodológicos que permitam estudar as complexidades da relação da sociedade com a natureza, particularmente no que se refere ao espaço urbano.

A urbanização atualmente compreende as cidades, as megalópolis, as metápolis, as metrópolis. A cidade, enquanto expressão do urbano, é hoje o lugar da produção e do consumo mas, conseqüentemente, é também o lugar onde existe a maior concentração populacional em relação à totalidade do território, principalmente nos países industrializados, sejam ricos ou pobres. No Brasil este processo é significativo, na medida que hoje cerca de mais de 80% da população está concentrada nas cidades. Este fato provoca

diversos problemas, como exclusão em relação à moradia, aos serviços públicos, entre outros. Particularmente por ser o capitalismo um modo de produção altamente expropriador e desigual, promove tanto a apropriação desmedida da natureza como a exploração dos indivíduos.

A idéia de cidade mundial é difundida por diversos autores² como uma manifestação da atualidade. Esta idéia vem do fato de muitas cidades estarem conectadas nas redes internacionais de telecomunicações e instituições financeiras, que controlam o mercado capitalista em escala local e mundial. As preocupações relativas à política ambiental urbana no contexto do consumo sustentável, estimulam as discussões sobre o planejamento urbano em relação ao deslocamento e gestão ambiental. Por outro lado, com o advento da comunicação e dos avanços tecnológicos, as novas ordens mundiais, caracterizadas pela unidade e diversidade, transformam os espaços estabelecendo novas territorialidades, e formulando representações e ideologias. A mundialização da cultura e a globalização da economia criam novas necessidades na sociedade civil que se reorganiza para encontrar novas possibilidades de reprodução. A territorialidade, com a globalização, está se alterando cotidianamente, influenciando sobre as concepções de sociedade e natureza.

A natureza, no contexto da globalização, é divulgada como um patrimônio de toda a humanidade; assim, sem limites, pode ser apropriada por meio do domínio de conhecimentos concentrados nos países ricos do norte. Altivater (1995)³, afirma que é consenso a constatação de que o modo de produção e de vida dos homens do norte, precisam ser responsabilizados prioritariamente pela crise do meio ambiente, pelo efeito estufa, pelo envenenamento ambiental, pelo buraco na camada de ozônio e pela poluição dos mares. Os discursos, como é caso dos formulados para divulgar as enchentes nas cidades, sobretudo os difundidos pela imprensa, apresentam a natureza como responsável por muitos desastres, novamente exigindo seu controle e conhecimento. No senso comum, a natureza é

entendida como os aspectos não humanos existentes na terra, a natureza humana está relacionada apenas aos aspectos biológicos, separada do social como fenômeno distinto. Entendemos, em uma visão emergente, que a forma como a sociedade se sente e se organiza é biológica e social simultaneamente.

A natureza pode ser compreendida de diversas maneiras. Isto depende do contexto sócio-histórico em que são formulados os seus significados por meio das relações estabelecidas pelos diversos grupos culturais. Para a maioria dos povos primitivos, ou com um modo de vida próximo à natureza, ela é vista como base para a sobrevivência, quase sempre adquire um significado místico-sobrenatural e, neste sentido, a natureza é mágica. Também a natureza é entendida como um organismo, representada pela natureza-Terra, nesta concepção, o planeta tem vida própria, podendo salvar-se por si mesmo.

No contexto da sociedade capitalista, a natureza é um recurso, uma mercadoria. Historicamente, a natureza foi apropriada estatalmente pelo Estado-Nação, como propriedade de um determinado país. É usada como medição de riqueza, vendida e comprada no mercado.⁴ Na cidade, por exemplo, a natureza está aparentemente oculta do ponto de vista da visão tradicional. Enquanto recurso, matéria-prima e mercadoria, ela não aparece, mas está implícita em todos os bens produzidos e consumidos pela sociedade: o alimento, a moradia, os eletrodomésticos, etc.

A natureza, nos produtos, apresenta-se transformada e diluída nas mais diversas formas e composições, desde o rótulo, a embalagem e o conteúdo. Fragmentos tirados do seu contexto, como um geodo de ametista ou o casco de uma tartaruga, e utilizados como objetos de decoração, adquirem outros significados, diferentes para as pessoas se estivessem no seu lugar de origem. O fato do padrão científico predominante na sociedade, capturar o conhecimento da natureza compartimentando e nomeando-a com significados incompreensíveis para a maioria da população, torna a natureza, enquanto totalidade, um fetiche. Compreendendo que no âmbito da sociedade

capitalista, existe uma função alienante para garantir a sua reprodução, assim como em todos os outros aspectos, na visão sobre a natureza também o senso comum constrói sua representação. A dicotomia entre sociedade e natureza, conhecimento científico e senso comum em contato com os interesses capitalistas transforma as linguagens resultantes em produtos vendáveis no mercado. Neste processo são produzidos novas representações nos sujeitos. Exemplo comum, são as ofertas de terrenos em vários empreendimentos imobiliários, que utilizam aspectos da natureza, neste contexto *o ar puro e o clima ameno*, são tratados como valor de troca e qualidade do produto.

A natureza é um conjunto de fatores, uma totalidade de acontecimentos e fenômenos combinados em um processo gradativo. Esta ligação transforma-se constantemente. Pode-se afirmar que os processos sociais também são complexos e, embora existam semelhanças geradas por um modo de produção, que tenta ser hegemônico, existem especificidades que dificultam os comandos dos grupos que buscam impor-se unilateralmente. A compreensão desta totalidade no contexto da diversidade sócio-ambiental do mundo, exige olhares mutáveis e divisíveis. A visualização desta complexidade torna os conhecimentos circunstanciais um conjunto de idéias, que representa fatos localizados em um espaço-tempo definido. A relação do conhecimento com o mundo é dinâmico, pois se contradiz a cada momento. A natureza está em constante transformação, os movimentos surgem do seu interior e exterior, estes movimentos criam a todo instante as possibilidades de adaptação. Assim, exercer uma ação humana na natureza é uma interação neste movimento. Por outro lado, se o movimento incorpora as ações, também congrega uma experiência sócio-cultural, impregnando o espaço-tempo de tudo que os sujeitos contém. O espaço produzido, especialmente o urbano, reflete intencionalidades, idéias e representações. Também o espaço, designado como natureza, e o conhecimento adivindo dele, historicamente, expressam as ações sócio-culturais: uma área de desmatamento, por exemplo, revela relações, intencionalidades e interesses por meio da escala da exploração realizada.

A natureza é o papel, a tinta, o computador, ou melhor, o montante imbuído no processo sócio-histórico que possibilitou a reflexão sobre ela própria. Está materializada nas formas e composições conhecidas, definidas e utilizadas pela sociedade, integra um mundo em constante transformação contendo tudo o que existe. Com base nas considerações acima, acreditamos que a formação de novos discursos e produções teóricas são necessárias para apoiar a multiplicidade dos processos de desenvolvimento, especialmente nos países pobres do sul, assim se entende porque *"...a questão ecológica é uma questão social; e hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente apenas como questão ecológica.."* (ALTIVATER, 1995:18).

Para os moradores da cidade a natureza, enquanto paisagem, pode ser apreciada. A natureza como um produto fugaz do território é fator de consumo. De outra forma, é também marginalizada. A natureza aprisionada no espaço urbano é propagada como um bem comum, propriedade apropriada pelo setor público, privado e coletivo. O indivíduo, na sociedade, não tem espaço para manifestar sua crítica e descontentamento. No caso do Estado por exemplo, passa a agredir o espaço público, ou seja, a natureza que não vê, como os constantes ataques às escolas.

O que significa *bem comum*? Como esta idéia se concretiza na realidade? A natureza não tem fronteiras. A sociedade, no processo histórico, por meio do Estado nacional estabeleceu, para garantir a sua apropriação, baseando-se em rios e cadeias de montanhas, marcos delimitando os seus territórios. No âmbito das idéias o que muda não é a natureza, mas o pensamento sobre ela. A natureza é vista como aquilo que não é produzido, aparece como um valor de uso mas, no capitalismo, é um valor de troca largamente explorado. Santos (1994), ao referir-se sobre a importância da compreensão e manutenção da biodiversidade natural, alerta que a biotecnologia, no contexto do capitalismo atual, ao reproduzir por meio de manipulação genética dos animais e vegetais, promovem a *"...desvalorização das formas de vida e à sua redução a mera*

matéria-prima corresponde a introdução de patentes de genes e a reivindicação de propriedade intelectual para os bioprodutos inventados" (SANTOS, 1994:176)⁵. Desta forma, a natureza também é reproduzida pela sociedade.

A problemática ambiental urbana, explica-se no contexto da cidade na atualidade e do próprio modo de produção capitalista; o espaço compreende um conjunto de objetos geográficos distribuídos pelo território redescoberto pela problemática ambiental. Contudo, todas as práticas sociais são processos materiais com uma dimensão espacial, o espaço é um tecido complexo que reflete a dinâmica social. O tempo também tem sua dimensão social, a escala de espaço-tempo é uma das dimensões da organização da sociedade. O espaço-tempo, na atualidade, apresenta três aspectos: a) *poder*, sobretudo pela prevalência da mercadoria; b) *produção*, garantida pelo Estado-Nação, resultante da divisão do mundo mediado pelo desenvolvimento; c) *conhecimento*, representado na atualidade pela lei de patentes, controladas pelas corporações internacionais.

O esgotamento dos recursos naturais e a sustentabilidade nas novas matrizes discursivas sobre a mudança de padrão de produção e consumo, perpassa hoje tanto o discurso oficial, tido como competente, quanto o alternativo, que se apresenta contra hegemonias. O ato de nomear é um ato de poder. O discurso oficial refere-se à tecnologia e ao cientificismo, apropriando-se do termo *desenvolvimento sustentável*, utilizando-o largamente para justificar as ações realizadas nos projetos e obras no espaço.

As visões relacionadas ao meio-ambiente existentes demonstram uma diversidade de interesses. A *preservacionista*, apresenta-se como radical, acreditando que o desenvolvimento deve ser paralisado mantendo a natureza intacta. A *conservacionista*, denuncia o esgotamento dos recursos, propondo um planejamento ambiental racional, principalmente na obtenção dos recursos. O *ambientalismo* ganhou projeção, pois questiona o modelo de desenvolvimento da sociedade atual com uma perspectiva catastrófica.

A idéia de sustentabilidade está ligada com práticas sustentáveis de povos simples. É notório a ambigüidade de definições sobre este termo, no entanto, observa-se uma unanimidade com relação às propostas em favor do desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES, 1994)⁶. Após a Eco\92, realizada no Rio de Janeiro, parece que uma visão tende a predominar, ou seja, que condiciona a preservação com o modelo de desenvolvimento atual, sobretudo por estar ligada ao discurso oficial⁷. Entretanto na medida que o Estado demonstra dificuldades para dirigir o desenvolvimento, por meio do planejamento governamental, o mercado despontou como o veículo para garantir a sustentabilidade deste processo, porém, é importante que este mercado seja devidamente regulado, num horizonte de longo prazo para as decisões públicas e considerando os planos para as gerações futuras. Mas a dificuldade do mercado capitalista em abandonar o imediatismo e diminuir a margem de lucros, constitui o grande obstáculo para este ideário de sustentabilidade. Historicamente, a indústria concentrou-se nas cidades contrapondo-se à agricultura e este processo, na direção do aumento da produtividade, provocou uma uniformidade nos cultivos, instaurando a monocultura para sustentá-la. Também estimulou o êxodo rural, expulsando para as cidades milhares de trabalhadores rurais, desterritorializados dos seus locais de vida e de trabalho. Nas cidades, essas pessoas inicialmente engrossaram o exército industrial de reserva, subempregados ou desempregados e com poucos recursos, ocuparam as áreas desprestigiadas da cidade, formando as favelas. Este processo de degradação social ocorre juntamente com o de degradação ambiental, e resultam de uma intensificação do padrão de produção e consumo industrial firmado nas regras do mercado. Esta crise foi e ainda é sustentada pelo capitalismo; desta forma, é difícil acreditar que o mercado possa solucionar a problemática ambiental globalizada da atualidade.

O padrão de produção e consumo nas ações oficiais tende a aumentar. Assim como a diversificação dos produtos e dos insumos e uso de energia, o consumo deve ser alterado, mas mantido e

implementado qualitativamente e quantitativamente. A visão alternativa propõe diminuir a produção dos produtos descartáveis, eliminar a obsolescência e alterar os insumos e o uso de energias. O consumo, nesta visão, deve ser reduzido adotando-se a reutilização e a reciclagem, buscando-se uma profunda alteração qualitativa.

A utilização racional nos discursos oficiais para as gerações futuras referente ao consumo, considera a tecnologia como necessária, no espaço urbano o consumo é mediado pela qualidade de vida dentro do padrão capitalista. Na perspectiva de Altivater (1995), a destruição da multiplicidade das espécies nas modernas sociedades industriais capitalistas, torna o ambiente natural mais uniforme, menos articulado e monótono. Os padrões de consumo propostos por vários grupos alternativos, baseados na agricultura orgânica e na reutilização, têm um custo alto para grande parte da população, exigindo um esforço individual e coletivo que depende de uma gama de fatores, desde educação, informação, melhoria das condições de vida e de salário, até programas de reciclagem dos resíduos (lixo) pelo poder público constituído.

A personalização do produto é uma característica do capitalismo. Esta personalização é própria do complexo simbólico. A globalização é uma homogeneização social da produção e do consumo. A forma como os produtos são produzidos no processo industrial e a forma como articulam-se as redes de consumo é garantida pela alienação. Este processo, no capitalismo, parece ser uma prática necessária para a reprodução das relações de produção existentes, entendidas como uma ação ideológica veiculada na atualidade pela área da propaganda e pelos meios de comunicação de massa.

O problema da identificação do responsável pelos problemas sócio-ambientais, é dificultado na medida em que as ações diluem-se na complexidade da atualidade. O ter, como manifestação do consumismo tem outro sentido, não é mais uma mercadoria fixa, pode ser por exemplo falar uma língua (inglês), assim vale mais o símbolo do que o produto (conteúdo). A nova dimensão do espaço-tempo representa uma intensificação e uma apropriação veloz da

natureza. Esta velocidade oculta o uso da natureza. A natureza, transformada em mercadoria, é simbolizada, entra em um processo de necessidade social criando uma necessidade individual. A Indústria do turismo, por exemplo, capturou o lazer e o transformou em uma atividade econômica. O desejo de estar em uma praia paradisíaca é estimulada pelo cotidiano caótico da cidade.

A questão da permeabilidade social, ou seja, a possibilidade de obtenção da mercadoria, seja a natureza-produto ou qualquer outra, pela totalidade da sociedade, é um discurso que esconde vários problemas. Diante da realidade do mundo atual, será possível adotar, para toda a humanidade, o mesmo padrão de produção e consumo das sociedades desenvolvidas dos países ricos do norte? Neste contexto, o intelectual deve compreender o quê? O entendimento, ou seja, o conhecimento ocorre como um processo externo à realidade? Existe uma culpabilidade social? As instituições, no contexto social, enquanto unidades comprometidas com o padrão de produção e consumo capitalista, estão articuladas com este processo produtivo? Os signos e símbolos são produzidos em que contextos? A significação é dada e produzida deliberadamente em um complexo de interesses? Este processo ocorre *naturalmente*, ao acaso? Os processos existem simultaneamente?

As questões acima, são dúvidas que não serão resolvidas neste trabalho, foram lançadas para posterior reflexão. Mas, se consideramos que as representações podem ser produzidas em um processo elaborado, então estas são realizadas com intencionalidades. Estes sujeitos, sendo parte de uma unidade da sociedade, isto é, instituições, empresas, etc, acabam por gerar ações e conseqüentes significados, que comprometem grande parte dos componentes destas referidas unidades. A instituição, por exemplo, enquanto espaço de ação dos sujeitos é responsável por suas ações. Historicamente, em várias instituições realizaram-se ações (Igrejas, Universidades, Empresas, Estado), os sujeitos ao fazerem isso levam estas instituições a interferir na realidade, estas ações concretas, no sentido da mudança que realizam, materializam-se, produzindo

marcas, assim a instituição, enquanto um sujeito social, compromete os seus integrantes individualmente e, mesmo sem consciência deste fato, reproduzem estas ações mantendo este padrão. Evidente que existem mudanças, mas estas podem estar sendo feitas na direção da continuidade, da implementação de um único modelo. Segundo Altivater (1995), a distância entre riqueza e pobreza não avança apenas em termos globais, mas sim em todas as sociedades nacionais. Este autor afirma que *"...em conformidade com o princípio da transitividade, encontramos as contradições globais em cada país, em cada cidade do mundo unificado"* (ALTIVATER, 1995:24). Outra questão importante refere-se ao modelo de industrialização capitalista que não é universalizável, pois para este modo de produção e de vida ser espalhado para todo o mundo, é necessário elevar o padrão de consumo de energia e material da população, tornando-os eficientes. Outro fator importante para a implantação deste padrão é a exigência de modelos ideológicos e de pensamento, além de instituições políticas reguladoras voltadas para este fim. Considerando que o ambiente e o desenvolvimento encontram-se em uma relação recíproca, existem recursos suficientes para este tipo de desenvolvimento em escala mundial? A existência do capitalismo está condicionada pelas desigualdades entre os diversos lugares do planeta? Ou é um modelo a ser atingido por todas as Nações ?

O planejamento, enquanto um processo de retirada daquilo que não é ordem como um desvio do modelo, é uma ação constante na relação da sociedade com a natureza. O limite não é dado pelo espaço que tem sido considerado como fetiche e como possibilidade. Atribuir ao espaço uma concretização, ou uma responsabilidade que ele não tem, sem considerar as ações dos sujeitos sociais, mais uma vez é descomprometer-se das responsabilidades que todos os que atuam na realidade têm. Evidentemente que este fato existe e é alimentado pelos setores ligados ao comando do processo produtivo, entretanto, esta complexidade, com a intensificação e padronização da comunicação, pode mascarar as ações destes responsáveis. Por outro lado, este mesmo avanço é o risco da desmistificação, pois

cada vez mais é de uso comum. Os desastres causados pela ocupação desordenada, como os desmoronamentos das encostas, ocupadas quase sempre pelas moradias de baixo poder aquisitivo, existentes nas grandes e médias cidades, são responsabilidades da natureza? Também a emissão de gases tóxicos na atmosfera, assim como a maioria das alterações ambientais são responsabilidade de toda a sociedade? A máxima *o homem destrói a natureza*, encontrada em vários discursos (oficiais, acadêmicos, movimentos ambientais e senso comum), atribui a todos as responsabilidades pela preservação da natureza, escondendo os sujeitos sociais envolvidos diretamente neste processo. A natureza e o coletivo, sem sujeitos responsáveis pelas catástrofes é uma mistificação erigida na própria organização sócio-econômica do modo de produção capitalista. A violência urbana, naturalizada, é também um símbolo desta tendência, relacionando a quantidade de dinheiro com a capacidade de sua obtenção. Estes processos são formas de alienação, de separação das ações engendradas em um padrão de desenvolvimento. A terra na cidade é mercadoria, mas sendo um bem essencial para a realização da vida das pessoas, e estas não podendo adquiri-la por meio do seu poder aquisitivo, passam a ocupá-la e este processo, historicamente, tem sido realizado em áreas desprestigiadas pelo capital e desprovidas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, além de serem áreas de riscos ambientais, como encostas e várzeas de córregos e rios.

Os movimentos populacionais no espaço urbano mundial, revelam alguns paradoxos: os países ricos limitam ou até impedem a migração, por outro lado, estimulam-se a natalidade, entretanto, nos países pobres, a política do controle populacional é imposta como a solução para os diversos problemas sociais e ambientais. As mudanças no padrão de urbanização preconizado pelo crescente desenvolvimento econômico, alterou o comportamento da população, especialmente o papel da mulher no esquema produtivo. A mulher é assimilada pelo mercado de trabalho, definitivamente. A explosão demográfica está relacionada com o processo de produção

e consumo da sociedade capitalista, mas a diminuição da taxa de natalidade está ligada sobretudo à queda da taxa de fertilidade.

O desenvolvimento sustentável condiciona-se à capacidade de suporte da população. Porém, esta visão, como já foi abordado acima, no âmbito oficial não se tem discutido o modelo de desenvolvimento capitalista, induzindo as pessoas a acreditar que a tecnologia, no contexto do padrão de desenvolvimento atual é a salvação do planeta. Mas, considerando que a sociedade baseia-se no descartável, onde cada vez mais pessoas aderem e conseqüentemente necessitam de maiores quantidades de produtos, a capacidade de consumo torna este modelo, sobretudo nas cidades, um problema sócio-ambiental, colocando em dúvida a idéia de progresso preconizada pelo capitalismo. O problema da crise atual explica-se na crise paradigmática. A diversidade e complexidade da realidade provoca uma revisão profunda nos pilares de sustentação filosófica e epistemológica da técnica e da ciência ocidental.

A natureza está aprisionada no cotidiano, porque reflete a forma como vem sendo tratada no campo do conhecimento técnico-científico. A ciência moderna, ao fazer a distinção entre ciências naturais e sociais, dirigiu todo o conhecimento para uma dicotomia neste dois últimos séculos, fazendo uma separação no pensamento e na ação prática da sociedade. O modelo de racionalidade que predominou neste contexto, foi baseado no modelo das ciências naturais. Este modelo foi entendido como global e universal, sendo um modelo totalitário.

O paradigma dominante, baseado no domínio das ciências naturais, postula uma verdade única que transformou-se num pressuposto para todos os estudos realizados, principalmente no século XIX, com a sistematização da ciência moderna. Entre os diversos princípios determinados neste época, esta visão de mundo conduz duas distinções fundamentais, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, e entre natureza e homem.

Na atualidade, vários autores anunciam um paradigma emergente. Santos (1996)⁸, defende um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Este autor apresenta alguns referencias para reflexão. Inicialmente, aponta que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, a distinção dicotômica entre as ciências naturais e sociais na atualidade não faz sentido. É fundamental introduzir a consciência no ato do conhecimento, assim como no objeto do conhecimento, possibilitando uma transformação na distinção sujeito/objeto. O conhecimento deve ser não dualista, firmando na superação das distinções. A resistência de grande parte dos cientistas sociais na não aceitação dos paradigmas das ciências naturais de forma acrítica, é o substrato para a busca de outros caminhos. "*Não há natureza humana porque toda a natureza é humana*". (SANTOS,1996:44)⁹. O mundo é comunicação, é importante que os procedimentos relativos ao entendimento da realidade estejam no cerne de todas as formas de conhecimento.

Para Santos (1996), todo conhecimento é *local e total* e tem como horizonte a totalidade universal. É local, pois se organiza em torno de temas de interesses dos grupos sociais concretos como projetos de vida locais; é um conhecimento sobre as condições de possibilidades, constitui-se com base em uma pluralidade metodológica, o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista o que o torna total.

O autor citado acima, também afirma que todo conhecimento é *auto-conhecimento*, o ato do conhecimento e o produto são inseparáveis. A ciência, no paradigma emergente, é mais contemplativa do que ativa, proporciona um busca e um encontro simultâneo do pesquisador. O conhecimento, como uma rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo adquire uma função concreta de prazer (CALVINO,1990). Também a aproximação com outras formas de conhecimento, como a arte, a literatura, a poesia entre outros, pode ampliar o entendimento do mundo.

Todo o conhecimento visa constituir-se em senso comum, a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos, o cientista é um ignorante especializado e o cidadão comum um ignorante generalizado (SANTOS, 1996). O conhecimento do senso comum, e o conhecimento vulgar, é a prática que orienta no cotidiano nossas ações e nossas vidas. O senso comum faz coincidir causa e intenção, separados no paradigma dominante. A transformação do conhecimento científico, em algo que possa ser de domínio comum, contribuirá para o avanço da sociedade, literalmente.

Este processo, aparentemente catastrófico, tem estimulado o surgimento de vários movimentos que, contraditoriamente, emergem da crise. Os novos movimentos sociais, como o caso do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, os movimentos ambientalistas e a luta pelos direitos humanos como uma maneira de viver, responde às novas necessidades filósófico-espirituais da sociedade. A preocupação com o transcendente, com a natureza, com os outros e consigo mesmo demonstra o desejo de transformação que vem minando o ideário do padrão dominante de desenvolvimento. É consenso, entre os diversos grupos, o investimento na formação dos sujeitos. Na atualidade, o debate da crise paradigmática tem encontrado, na visão de totalidade dos acontecimentos e dos fenômenos, condições para buscar novas alternativas. Neste processo, a auto-estima e mobilização sócio-ambiental são fundamentos para a realização de ações que possam interferir na realidade.

NOTAS

(1) RODRIGUES, Arlete Moysés. **O Meio Ambiente Urbano - Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental** In Simpósio de Geografia Urbana-AGB-1995-Fortaleza-Deptº de Sociologia-IFCH-UNICAMP-Campinas-1995-Mimeo, p. 1.

(2) Ver CORDEIRO H. K. In: **Fim de Século e Globalização**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

(3) ALTIVATER, Emar. **O Preço da Riqueza**, São Paulo: Ed UNESP, 1995.

- (4) A teoria do *espaço vital* formulada por Ratzel, demonstra a importância do território enquanto poder e riqueza de um povo. MORAES, A. C. R. (org). **Ratzel**, São Paulo: Ática, 1985.
- (5) SANTOS, Laymert G. **A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira**, In Rev. Novos Estudos, N. 38 - Mar/1994, SP:CEBRAP.
- (6) GUIMARÃES, Roberto P. **O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentável**, IN Lua Nova (Rev de Cultura e Política N. 35), Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- (7) SANTOS informa que *...o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Talvez não seja possível salvá-lo, se ficar demonstrado que as duas intenções são incompatíveis...*
- SANTOS, Laymert G.** A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira, **IN Rev Novos Estudos, N. 38**, Mar/1994, São Paulo: CEBRAP, p. 176.
- (8) SANTOS, Boaventura S. **Um Discurso Sobre as Ciências**, Porto: Afrontamento, 8ª Ed., 1996.
- (9) Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza**, São Paulo: Ed UNESP, 1995.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria**, São Paulo: Contexto, 1988.
- CORDEIRO, Helena K. **A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano**, IN Fim de século e globalização (Milton Santos-org), S Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- GUIMARÃES, Roberto P. **O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentável** In Lua Nova (Rev de Cultura e Política N. 35) Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- MORAES, A. C. R. (org). **RATZEL**, São Paulo: Ática., 1985.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **O Meio Ambiente Urbano - Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental**

IN Simpósio de Geografia Urbana - AGB-1995 - Fortaleza-CE - Dept^o - de Sociologia - IFCH - UNICAMP, Campinas, 1995 - Mimeo.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**, Porto: Afrontamento, 8^a Ed, 1996.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira** IN Revista *Novos Estudos*, N. 38 - Mar. 1994, São Paulo: CEBRAP.

REFORMA AGRÁRIA**

José Graziano da SILVA*

No Brasil, na época da colônia, quando o preço do café era alto, existia fome, um paradoxo interessante. Por quê? Porque todo mundo deixava de plantar o arroz e o feijão para plantar o café. Quando o preço do café estava ruim, baixo, sobrava comida, pois as pessoas se dedicavam às suas atividades de subsistência. Mas o que tinha valor era o café, não o resto. Isso no sistema anterior. Com a agricultura se transformando em uma atividade industrial, cada um dos seus produtos tem seu valor: ração tem valor, ovo tem valor, galinha tem seu valor, a gaiola tem seu valor, pois tudo é comprado e vendido. Isto é um mercado capitalista. E foi o que aconteceu em nosso país de 1950 a 1980 mais ou menos, esse processo de modernização da agricultura que vai terminar no que chamamos de complexos agro-industriais.

A partir dos anos 80 o Brasil tem uma agricultura moderna, dinâmica, concorrendo com as principais agriculturas do mundo.

Nos anos 80, a agricultura não foi mal, mas o problema é que se sucederam algumas séries de crises e aquela população que estava sobrando da agricultura não estava encontrando um espaço de inserção urbana.

(*) Engenheiro Agrônomo, Professor Dr. Titular de economia agrícola do Instituto de Economia da Unicamp e bolsista do CNPQ.

(**) Seminário apresentado em abril de 1997, no Curso de Especialização: Cidade e Gestão: uma abordagem multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas - ICH - PUC-Campinas.

Esse processo de arrebentar o sistema anterior e criar os complexos tem brutal aumento de produtividade. Então, nesta evolução dessas atividades capitalistas, típicas da atividade industrial, aumenta a produtividade de modo que, para produzir a mesma quantidade de produto precisa de menos gente. Antes, quando eu queria saber como é que ia o emprego agrícola, era só pegar o calendário de atividades e você sabia mais ou menos quanta gente estava ocupada. Por exemplo, na época de cana eu podia saber quanta gente estava trabalhando, pela área que estavam colhendo, a área que estava produzindo. Hoje eu não tenho mais essa idéia, é muito mais difícil de saber.

Atualmente, grande parte da colheita de cana é realizada mecanicamente. Aqui na região de Campinas, principalmente Barão Geraldo, era um grande algodoal. Era muita gente para colher algodão, até escola parava.

Hoje, onde tem algodão, passa uma colhedeira que faz o trabalho de 120 homens em um dia. Então, essas atividades que se mecanizaram, se modernizaram, aumentaram muito a produção e a lucratividade. O sistema anterior ocupava muita gente dentro da fazenda e a modernização começou a empurrar gente para fora, para a cidade. Enquanto a cidade estava crescendo, criando indústria, construindo prédio, essa gente que veio do campo encontrou um espaço, um lugar para se acomodar. Aí, nos anos 80 vem a crise, a grande crise, e o Brasil para de crescer na sua atividade industrial. Mais do que isso, a atividade industrial também se moderniza. E passa a absorver pouca gente com esse processo de reestruturação produtiva. O caminho, a porta de entrada da cidade para o migrante rural era a construção civil. As pessoas que vinham da Bahia, Nordeste, Pernambuco, vinham até a Rodoviária e saíam para procurar uma obra. Porque na obra tinha um lugar para dormir, banheiro, emprego, sociabilidade e companhia. Então, a partir desse momento, o migrante se inseria na sociedade. Ele não ia dormir debaixo da ponte, virar marginal a serviço do traficante, ele tinha um processo de inserção social produtiva. E na construção civil ele tirava

seus documentos, conseguia uma carta de referência, conseguia se inserir nesse novo mundo, nessa nova sociedade.

Isso porém nos anos 80 acaba. Porquê? Porque nos anos 80 a construção civil também acabou. Por exemplo, no interior do Rio Grande do Norte, numa cidadezinha pequena, a Caixa Econômica Federal estava construindo um prédio e tinham que fazer uma laje. Ela teve que ser feita no domingo porque precisava de tanta gente para carregar concreto, que tinha de ser feito no mesmo dia, tendo sido necessário fazer um mutirão no domingo: eram quarenta pessoas carregando aqueles baldes de cimento com terra para fazer a laje.

É um processo que não é mais artesanal. Porém, lá ainda é artesanal, um monte de gente trabalhando com cimento nas costas.

Então essa mudança na construção civil vai acabar com outras indústrias. Não absorvem mais gente, principalmente não absorvem mais gente não-qualificada.

Nos anos 80 houve esta redução, e isso dá para mostrar muito bem pelo nível de absorção de uma população trabalhadora.

Na atividade urbana que vinha crescendo é sempre desejável que as taxas de crescimento que envolvem a população sejam pelo menos maiores que a taxa de crescimento demográfico. Por quê? Porque, por exemplo: a evolução do emprego. Se o emprego aumentou 3%, isso é bom ou é ruim? Se a população aumenta menos que 3% é bom, se a mesma aumenta mais que 3% é ruim, está gerando menos emprego do que gente que quer trabalhar.

PEA é a população economicamente ativa, gente que trabalha. De 81 a 86, nós tivemos taxa de crescimento da população urbana em torno de 1.8 a 2%. Então todo número que for maior que 2% está bom. O setor urbano, no começo dos anos 80 ainda estava muito bom, depois ele começa a desacelerar. Nos anos 90, para de crescer, para de absorver gente. No rural, já vinha baixo, a agricultura já não vinha absorvendo gente, depois ela começa a crescer.

Rural é gente que tem domicílio rural. E agrícola é gente que trabalha na atividade agrícola. Essa separação é importante

porque nem todo mundo que mora na cidade trabalha em atividade urbana. Tem muita gente na cidade que trabalha em atividade agrícola e o inverso também é verdadeiro, nem todo mundo que mora no campo trabalha em atividades agrícolas.

E o que exatamente começa a acontecer na segunda metade dos anos 80 é isso: a atividade agrícola começa a se reduzir por conta do crescimento da mecanização. Há estagnação da área cultivada no país, que deixou de aumentar sua safra, que às vezes passa a ser negativa, quando já era baixa, era menor que o crescimento populacional. E o que passa a crescer mesmo são as atividades não-agrícolas e número de desocupados, que antes vinha diminuindo, de repente começa a crescer 14 %. Então, essa é a mudança que acontece em meados dos anos 80. Esse país muda de cara, ou seja, a indústria de atividade urbana deixa de absorver mão-de-obra e as atividades agrícolas aceleram a dispensa de mão-de-obra. Cresce o número de desocupados, que passam a ser uma proporção crescente da força de trabalho, inclusive no meio rural. Tem gente desocupada, desempregada no meio rural, que é uma novidade, pois o espaço rural é um espaço privado. Você está acostumado a ficar desempregado na cidade.

Até os anos 80 essa figura do desocupado rural é uma novidade, depois passa a ser uma coisa visível porque cresce esse número. Os desocupados onde estavam? O número de pessoas que trabalham no meio rural é muito maior e está ficando cada vez maior do que as pessoas que trabalham nas atividades agrícolas.

Em 1990, dos 100% das pessoas ocupadas, a nível de Brasil, 64%, ou seja, 2/3, estavam ocupadas em atividades agropecuárias. No Brasil, em média, a cada 3 pessoas que moravam no campo, 2 trabalhavam em atividades agropecuárias, 1 não trabalhava. No que ele trabalhava? Sete por cento trabalhavam em indústria, agroindústria, indústria de transformação; Três por cento trabalhavam na construção civil, que faz casa no meio rural.

Na região Sudeste a proporção já é muito maior das pessoas que não trabalham em atividades agrícolas: 60% de cada 10

peças, 6 trabalham em atividades agrícolas; enquanto 4 não trabalham em atividades agrícolas. Aparece um destaque: 13% em prestação de serviços. Como é que alguém que trabalha no meio rural presta serviços? É o agrônomo, contador, telefonista, motorista do ônibus, a professora, uma série de serviços ligados a atividades produtivas. Mas tem mais do que isso. Vocês já passaram numa estrada. O que tem numa estrada? Não tem só cana. Não tem hotel-fazenda? Não tem "Pesque-e-Pague"? Não tem haras? Não tem as pessoas que vendem queijo, garapa, mel de abelha, fruta, sacolinha de laranja? Estão prestando serviço, como na cidade (na cidade tem a laranja já congelada).

De onde vêm: sua faxineira, a diarista, o guarda-noturno? Vêm da zona rural, eles moram hoje na zona rural porque é mais barato, nos vilarejos, naqueles bairros suburbanos e loteamento clandestinos. É da zona rural que eles vêm prestar serviço na cidade.

No meio rural tem muita gente trabalhando. Vamos pensar em São Paulo, 1990: 418.000 trabalhadores envolvidos em atividades agropecuárias, mas tinha um total de um milhão e meio de pessoas no meio rural. Então, tem mais gente no meio rural que não trabalha com fazenda, mas mora na zona rural. O que eles fazem? Há uma lista de coisas: motorista, trabalhador de escritório, comércio, empregada doméstica (119.000 em São Paulo que moravam no campo). O que eu estou querendo dizer com isso é o seguinte: alguém já ouviu falar sobre as funções da agricultura na economia? O que se espera da agricultura? Que nos dê alimentos. Fundamentalmente que gere o abastecimento nas cidades. Então, espera-se mais do meio rural. Mais do que a função agrícola: que ajude a gerar emprego, que seja um local de residência, lazer. São novas funções que apareceram principalmente nos países que têm agricultura moderna. O rural virou aí um espaço de moradia e de lazer, além de ser o espaço produtivo. E mais uma coisa se espera do rural: preservação ambiental dos recursos naturais. Então, de repente eu agreguei naquela função nobre agrícola de produzir alimentos, 3 outras novas funções que eu espero não do agrícola, mas do rural: moradia, lazer, preservação.

Evidentemente isso gera espaços de inserção produtiva, de empregos, trabalho, ocupação, fonte de renda para as pessoas. É isso que se pensa do mundo rural nos países modernos.

Um outro contingente importante de pessoas ocupadas nascidas paulistas são os caseiros (para as casa de finais-de-semana), jardineiros, etc. Meu vizinho se mantém como jardineiro: ele faz o jardim dos professores da UNICAMP na Cidade Universitária.

Essas atividades não-agrícolas passam a ser fundamentais como fontes de renda dessas pessoas por duas razões: primeiro porque ela estabiliza muito a renda das famílias rurais. Quando vem só da agricultura, é uma renda instável (o sujeito gasta o ano inteiro e só recebe na colheita), é um problema muito sério. Normalmente, quando chega a hora da colheita, a família está tão endividada que ele entrega a colheita para o primeiro atravessador por preço baixo.

Vocês já ouviram falar de preço mínimo, de empréstimo de comercialização ?

Todas as políticas agrícolas do governo foram sempre medidas a crédito para evitar que o agricultor tenha que se endividar, tenha que vender sua produção para os atravessadores.

A atividade não-agrícola dá essa vantagem. Primeiro, uma família que com mãe ou filha que trabalhe de empregada doméstica tem certeza de poder contar todo mês com um salário mínimo, que poderá ser usado até para subsidiar a produção agrícola. É uma fonte de renda monetária constante.

Segundo ponto: em geral, é uma fonte de renda maior do que a gerada pelas atividades agrícolas. E hoje não vale a pena criar frango em casa, ter uma horta. Os produtos às vezes nos supermercados são mais baratos.

Uma família rural que se envolve com atividade agrícola, quando consegue uma inserção em uma atividade não-agrícola para completar o seu tempo e completar sua renda, em geral a renda dela não só estabiliza, como aumenta. Com relação a todas as regiões do Brasil: eu pego a renda das famílias envolvidas em atividades

agrícolas e coloco igual a 100 (em todas as regiões elas são iguais a 100). Todas as outras rendas das outras atividades são maiores, exceto aqui na zona centro-oeste, na prestação de serviços. Mas é o único número nessa tabela que é menor que 100.

Vejamos na região Sudeste, por exemplo: o número de pessoas que trabalham em serviços pessoais é igual a 115. Vamos supor que serviços pessoais sejam só de empregadas domésticas. Em média, as empregadas domésticas ganham 15% a mais do que o setor agrícola em São Paulo.

Todas as atividades agrícolas, mesmo das pessoas que moram na zona rural, são superiores às rendas agrícolas.

Então, aqueles que vendem saquinho de laranja, caldo-de-cana, ganham mais do que se venderem a cana. Essa agregação de valores, que é a prestação de serviços, estabiliza a renda e eleva o valor dela.

Alguns números dos anos 1992 a 1995, são dados que acabaram de ser divulgados pelo IBGE. Eu fiz um corte aqui para mostrar para vocês que cada vez aumenta mais o número de pessoas que trabalham menos tempo, em tempo parcial. Quer dizer que a atividade agrícola está se tornando cada vez mais uma atividade de tempo parcial..

Vamos comparar os que trabalham até 14 horas e os que trabalham mais do que 15 horas por semana (mais que 15 horas por semana é considerada ocupação completa). Se pegarmos a variação entre 1992 e 1995, vamos ver que na atividade agrícola diminuiu quase 500.000 pessoas que trabalham mais do que 15 horas.

Se pegarmos os que trabalham até 14 horas, aumentou 100.000 pessoas. Então, está diminuindo o número de pessoas que trabalham em tempo integral nas atividades agrícolas e está aumentando o número de gente que trabalha em tempo parcial.

Resumindo, eu mostrei primeiro como é que um conjunto de atividades dentro da fazenda foram transferidas para a

cidade. Como é que saíram de dentro da fazenda do meu avô a olaria, a serraria, a produção apícola, e se tornaram novos ramos de atividade. As cidades passaram a absorver bem o que a agricultura empurrava para fora.

Nos anos 80 há uma reestruturação produtiva nas atividades urbanas, que deixam de absorver gente: diminui a geração de emprego e a agricultura continua empurrando gente para fora. E começa a aparecer também gente desocupada no próprio meio rural, no próprio campo, o que era novidade até os anos 80. E aí, há uma mudança desse meio rural.

O meio rural começa a crescer e se torna maior do que o agrícola. Porque se demandam dele novas funções, novas atividades que não são estritamente produtivas. O rural não é um lugar onde se produz só arroz, feijão, mandioca, laranja, soja. Ele produz também habitação, residência e preservação do meio ambiente. Aumentou então o espaço produtivo, aumentaram as funções do meio rural. Esse novo rural brasileiro não é exclusivamente agrícola, ele é mais do que só agrícola.

Agora eu vou entrar com uma outra idéia importante para desenvolvermos.

Em geral, confunde-se a idéia de que desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento social ou rural. Espera-se que, à medida que a agricultura vai se tornando cada vez mais moderna, isso propicie melhores níveis de bem-estar para a população da região. Infelizmente, essa idéia de que o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento rural, no Brasil, é uma exceção.

As regiões de maior desenvolvimento agrícola não são as regiões que têm os melhores índices de vida, saúde e renda. A figura do bóia-fria é paradigmática. Numa região, por exemplo, como Ribeirão Preto, essa gente vive numa região rica, próspera, mas uma das regiões mais miseráveis em termos de trabalhador rural. Essa dissociação entre o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento rural, esse não-parallelismo se deve ao nível de salário, que é muito

baixo no Brasil. Nos anos 80, o salário-mínimo estava na faixa dos 60, 70 dólares. Agora está em 112 dólares.

Nossa região tem grandes níveis de pobreza em função dos baixos níveis de renda; o rural teve uma concentração de renda muito grande. Além da renda ser baixa, ela é muito concentrada. E a concentração de renda no rural tem muito a ver com a concentração de terra. Quando a terra pertence a um dono só, toda a renda acaba indo para um bolso. Se uma região tem uma terra melhor distribuída, a tendência é ter uma renda melhor distribuída também.

O Brasil junta duas coisas perversas: os baixos índices de salários e os altos índices de concentração de renda e terra. O Brasil é hoje o que tem o maior índice de concentração de terra do mundo. Até alguns anos atrás ele perdia para o Paraguai, hoje passou à frente dele.

Qual é o problema desse nível de concentração de terra ?
O que é o problema agrário hoje ?

O quadro é o seguinte: há uma agricultura que se modernizou, tem alto nível de produtividade, grandes rendas, grande concentração, mas aí mudaram as coisas no meio do caminho e a agricultura começou a gerar desemprego e a cidade começou a absorver o contingente humano que veio do campo.

Hoje, a pessoa que sai da zona rural e tenta se inserir nessa cidade grande, não consegue. Não tem mais espaço de inserção para ela nem na marginalidade social.

O conceito de marginalidade que sociólogos discutem já não serve mais. O tráfico, a favela são marginais no Rio de Janeiro? Não.

No final do ano passado eu fui fazer uma palestra em Areias, cidade do interior da Bahia, com 20.000 habitantes. Ela tinha uma usina, a Nova América, que empregava 6.000 pessoas e que fechou. Foi para lá uma promotora (porque quando fecha uma empresa, os trabalhadores são seus credores privilegiados). As máquinas foram a leilão e a promotora mandou intimação para os ex-

trabalhadores para chamá-los a receber o 13º salário, férias, etc. E ela estava lá na minha palestra e se levantou para mostrar a lista, a relação que a polícia de SP tinha localizado.

Tinham identificado 190 pessoas: 3 mortos por tentativa de assalto, estes não conseguiram entrar para uma quadrilha competente; 6 presos por tentativa de assalto, roubo, aguardando julgamento. Não dá para se inserir nem mais como marginal, não se consegue virar bandido, nem prostituta, nem "flanelinha" (guarda-carros). Isso tudo já está organizado, estruturado. Este é hoje o quadro social.

E hoje, é normal que as prefeituras dêem uma passagem de volta nos centros de triagem, para se livrar do problema.

Voltando ao problema da concentração de terra, ele não é um problema em si mesmo. O problema é a gente sem terra que ela faz. Os principais autores clássicos que tratam da questão agrária brasileira insistiam muito nisso: não há o problema de terra, mas sim o dos sem-terra. Por isso que chamam "Movimento dos Sem-Terra". Esses que são o problema. O que vamos fazer com essa gente? Antes, essa gente, na fazenda do meu avô, ficava por ali. Lá eles plantavam uma rocinha, mandioca, criavam galinha; nas atividades de subsistência artesanal, conseguiam se reproduzir e sobreviver. Quando eles foram postos para fora da fazenda e foram para as cidades, conseguiram trabalhar na construção civil, na auto-construção, compravam um terreninho, dividiam e nos anos 60 e 70, conseguiram se inserir.

Nos anos 80 não tem mais esse espaço, é bate-e-volta, ou ele é morto ou ele mata. Então a alternativa dele é viver na marginalidade, se conseguir inserção, ou voltar para um lugar desocupado no rural.

De um lado há gente sem terra, de outro há terra sem gente, não há cerca que agüente e impeça que essas terras sejam vistas como uma fonte de ocupação, moradia.

O drama não é que a terra está concentrada, mas sim, que não temos o que fazer com essa população que sobra.

Os clássicos todos que trataram de questão agrária no Brasil sempre enfatizaram isso, que o problema não era a questão da terra e sim, uma superpopulação excedente. E não é que não eles não tenham terra, eles não têm nada ! Tem uns que tem o privilégio de serem do Movimento dos Sem-Terra, mas são só os privilegiados; porque a maior parte não tem terra, emprego, casa, saúde, educação, dente, alimento, nem organização social por trás. Os sem-terra têm pelo menos movimento social organizado por trás, pelo menos têm uma "cara", uma maneira política. Essa capacidade de luta e organização é muita coisa. O problema não são os sem-terra, são os outros 6.000 que se espalharam por este país e outros milhares.

A Paraíba tinha nove usinas. Entre 86 e 90, fecharam 8. São 150.000 pessoas que ficaram desempregadas só na cana-de-açúcar. A região Nordeste produzia um milhão de dólares de algodão, hoje apenas 200 ou 300. O Brasil importa 800 milhões de dólares de lã de algodão do Casquistão para as tecelagens do Nordeste e Ceará. Isso destruiu a produção algodoeira do Nordeste, e 400 mil pessoas perderam seu emprego, e não têm para onde ir. É um problema dos sem terra, sem organização, sem seguro, esse movimento que vira meio anárquico. De repente, são invadidos, levam tiros, morrem.

Um segundo ponto: o preço da terra.

A terra concentrada, a terra em poucas mãos gera preços muito altos. Se eu pegar um hectare de terra, por exemplo, no estado de São Paulo deve custar mais ou menos, hoje, 1.500 dólares. Essa mesma terra, a melhor terra dos EUA, uma região parecida com Campinas, vale 800 dólares, a metade. Na Argentina, que é considerada uma região de pântano, a mais fértil do mundo, tem solo de 18 metros de profundidade, vale 3.000 dólares.

E o preço da terra no Brasil não foi sempre alto. Quer dizer, relativamente a outros preços sempre foi, mas cresceu muito. Se nós pegarmos uma série comprida, Brasil e São Paulo, em 1986 o hectare de terra já valia 1.000 dólares, já era elevado. Mas o que aconteceu

em 86? Quem tinha terra em São Paulo recebeu um dinheiro subsidiado, os créditos agrícolas foram para quem tinha terra.

Por exemplo, quem tinha terra, tinha café, pôde arrancar o café subsidiado para plantar cana. Depois, pôde tirar a cana para plantar laranja subsidiada. Agora, pode arrancar a laranja para plantar cana também subsidiada.

O acesso à terra, fato de ter a propriedade da terra é o caminho do acesso a outras formas de dinheiro. Quem tem terra, tem crédito, tem dinheiro!

À medida em que as políticas agrícolas foram aumentando nos anos 70 tem mais crédito subsidiado. O preço da terra dá um salto, passa de 1.000 para 4.000, fica num outro patamar.

Depois tem a crise dos anos 80, o corte de crédito cai. Depois vem o Plano Cruzado, o preço da terra chegou a 9.000 dólares em média nessa região do estado de São Paulo. No Plano Real, sobe o preço da terra, agora está caindo de novo. Essa é uma tendência importante: enquanto tivermos esses níveis de prestação elevados, o preço da terra é baixo, a atividade agrícola não pode ser outra coisa.

Não é à toa que os pequenos estão chegando, os pequenos conseguem pagar, o preço está abaixando. O preço da terra, que é um meio de produção fundamental, sofre essas oscilações. Nós precisamos de uma série de coisas para empurrar cada vez mais esse preço para baixo.

Por que o preço é alto ?

Primeiro porque a terra é essa fonte de acesso de outras empresas. Uma segunda razão é que ela é uma forma de poupança: todos sabemos que o caminho para comprar uma casa é comprar um lote de terra; espera a prefeitura asfaltar, colocar água, espera o Estado fazer as benfeitorias sociais para organizar sua propriedade e daí você vende e compra um apartamento.

Todos nós aqui, de alguma maneira, somos especuladores, porque isso é uma especulação fundiária.

A terra não custa nada. Para você ter um carro custa: por gasolina, dar manutenção, ter uma garagem. A terra não custa, não desvaloriza, não estraga. Pelo contrário, ela recupera a utilidade. Ela é um bem liberado para ser uma reserva de valor. A menos que a gente venha e tribute essa terra e imponha um custo ao proprietário da terra.

Sabe o que é isso que a prefeitura faz?

Por exemplo seu terreno vai deixar lá esperando valorizar. A prefeitura vai lá, cobra IPTU, o senhor vai ser obrigado a morar, a limpar o terreno.

E no meio rural, o que é feito? Nada.

O agricultor não paga imposto de renda. Exemplo: eu moro na área rural e tenho terreno na Cidade Universitária, em Campinas e pago todo ano 150 mil reais de IPTU, o terreno tem 450 metros quadrados. Eu moro numa chácara da divisão urbano/rural, tem asfalto até duas quadras, e minha chácara tem 10.000 metros quadrados. Em média, o IPTU urbano dos grandes centros está na faixa de 50 dólares por ano o metro quadrado.

Para fechar, eu acho que hoje você tem uma essência da questão agrária no Brasil, que é os sem-terra; o problema do preço da terra, porque o fato de ter muita terra sem gente e muita gente sem terra é o problema do preço (em economia isso é o problema do preço); você tem muito carro sem vender e muita gente sem carro, é o problema do preço do carro. Os economistas pensam assim: quando você tem abundância de um lado, escassez de outro, é só questão de ajustar o preço. Cada vez mais tem gente sem terra e tem uma tendência de terras improdutivas serem mantidas indevidamente improdutivas. Um outro fator da questão agrária é essa emergência de uma série de atividades de prestação de serviços. Por exemplo, no jornal:

Zona da Mata de Pernambuco com a Fazenda que foi desapropriada para fazer um assentamento.

A fazenda era de cana-de-açúcar e tem uma casa grande do tempo dos holandeses; resolveram parar com a cana, fizeram um museu da casa histórica e construíram uma hospedagem.

Vou contar uma historinha para mostrar onde eu quero chegar: eu tive oportunidade, três anos atrás, de fazer uma consultoria na Europa, Andaluzia (sul da Espanha), que equivale ao nosso Nordeste, muito pobre, quente, árido. A grande atividade produtiva da região era a criação de cabra e produção de azeite de oliva.

Só que a oliveira é uma árvore enorme e eles precisavam podar de vez em quando. Então, o Sindicato dos Obreiros Campesinos queria entrar com uma demanda para o Governo para arrancar as árvores mais velhas, pouco produtivas. O pessoal já era idoso, era difícil subir em escadas, porque é complicado colher azeitona em uma árvore desse tamanho e havia muitos acidentes. Fizeram um pedido de financiamento para plantar variedades novas, plantas enxertadas, que ficam mais baixas.

O problema da Espanha hoje é que ela produz um excedente de óleo de oliva que não tem consumo no mundo. O óleo de oliva para vir à nossa mesa precisa ser misturado com uma proporção de óleo de soja, quase meio a meio, por ser muito ácido e ter alto teor de colesterol. Hoje o consumo de óleo de oliva decaiu. Atualmente a Espanha luta contra o problema de não conseguir vender tudo o que produz. Agora, imaginem se financiassem a extração das antigas oliveiras e as substituíssem por outras mais produtivas ! ...

A alternativa foi tentar outras atividades, mas é uma região muito árida, tudo fica muito caro por não ter água e ela ter de ser bombeada de longe. Até que, finalmente, descobriram nessa região da Andaluzia a chamada Possa do Sol: os nórdicos, noruegueses, vêm passar o inverno nos Balneários do Mediterrâneo. Os comerciantes da Finlândia, aposentados, vêm de carro, ônibus, excursão para os Balneários. Ao invés de arrancarem azeitonas, financiaram para que cada um desses pequenos agricultores familiares construíssem uma pousada que dá o café-da-manhã. Acabou o problema da produção de azeitona, de venda do produtor e virou uma área de preservação.

Em Jaguariúna, na casa do guarda de um condomínio, tem uma placa "Sítio - Vende-se". O pai do dono, imigrante italiano, veio

para cá, colono de café, trabalhou, e agora está conseguindo comprar 10 hectares e tem nove filhos. Vendeu metade para uma Imobiliária e fez um condomínio de alto padrão, de luxo. Cada filho, além de construir sua casa, trabalha em uma coisa: um é jardineiro, outra é empregada doméstica, Sr. Ermelino montou um pesqueiro Pesque-e-Pague, cria minhocas. Criou-se uma nova dinâmica econômica ligada não à atividade agrícola. Do lado tem uma fazenda, Crisântemo, que exporta flores. Essa é uma dinâmica completamente diferente da anterior, do Sr. Ermelino. Mas é um novo espaço, um novo eixo de atividade.

Essa é a idéia: o que esses espaços, esses nichos de atividades são para aquele que desafia o setor de prestação de serviços, que é a grande mudança, também essa atividade da reforma agrária.

A idéia central que eu queria deixar para vocês é essa:

Pela dimensão que tem o problema agrário nesse país, a quantidade de gente sem-terra, seu preço, é difícil pensar que a gente possa fazer uma reforma agrária que seja exclusivamente agrícola. Se fizer, não vai ter gente para comer o arroz e o feijão que vai ser produzido. São níveis de renda baixos que se deve esperar para uma terra exclusivamente produtiva.

Mas se for possível combinar essa atividade agrícola, parte produção no mercado, parte recuperar a produção doméstica de autoconsumo, subsistência: fazer o doce em casa, fazer o queijo, é uma indústria doméstica que pode ser reativada e que pode ser altamente lucrativa com produtos de qualidade.

Em Brasília, o Governo do Distrito Federal está fazendo uma campanha que chama "Faça Sua Indústria, Briga Industrial"; tem uma nutricionista que supervisiona e eles fazem marmelada, doce-de-goiaba, tudo aquilo que é perdido no rural está virando produção artesanal com uma determinada orientação.

Se nós pudéssemos combinar a atividade agrícola-comercial com algum nível de atividade doméstica-artesanal, seja para

autoconsumo, produção comercial, com novas atividades, e principalmente com prestação de serviços não-agrícolas, a possibilidade de inserir esse "sem-sem" seria muito maior e com isso recompõe-se a unidade familiar, que estará sendo uma unidade de produção. Se nós conseguirmos recuperar essa idéia de a família ser uma unidade, não apenas de moradia, como também de consumo, de renda e de produção, de viabilizar uma reforma agrária, que não será mais exclusivamente agrícola.

Hoje não faz mais sentido uma separação rígida entre meio urbano e meio rural.

A transformação na base técnica-produtiva tornou esses limites das atividades muito difíceis de serem estabelecidos. As atividades agrícolas não estão somente no mundo rural. Você vê que nas cidades há um conjunto de atividades agrícolas importantes. Vocês já viram essas hortas? Criação de pequenos animais? Há muitos orquidários, flores produzidas em estufas..

Mais uma coisa interessante: a idéia do urbano esteve sempre ligada à atividade industrial. Mas a indústria não nasceu na cidade, e sim, no campo. As grandes indústrias tinham que estar perto da fonte de energia, que era hidráulica; só tinha energia hidráulica, queda d'água, roda d'água. Então, as grandes indústrias têxteis, por exemplo, se localizavam no campo. A cidade era o local de moradia, cercado de um muro para defender as casas das invasões dos bairros, daí se deve o perímetro urbano.

A agricultura se fazia dentro da cidade. Fora era a pecuária, proibida no perímetro urbano desde a Idade Média, porque levava peste, porque levava doença, os ratos. Diferente da agricultura, que sempre foi uma atividade urbana. E a indústria, que nasceu no campo, vai para a cidade, com a invenção da máquina a vapor, que é considerada a mãe da cidade.

Hoje é difícil falar da importância desse corte rural/urbano, melhor falar no contínuo de atividades e em um conjunto de atividades que têm que ser combinadas, que não são mais as atividades

agrícolas naquele sentido de dependerem da terra, da natureza. Hoje, todas as atividades agrícolas dependem pouco da natureza, da chuva, porque pode-se fazer uma estufa, irrigação, aquecimento, podemos contar com uma série de condições artificiais que de alguma maneira se produz.

Que implicação tem isso? De se pensar o rural, o urbano, um como contínuo do outro?

É pensar novas políticas para o rural. Que políticas? Por que o sujeito veio para a cidade? Porque não tem emprego no rural, não tem moradia, não tem educação, assistência médica. Em resumo, precisamos dar cidadania para o rural. O cidadão vai para a cidade para encontrar a cidadania, o lazer, a praça, a casa, o serviço médico, o cinema, a escola, um emprego. Mas, na cidade ele não consegue encontrar, não vai conseguir. Você simplesmente desenraíza os filhos do campo e não os torna cidadãos por causa de sua cultura, modo de vida, pela idade. Mas não é necessariamente voltar à escola rural, não precisa estar no campo, precisa ter educação. Não importa trabalhar na cidade, ele pode vir estudar na cidade, porque hoje nós temos meios de comunicação e meios de transporte que tornaram essas distâncias físicas muito menores. Então, se a pessoa tem casa, comida, porque vamos tirá-la de lá e colocá-la aqui, onde a casa é menor, não tem horta, não tem a galinha? Não, eu vou fazer com que a televisão chegue lá, a luz elétrica chegue lá e passe um ônibus escolar para pegar as crianças.

Mas, para fazer essa política é necessário antes fazer a reforma agrária, construir vilas rurais, recuperar vilas. Até hoje este país não tem financiamento para construções rurais. Se eu quiser reformar ou construir uma casa no meio rural, não tem jeito.

Apesar de na prática, nas condições objetivas já estar superada a dicotomia rural/urbana, mantém-se toda uma legislação que discrimina o rural, que o trata como um local privado.

Deixe-me falar um pouco da globalização.

Na questão da globalização temos dois itens muito diferenciados em relação à agricultura. Na verdade, dizem respeito às

suas funções principais. Um é o lado produtivo e o outro, da conservação, preservação do meio-ambiente.

Hoje, do mesmo jeito que se produz um carro mundial (um Ford, por exemplo, que é construído em várias partes do mundo), a agricultura já é muito próxima desse carro. No caso do suíno produzido na Holanda, que é uma grande produtora mundial de alguns tipos de suíno, usam soja brasileira na ração, aço coreano nas gaiolas, o medicamento é francês, ou seja, você tem também um processo produtivo, como se as partes daquele suíno fossem produzidas aqui no Brasil.

E ele na verdade, lá, é só o sujeito que engorda o suíno, nem a matriz ele tem, que vem de outro lugar, da Alemanha, no caso.

Então, temos um processo de especialização da produção agrícola, que se aprofunda muito com essa globalização, e que faz uma nova divisão do trabalho, onde esse complexo soja/carne seja talvez o complexo mais acabado hoje, mais paradigmático dessa globalização.

Os países desenvolvidos ficam com a atividade de terminação do produto, como engordar o porco; ou, na produção de flores, eles recebem a mudinha e fazem só florescer, colocando hormônio, atividade normalmente ligada à terminação do produto.

E os países subdesenvolvidos ficam com a produção das matérias-primas e processamento. A soja que entra na ração do suíno da Holanda é uma soja com nível de óleo baixo, menos de 12%. Para fazer isso, nós somos obrigados a extrair óleo do farelo, que dá o óleo de soja. Então, para nós vendermos soja para a Comunidade Européia, nós nos tornamos um grande consumidor desse óleo, que é um produto secundário do ponto de vista das exportações. O produto importante na soja na soja é o farelo para alimentar o suíno na Holanda. É isso que impulsionou o desenvolvimento. O óleo é só o produto do mercado interno, baratinho para alimentar o trabalhador.

Essa é a nova divisão do trabalho que se impõe do ponto de vista produtivo. E cada vez mais nos países desenvolvidos, o

agrícola é muito mais de alimentos frescos e perecíveis, e tem muito mais a ver com a questão da logística, que é a distribuição rápida, *fast-food, just in time*. São esses negócios que hoje "puxam" a produção agrícola. Cadeias alimentares que vão até o restaurante, trabalho sob contrato do Mac Donald's, Pizza Hutt, produzindo um tipo de alface que vai ser colocada no avião, saindo daqui sem agrotóxicos. Isso de um lado. Do outro lado, a globalização tem mostrado que você tem um excedente de produção. O problema da fome hoje é por outras razões, que não a falta de alimentos. A fome existe é por falta de dinheiro. Sobra alimento, de modo que há uma grande pressão para redução dos níveis de oferta, e os países desenvolvidos têm feito políticas para reduzir a produção.

E, nesta política de reduzir a produção, vêm as políticas de recuperação do meio-ambiente.

São basicamente dois blocos políticos: tornar menos intensivo o que se produz para usar menos agrotóxicos, menos química, intensificar a produção. Então, ao invés de criar boi confinado, passa-se a criar o boi no pasto, na pecuária extensiva..

Temos que evitar o aumento dos excedentes. No caso brasileiro, nós temos um problema de queda de safra nos últimos anos, mas se nós produzirmos 80 milhões de toneladas, sobra alimento, pois não tem gente que tenha condições de pagar para comer esse alimento. A menos que tenhamos um processo que facilite a distribuição de renda e a elevação dos salários.

É uma ilusão acharmos que nós temos problema de capacidade produtiva. A agricultura brasileira pode duplicar sua produção hoje, com a mesma área que tem, com a mesma tecnologia que ela usa.

O problema é que não temos a demanda, e a demanda no sistema capitalista tem a ver com o poder aquisitivo.

Não dá para pensar em uma reforma agrária. Temos que pensar em muitas reformas agrárias. Precisa-se pensar em muitos modelos que tenham inserções regionais diferentes. Não se pode

fazer uma coisa na Amazônia e outra igual em São Paulo, com as mesmas características. Muito do que eu disse aqui vale para regiões que estão próximas de núcleos urbanos, não para regiões do meio da Amazônia. Não é um modelo único. Mas tendo a idéia de ter diferenças regionais e de combinar a atividade agrícola com a atividade não-agrícola, é uma receita, em geral, válida para a maior parte das regiões. Podem existir alguns lugares onde não seja possível prestar atividades não-agrícolas, mas a maior parte permite isso.

A indústria doméstica, por exemplo, é uma coisa que pode ser recuperada. Os assentamentos melhores sucedidos que eu conheço são aqueles que partiram para as agro-indústrias: você produz leite partindo para ter uma ordenhadeira que produz iogurte, faz queijo; criar suíno partindo para a fabricação de lingüiça..

Essa interação entre a indústria rural e a indústria doméstica é muito importante porque, se não, não gera atividade e, principalmente, não gera atividades dos jovens, o que é um grande problema social.

Uma outra característica fundamental da reforma agrária é ela ser descentralizada. Tem que ter um programa de descentralização, envolver município, envolver a comunidade.

Tem que ter um processo de organização, o acesso à terra não pode ser uma esmola agora.

Esse processo de luta de conquista da terra é um aprendizado que não se faz sem escola.

Existem duas vertentes totalmente diferentes, que são: as pessoas que já tem acesso à terra, que não são poucos e que estão enfrentando problemas, como todos os pequenos agricultores do país: problemas de política agrícola, problema do que produzir, problema de falta de crédito, problema de dificuldade de comercialização. Então, esse é um grupo que está partindo para a idéia das cooperativas (Movimento dos Sem -Terra que Já Tem Terra).

Este grupo tem hoje até escolas próprias, compra tratores e está fazendo um movimento cooperativo. Se for nessa direção, acredito que vá muito longe. Eles têm uma fábrica de calças *jeans* já num assentamento, que é para empregar as mulheres - é uma região que tinha muitas mulheres, no Rio Grande do Sul.

O outro lado do Movimento Sem-Terra é o lado da organização dos sem-sem, e que eu hoje vejo num caminho importante, se conseguirem organizar realmente a periferia da cidade. O que de fato o Movimento Sem-Terra conseguiu organizar é uma parcela ínfima dos sem-sem. O Movimento Sem-Terra tem 45.000 famílias acampadas, lutando por terra; tem mais ou menos 2 milhões de sem-sem nesse país. E muitos desses sem-sem estão nas periferias, que precisam ter uma inserção, pois já não são mais agrícolas. Eles são muito mais sem-teto do que sem-terra. Parece que o caminho natural dos sem-terra é para esse lado dos sem-teto.

E há experiências muito bem sucedidas de agro-vilas e de reformas agrárias urbanas.

Curitiba já teve, há 5 anos atrás, agro-vilas onde pessoas desocupadas trabalhavam de pedreiros e vendiam o lote com banheiro e cozinha prontos, e o proprietário ia devagar expandindo sua casa.

Se nós conseguirmos resolver os problemas dos próximos 10 anos (10 anos é uma geração neste país), os "trombadinhas", prostitutas, esse excedente de população que foi despejado hoje e que nós estamos matando com droga, marginalidade, fome, eu já estou satisfeito.

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO URBANA DE CAMPINAS¹

Mirza PELLICCIOTTA*

1. HISTÓRIA URBANA E RURAL

A história da cidade de Campinas já há alguns anos vem sendo estudada com base nos processos econômicos estabelecidos a partir de sua área rural.

O "ciclo do açúcar paulista", desenvolvido entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, teria possibilitado, segundo vários estudos, o povoamento do "oeste paulista" a partir da criação e desenvolvimento de núcleos urbanos, da diversificação do sistema viário e implantação de uma lavoura comercial escravista de cana responsável pela estruturação de uma economia agrária específica. Neste processo, Campinas teria sua origem de povoamento baseada nas rotas de penetração do ouro e seu desenvolvimento estruturado na economia canavieira escravista.

O estabelecimento da lavoura de cana na região de Campinas, na verdade, teria se constituído no primeiro impulso efetivo de povoamento da região - em associação com a agricultura de subsistência e com o comércio "incipiente" das tropas (a percorrer São Paulo, Goiás e Mato Grosso através da "Estrada os Goiases"), ao mesmo tempo que sedimentado as bases de uma estrutura agrária de caráter latifundiário e escravista.

(*) Professora do Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas - ICH. PUC-Campinas

A “força” da lavoura de cana (de caráter comercial escravista) atuaria, por sua vez, como elemento primordial de desenvolvimento da cidade (em prejuízo do papel desempenhado pela rota do ouro) na medida em que, na condição de componente das atividades produtivas do “quadrilátero do açúcar”, teria patrocinado/participado do crescimento, melhoria e diversificação do sistema viário da região, da formação/expansão de novos engenhos e do desenvolvimento de novos “bairros” rurais. Por outro lado, o “bairro rural”, que, desde meados do século XVIII começa a se estabelecer nesta região passa a ocupar no final deste século e primeira metade do século XIX um lugar estratégico no interior do sistema de transporte e produção articulado pela economia do açúcar.

Em um segundo momento da história Campineira, é o desenvolvimento da “produção cafeeira escravista” que demarca as condições de expansão e estruturação da cidade; condições, por sua vez, que se desdobram da mesma economia regional do açúcar - dos capitais, do sistema de comercialização e rede viária - em busca de somar-se agora ao comércio do café de outras regiões. Neste caso, a economia açucareira tem seus latifúndios (formados na virada do século XVIII para XIX e baseados no uso exaustivo e predatório da terra e da mão de obra escrava) reorientados para a criação de lavouras extensivas de café, o que permite à Campinas somar às suas atividades de base escravista e comercial uma nova modalidade de produção econômica, o café.

A “Campinas do açúcar” transformada progressivamente (a partir de meados do século XIX) em “Campinas do Café” passa então a receber um novo conjunto de atribuições, em especial no aspecto da sua urbanização; reforçando-se a convicção de que sua urbanidade se acha em direta associação com as atividades extensivas agrárias. A cidade que se desenvolve de maneira articulada à dinâmica de especializações do café, revela toda a sua coexistência com os processos e relações sociais vigentes no espaço rural, condição que permite que as transformações estabelecidas na esfera da produção agrária se façam sentidas na dinâmica de especialização

da área urbana, e vice versa. Com o passar do tempo, Campinas registra então, bases de diferenciação entre a hegemonia da "economia açucareira", da "economia cafeeira escravista" e da "economia cafeeira capitalista" que, a cada momento, configuram novas complexidades à dimensão urbana.

A cidade no século XX, por outro lado, já revela uma dinâmica de especializações, funções, equipamentos e bases produtivas própria - consolidada e articulada -, o que nos permite falar na gestação e desenvolvimento de uma "cidade industrial" que com o passar das décadas é capaz de inverter a relação urbano/rural (em meados deste século) e configurar um novo padrão de crescimento e feição urbana.

A relação entre a cidade e o universo rural, no caso de Campinas, exige estudos específicos de grande complexidade. A "cidade da cana" e a "cidade do café" adquirem uma complexidade progressiva a ponto de gerar a "cidade industrial" do século XX - herdeira de tradições ao mesmo tempo que distinta em suas novas funções e personagens.

Trabalhar com/sobre a evolução urbana de Campinas implica estudar o conjunto destas mesmas "fases" de forma a se poder acompanhar suas transformações e inter-relações - fundamentais à uma interpretação mais articulada de toda a heterogeneidade e especificidade da Campinas atual, em seus fragmentos e coesões por vezes tão incoerentes em sua aparência.

2. A CIDADE DE CAMPINAS: MARCOS DE PERIODIZAÇÃO

A história urbana de Campinas encontra-se norteadada pela história rural de suas estruturas produtivas, pelo menos até 1930, quando a "crise do café" desarticula as oligarquias agrárias da região. A relação entre ambas esferas mostra-se íntima e complexa em sua

associação de especializações e processos produtivos. No entanto, a percepção da história da cidade deve contemplar análises atentas sobre a dinâmica de suas diferentes atividades e vivências, o que, na prática, nos revela que a cidade não se constitui em um simples "reflexo" do mundo agrário. Pelo contrário, a vida urbana em associação às atividades agrárias (em grande medida, dependente destas) é capaz, em boa medida, de alterar estas mesmas atividades, assim como possibilitar articulações capazes de dinamizar e complexificar todo o conjunto das relações sociais e produtivas, agrárias e urbanas.

Neste caso, se nós nos utilizarmos de uma periodização tradicional baseada nos processos produtivos hegemônicos (encontrados na área rural nos séculos XVIII e XIX), é preciso termos o cuidado de não "reduzir" a dinâmica urbana às determinações exclusivamente agrárias, pois as articulações existentes não nos permitem homogeneizar suas especificidades.

Os estudos mais recentes sobre o tema vêm trabalhando a partir de uma periodização que reúne elementos rurais e urbanos na busca de compreender a economia cafeeira a partir de uma interpretação mais complexa acerca da "natureza" do seu capital - levando-se em conta as questões inerentes à uma economia capitalistas em expansão. Sob estas bases, a diversificação do próprio capital cafeeiro já redefiniria as relações produtivas, comerciais, financeiras, entre outras, presentes no universo urbano e rural, e que se por um lado interligariam ambas as esferas, também lhes atribuiriam especificidades econômicas.²

Os novos estudos apontam para uma relação mais complexa entre a agricultura e a urbanização de Campinas dos últimos 140 anos, fornecendo-nos um instrumental precioso de análise deste universo urbano. De forma particular, a periodização adotada por Semeghini³ é muito sugestiva, permitindo-nos demarcar a história de Campinas a partir dos seguintes cortes:

1. Campinas da Cana de Açúcar;
2. Produção Cafeeira escravista e a Geração da Transição (1850/1860);

3. Transformação nas relações de produção e primeiro grande “rush” cafeeiro (1870/1886): emergência do complexo capitalista, Campinas como “Capital Agrícola da Província”;

4. Segunda expansão cafeeira e mudanças econômicas e populacionais (1897/1930): mudanças na base agrícola e industrial, desenvolvimento da policultura, evolução industrial, evolução das funções urbanas;

5. Da “crise de 1929” à implantação da indústria pesada: crise, recuperação e mudanças no padrão de acumulação, evolução regional e urbana, Campinas (1930/1960): respostas à crise cafeeira e consolidação das funções urbano-industriais;

6. Explosão Urbana (1970/1980): Industrialização pesada e dinâmica regional do Estado, Expansão e Diversificação da base econômica em Campinas e região, Evolução Urbana e Metropolização: industrialização e estrutura social, expansão urbana, qualidade de vida.

Ao considerarmos a história de Campinas nos marcos da gestação de uma economia capitalista no século XIX, passamos a considerar sob novos ângulos sua história rural e urbana, revisitando não apenas a história urbana, mas reinterpretando também sua história rural.

3. A GESTAÇÃO DA CIDADE

Os primeiros registros conhecidos de “vida urbana” na região de Campinas são confusos, assim como os marcos de fundação da freguesia, motivo de acirradas discussões entre os estudiosos da questão nas décadas passadas⁴.

No início do século XVIII, teria-se formado entre as regiões da Vila de Jundiá e Vila de Moji Mirim, um “bairro rural” composto de alguns poucos “fogos” (unidades agrícolas de subsistência) nas proximidades da “Estrada de Goiasés” - via de penetração para as

áreas de mineração a partir da Vila de São Paulo. Neste período, várias das “paragens” estabelecidas na beira desta estrada teriam atuado como “núcleos” de povoamento de áreas paulistas, a partir do desempenho da função de promover o descanso das tropas em circulação pela estrada. No entanto, no caso da formação de Campinas, o processo teria se dado de maneira um pouco diferente. A origem da sua “vida urbana” aparece articulada a uma definição/planejamento político estabelecido por Morgado de Mateus com o propósito de consolidar a ocupação de algumas regiões despovoadas do sertão da Província; definição que leva à Barreto Leme - um morador do bairro - a promover e implementar a criação de uma freguesia.

Neste caso, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso se origina nas proximidades de uma “paragem” da estrada dos Goiaes, mas é criada por meio de requerimentos e solicitações de moradores rurais, com apoio de Morgado de Mateus. Em 1774, o “bairro rural” atingiria uma condição semelhante ao que hoje chamaríamos de Distrito, nas terras da Vila de Jundiáí.

No primeiro recenseamento, datado de 1767, o bairro denominado de “Mato Grosso” contaria com 38 fogos e 185 habitantes, atestando o recenseamento que não possuía “o menor resquício de vida urbana. Todos viviam de roça, de lavouras ou de tropas (..) O ponto de referência das roças era a paragem das Campinas ou pouso dos Três Campinhos, nomes pelos quais se distinguia uma ‘paragem deserta’ da Estrada de Goiás”⁵

No recenseamento de 1775, já transformado em Freguesia, Campinas contaria com 35 fogos e 200 pessoas (dados trazidos com exatidão pelo Com. Celso Pupo), produzindo-se basicamente milho, feijão e arroz, e mais uma pequenina área com algodão e cana para aguardente, em roças com área média de dois alqueires, destacando pouquíssimas propriedades com pouco mais de 5 alqueires, e uma única com 10 alqueires⁶.

Segundo Semeghini: "A indústria açucareira (...) se implantou em Campinas, entre 1790 e 1795"⁷, fato associado a um crescimento populacional.

A criação da Freguesia, neste caso, ocorreria em período anterior às atividades produtivas da cana; mas a criação da Vila de São Carlos, em 1797, procederia do fato de que "...Riqueza e população já davam à freguesia de Campinas direito à promoção política; seus habitantes, do mais alto nível, reclamaram do Capitão general esta qualificação, e o vigário atestou a existência de elementos capazes para 'os cargos da república'. Prontamente o governo da Capitania os atendeu"⁸

A elevação à Vila de São Carlos coincide com o momento em que as atividades produtivas de cana encontram-se em maior estruturação, contando então com uma estrada aberta entre Campinas e a Vila de Itú (centro de atividades do açúcar na região). Segundo os recenseamentos: "em 1798 Campinas exportou 8443 arrobas de açúcar, 7,5 quintais de algodão, 1412 quintais de arroz, 305 alqueires de milho, 132 alqueires de feijão, 69 alqueires de farinha, 906 arrobas de toucinho e 15 arrobas de fumo (...) Em 1805 teve aumentado o saldo, exportando 28492 arrobas de açúcar", existindo em 1804, 34 senhores de Engenho, ao lado de um grupo mais numeroso de "personagens urbanos", tais como ferreiros, tecelões, carpinteiros, lojistas, taverneiros, entre outras profissões⁹.

O progresso da atividade mercantil açucareira, por sua vez, alteraria a vida urbana em formação, destacando-se a gestação de uma elite econômica e política escravocrata, famosa pela violência de suas regras. Em uma quadrinha lembrada pelo Comendador Celso Pupo, cantava-se pela região de Jundiaí: "O Rio de Janeiro é Côrte, São Paulo é capitã, Campinas o purgatório, Onde os negros vão pená"¹⁰.

Analisando o desenvolvimento urbano da freguesia e Vila, entre o final do século XVIII e início do XIX, podemos notar então que a produção açucareira estimula as atividades urbanas, diversificando

as atividades comerciais e artesanais - ainda que as atividades propriamente de cana se desenvolvam no interior de grandes propriedades auto-suficientes¹¹.

Em 1822 a produção da Vila de São Carlos já se equivale à produção da Vila de Itú, recebendo nesta ocasião forte imigração da região do Vale do Paraíba, e passando a contar neste ano com 7369 habitantes nas áreas rural e urbana, sendo 2389 brancos, 3434 pretos e 1546 pardos. Em sua área urbana existiriam, por sua vez, cerca de 1000 moradas de casas, e na área rural, cerca de 90 engenhos.

Entre as décadas de 1830 e 1840 iniciam-se os processos de substituição da cana de açúcar pelo café, introduzindo-se originalmente como atividade conjunta para, em seguida, se formar fazendas extensivas desta nova cultura. Por volta de 1850, são 117 fazendas produtoras de 335.550 arrobas de café, estimando-se a produção de açúcar em 62.290 arrobas - invertendo-se portanto a ordem anterior.

A "Campinas do Café" se demarca agora como cidade - elevada em 1842 - contemporânea à elevação de Vilas centenárias como Itú, Taubaté, Sorocaba, sendo que apenas 30 anos depois (1872) ela já se constitui em "cabeça de Comarca" da Província tal a importância que esta nova produção agrícola adquire. De forma paralela, a relação rural/urbana na economia cafeeira ganha uma nova articulação acompanhando a evolução das plantações e sua riqueza agrícola - presente na elevação das rendas municipais (entre as maiores da Província em 1871) e na dinamização de suas funções comerciais e produtivas. Veremos a cidade de Campinas a partir da década de 1850 se diversificar e receber, já nas décadas seguintes, um complexo conjunto infra-estrutural que é capaz de equipará-la à cidade de São Paulo na década de 1880¹².

4. AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO

A atividade agrícola extensiva, estruturada com a cana de açúcar, promove a montagem de um conjunto produtivo extensivo de

base escravista e latifundiária que concentra as terras nas mãos de comerciantes e agricultores procedentes das vilas canavieiras vizinhas (Itú, Taubaté). A Vila de São Carlos se torna centro de uma importante produção agrícola que lhe permite desenvolver uma vida urbana própria - associada ainda com o comércio proporcionado pela estrada - experimentando entre 1809 e 1828 um franco desenvolvimento de sua estrutura econômica e social. A atividade cafeeira, por outro lado - que transforma a Vila em Cidade - imprime uma nova dinâmica migratória, novas funções e especializações instituindo uma outra experiência de urbanidade¹³.

Analisando a etapa propriamente escravocrata desta economia cafeeira, encontramos a partir da década de 1850, a formação de oficinas de fundição e mecânica voltadas a produzir tecnologias e máquinas agrícolas para a produção cafeeira. Em 1857, instaura-se a Fábrica de Chapéus e Máquinas Agrícolas dos Irmãos Bierrenbach e em 1858, a Oficina dos Irmãos Faber (fundição e mecânica) - formadas segundo referências da geógrafa Bergó, com auxílio de capitais cafeeiros¹⁴.

A organização de um sistema de produção mais racional para o café dotado de maior produtividade e qualidade confere à cidade um papel fundamental na introdução, aprimoramento e generalização de técnicas e processos produtivos, desdobrando-se desta nova "especialidade" e "função" uma importância regional surpreendente como centro produtor e revendedor de tecnologias agrárias¹⁵.

A presença de imigrantes nesta década e na década seguinte (1850/1860) trazidos originalmente pelos fazendeiros para as lavouras de café, possibilita a introdução e generalização de novas técnicas produtivas na agricultura - na forma de equipamentos (arados, rodos, cultivadores, grades) - além de configurarem a "experimentação" de novas relações de trabalho (primeiramente como "parceiros" e posteriormente por "contrato de colono"). Os novos equipamentos agrícolas passam a ser fabricados no próprio município para servir aos agricultores em seus processos de trabalho.

Encontramos nas palavras de Campos Salles a afirmação de que os imigrantes norte americanos (instalados na Vila Americana, no município de Campinas) seriam introdutores de muitas técnicas e instrumentos agrícolas na região, revelando “verdadeiras e grandes vantagens do systema, mostrando que cada instrumento não necessitava senão de um homem e de um animal para realizar todas as operações”¹⁶.

Segundo Semeghini, as décadas de 1850 e 1860 experimentam grandes transformações e tornam Campinas um “epicentro das mudanças da década de 1860” como marco de transformações de todo um conjunto de relações produtivas na Província¹⁷. Neste período formam-se 67 núcleos de imigrantes nas fazendas do Oeste Paulista, impulsionados pelas experiências do senador Vergueiro em Rio Claro (entre 1842 e 1847) e pelo futuro Visconde de Indaiatuba (Joaquim Bonifácio do Amaral) em Campinas (na década de 1850).¹⁸

Entretanto, a coexistência entre o regime de parceria adotado com os colonos e a escravidão, além das condições adversas da operacionalidade da fazenda escravista, levam à fracassos e forçam os fazendeiros a reconhecer a necessidade de promover transformações profundas da dinâmica da economia cafeeira¹⁹. Na década de 1860, Campinas torna-se a principal produtora de café da Província, com 189 fazendas e uma produção próxima de 500.000 arrobas. A cidade fornece agora às fazendas, produtos manufaturados, arreios, carroças, trabalhos de carpintaria e ferro batido, contando já com certa especialização comercial e produção de bens de consumo. A cidade desenvolve-se neste momento com função complementar à principal atividade produtiva (a cafeeira) e desempenha um papel relevante no conjunto da produção agrícola da província mantendo relações com as cidades de Goiás, Uberaba, Franca, entre outras.

Na verdade, todo um conjunto de transformações cria as bases de diferenciação regional do Oeste Paulista no interior da Província e do Império, gestando-se mudanças fundamentais nas

relações de trabalho, no sistema de transporte e nas técnicas de cultivo e beneficiamento²⁰.

A constituição e incorporação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (inaugurada em 1872), por exemplo, resulta de várias décadas de reclamações sobre as insuficiências da rede viária - em especial, com relação à expansão econômica de São Paulo feita até então por tropas de mulas que implicam em cêrca de 30% dos custos de produção. O barateamento, rapidez e liberação de capitais imobilizados oferecidos pelas estradas de ferro justificam seus custos iniciais e permitem que se desencadeie nas décadas seguintes a construção de inúmeros ramais no interior da região do Oeste Paulista - facilitando a expansão e escoamento das lavouras²¹.

As transformações do processo de trabalho se estabelecem por meio da introdução da mão de obra livre migrante (de várias regiões do Brasil) e imigrante, trazidos a princípio pelos próprios agricultores (da Alemanha e Suíça), posteriormente por Companhias especializadas, e por fim, pela imigração subvencionada pelo Estado Republicano - principalmente da Itália. A migração inicial e atrativa da população livre do Império (sem condições de acesso aos sistemas de trabalho) levam à superação da mão de obra escrava já em 1874 (em termos de contingente numérico)²².

A introdução crescente do arado, das grades, dos rodos e cultivadores no plantio do café aprimoram as técnicas gerais de produção e somam-se aos engenhos mecânicos (inicialmente importados dos EUA) que são utilizados em determinadas etapas da preparação do grão²³.

A liberação de capitais anteriormente aplicados no transporte e na mão de obra (o sistema de colonato também se revela amplamente lucrativo) possibilita alterações significativas na estrutura da economia cafeeira na medida em que potencializa o intercâmbio e a circulação de mercadorias e da mão de obra (necessária à formação do mercado de trabalho livre); viabiliza a incorporação crescente de novas terras ao circuito de valorização do capital no

complexo; estimula a urbanização da província, a generalização do uso dos processos mecânicos nas lavouras (poupando mão de obra escrava e melhorando a qualidade do produto); e que, enfim, permite aos cafeicultores disputar melhores preços no mercado internacional.

Neste aspecto, a intenção do fazendeiro de criar um mercado de trabalho livre como alternativa à escravidão a partir de um grande fluxo de homens pobres para a região²⁴ (projeto apenas conquistado com a imigração subvencionada do Governo Republicano), ou ainda, a busca de crédito junto ao poder público para subvencionar estas transformações produtivas se traduzem na forma de projeto político - claramente expresso nas discussões promovidas pelo Clube da Lavoura, pelo Clube Republicano e no interior do Jornal Gazeta de Campinas²⁵.

A produção cafeeira rearticulada com base neste conjunto de mudanças, passa então do montante de 1300 arrobas no ano de 1870 para 10300 arrobas em 1886, produção na verdade ilimitada pela potencialidade do sistema, pela disponibilidade de terras, pelo afluxo de mão de obra e condições de transporte. E em vários textos produzidos no início do século, em especial os estudos de Afonso de Taunay, podemos encontrar registros dos desdobramentos deste processo na forma de uma intensa circulação de mão de obra imigrante e migrante pela região do oeste paulista; de registros das produções alcançadas nas fazendas a partir do uso de técnicas mais racionais na esfera do plantio (adubação, mudas, regadio), do trato (podas), da colheita (formas, procedimentos, métodos de trabalho), da secagem e beneficiamento do café (com a utilização de maquinarias, em permanente aprimoramento), sendo que os cafeicultores, neste caso, visam não apenas um aumento de produtividade da colheita, como uma maior "qualidade" do produto de forma a tornar-se competitivo no mercado dos chamados "cafés finos", de superior tipo e preço²⁶.

A organização racional das lavouras e fazendas - definidas a partir da utilização de equipamentos dispostos por meio de terreiros

atijolados, maquinarias de beneficiamento, colonias, tulhas, secadores e em proximidade das estradas de ferro - se associa ainda à maior racionalização dos processos de comercialização e financiamento, generalizando-se os empreendimentos por ações que permitem uma maior diversificação do capital cafeeiro por múltiplas frentes: setor financeiro (bancos), industrial (fundições e indústrias mecânicas), infra-estrutural (empresas de equipamentos públicos) e comercial (empreendimentos diversificados).

A relação rural/urbano a partir da década de 1870 leva, então, Campinas a assumir um novo papel enquanto integrante do processo de acumulação do complexo cafeeiro, ou ainda, o papel de comando deste processo em determinado período. Veremos agora a cidade "edificar-se" ao receber dos capitais privados (em sua maior parte) entre os anos de 1870 e 1900 a criação de uma infra-estrutura complexa : bondes a partir de 1879, ferrovias interligadas à hidrovias e estradas a partir de 1872, iluminação à gas em 1875 e elétrica a partir de 1910, saneamento - água e esgoto - desde 1892, serviço de limpeza pública em 1890, telefonia em 1884, telégrafo em 1880, escolas desde 1863, hospitais a partir de 1872, instituições de caridade diversas desde a década de 1860; equipamentos estes capazes de redefinir o papel e lugar da cidade de Campinas em toda a região da Província, e depois Estado de São Paulo²⁷.

A diversificação e sofisticação que a cidade passa a conter, inclusive nos aspectos culturais, possibilita então a sedimentação de uma estrutura própria, capaz de proporcionar novas formas de acumulação e de inclusive se adaptar e superar a "crise" da economia cafeeira, acabando por atrair a instalação de novas indústrias e agro-indústriais nos anos 40, de indústrias pesadas nos anos 50, em um processo de expansão populacional, infra-estrutural e econômica permanente²⁸.

5. A CIDADE DA INDÚSTRIA

A dinâmica cafeeicultora imprime na cidade do século XIX e início do século XX, um conjunto de especializações capaz de tor-

ná-la fundamental ao processo de ocupação do Oeste Paulista em sua dimensão agrícola, industrial e urbana em expansão. Neste sentido, Campinas tem sua história associada e condicionada pela evolução do complexo cafeicultor a partir do qual se torna centro de novas acumulações, de produção e exportação, ou ainda, um núcleo de serviços especializados no bojo do complexo capitalista de produção que lhe permite intermediar realizações na área educacional, hospitalar, industrial, comercial e cultural²⁹.

Na medida em que a fronteira agrícola do café se afasta dela, a cidade se mantém produtiva como núcleo regional de serviços, diversificando seus segmentos urbanos, sua agricultura e sua produção.

Com a instauração da crise de 1929, por sua vez, vemos emergir uma nova etapa de atividades industriais que neste momento se “liberta” da dependência do setor exportador para buscar atender ao mercado interno (de grande proporção), podendo contar com uma maior integração com a agricultura diversificada. Nos anos 30 se desenvolve a indústria têxtil e alimentícia embasada na transformação de produtos locais e regionais - com destaque para o algodão (que se desdobra em várias atividades de beneficiamento); além da indústria de máquinas e implementos para a lavoura. Datam deste período os primeiros movimentos de impantação do grande capital industrial (nacional e estrangeiro) em Campinas, atraídos para o processamento de matérias primas regionais, entre elas, as agroprocessadoras Sanbra, Anderson Clayton, Swift e Matarazzo (entre as décadas de 30 e 40).

A nova articulação estabelecida entre a agricultura e a indústria entre as décadas de 30 e 60, promove por sua vez transformações na estrutura fundiária regional (multiplicando-se os pequenos sítios), na composição social (ocorrendo intensa migração nacional e imigração japonesa - no caso do estado de São Paulo), na remodelação da malha viária (que agora se multiplica através das estradas de rodagem) e no crescimento e diversificação das atividades secundárias e terciárias, fortemente estimuladas pela urbanização.

Na verdade, este processo envolve todo o Estado de São Paulo que recoloca Campinas e Ribeirão Preto na condição de eixos-industriais do interior - participantes das novas ocupações territoriais, dos deslocamentos da população para o Oeste, da diversificação agrícola e urbanização do interior do Estado. Campinas passa a centralizar boa parte do impulso comercial e dos serviços na região Oeste, sendo reforçada pela expansão da malha rodoviária que dá vazão às suas atividades industriais, comerciais e de serviços aos maiores centros da porção leste do estado³⁰.

A partir da segunda metade da década de 50, a implantação da indústria pesada (bens intermediários, de consumo durável e de capital) altera o perfil do parque industrial paulista e os contornos de distribuição da indústria no Estado. A partir de então, ganha lugar a instalação de empreendimentos oligopólicos de capitais não locais promotora de uma alta concentração industrial em função das condições locais de mão de obra, infra-estrutura, rede viária, complexo urbano de serviços. Campinas recebe, então, parte da industrialização paulistana no momento em que ela se "desdobra" da capital, prestando-se a desempenhar o papel de centralizar esta indústria em relação à região interiorana.

Em um segundo ciclo expansivo, entre 1960 e 1980, ocorre um processo de "fusão" ou integração dos capitais industriais e agrícolas que procuram se desenvolver no interior do Estado: uma indústria para a agricultura (fornecedora de bens de produção e insumos) e uma indústria da agricultura (processadora de matérias primas agrícolas) que se concentra nas culturas exportáveis e industrializáveis da cana, da laranja, da soja, do café, do algodão e do milho; na pecuária e avicultura. A associação entre industrialização pesada e dinâmica regional, por sua vez que implica na interiorização da indústria e na modernização da agricultura, é acompanhada também pela instalação de um grande número de estabelecimentos de grande e médio porte pertencentes a segmentos de maior complexidade industrial (metalmecânica, petroquímica, eletrônica). Neste momento, São Paulo se encontra "cercada" de um anel de cerca de

100 km de área industrial e de um eixo (Anhanguera/Washington Luis) de concentração industrial no interior.

Entre os resultados desta imensa complexificação produtiva, cerca de 89% da população do estado de São Paulo passa, em 1980, a viver nas cidades (que recebem entre os anos 70 e 80 mais de 3 milhões de migrantes de várias regiões do país); em um "mundo urbano" que se ramifica entre atividades industriais, serviços de apoio à produção (transporte, comunicações, intermediação financeira), comercialização e prestação de serviços, atividades sociais, administração pública; todas atividades regidas por padrões técnicos, administrativos e financeiros que se constituem típicos da grande empresa (seja na agricultura, seja nos setores terciários).

Campinas, mais uma vez, integra e protagoniza este quadro ao apresentar um crescimento industrial tão significativo que entre os anos 70 e 80 o seu setor terciário (comércio e serviços) é forçado à dar novas respostas às grandes concentrações populacionais e à diversidade de um parque industrial dividido entre setores de metalurgia, maquinarias e ferramentas, eletro-eletrônico, químico, têxtil, alimentício, papelão e papel, vidros e abrasivos, cerâmica, entre outros. Em termos do seu redimensionamento produtivo, encontramos Campinas e região em 1980 com 15,8% da indústria de transformação do Estado; 24,85% da produção química; 23,15% de minerais não metálicos; 27,5% de couros, peles e produtos similares, 18,8% de papel e papelão, 19,1% das indústrias mecânicas e de alimentos e 20,6% da indústria de madeira e têxtil - atingindo neste ano o montante de 8,5% do PIB, perdando apenas para o PIB de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro.

6. OCUPAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E EXPLOSÃO URBANA

Com a industrialização promovida pela economia cafeeira, forma-se em Campinas (por volta de 1880) um primeiro bairro

diferenciado do núcleo central, a Vila Industrial. Nesta década, os novos bairros do Bonfim, Ponte Preta, Fundão e Cambuí encontram-se em formação nos arredores da cidade, impulsionados pelas estradas de ferro Paulista e Mogiana e por suas oficinas integradas ao grande surto econômico do café. A população urbana duplicara e o espaço físico da cidade já se demarca segundo as posses de suas classes sociais. Na região central, encontramos os segmentos mais ricos; nos arredores, os trabalhadores e segmentos da população mais pobre buscam abrigo junto às fábricas de máquinas para lavouras, fundições de ferro e bronze, fábricas de cerveja e gelo, de chapéus, cortumes, marcenarias e carpintarias a vapor. Entre 1843 e 1900 a área urbana de Campinas registra um crescimento de cerca de 100%.

Os bairros da Ponte Preta, Bonfim, Fundão e Guanabara recebem indústrias e trabalhadores e servem de habitação para a população pobre da cidade - afastada do centro para buscar terrenos possíveis para fornecer-lhes subsistência, desenvolvendo-se nestes bairros um comércio de abastecimento (hortas, pomares, plantações de milho, feijão, etc). O bairro do Guanabara possui então muitos estábulos e fornece leite à cidade; o Bonfim se demarca como industrial, localizando-se nele as primeiras fundições. A Vila Industrial se forma ligada às oficinas das Companhias de Estrada de Ferro (oficinas de concertos, reparos e adaptações, ao lado dos armazéns de carga e descarga) e à área de concentração de atividades diversificadas de serviços e comércio.

No início do século XX, encontramos a formação de novos bairros residenciais e operários e o crescimento da área urbana em cerca de 108%, entre 1900 e 1929. Estes novos bairros recebem definições em relação aos seus arruamento e condições infra-estruturais da Prefeitura e se concentram próximos ao Bonfim (espaço de novas fundições e indústrias metalúrgicas), à Ponte Preta (que sedia a tecelagem de seda) e dos eixos ferroviários (e depois rodoviários) como o Parque Industrial e o São Bernardo. Com a constituição

destes bairros surge uma nova avenida de ligação entre estes bairros e a Vila Industrial, a Av. das Amoreiras.

Entre os anos 1926/1930, duas áreas cafeeiras são loteadas: o Chapadão e o Taquaral, desenvolvendo-se novos loteamentos (Vila Nova Campinas, Vila Amélia) e ocupando-se as terras situadas entre o núcleo de Santa Cruz e o Cambuí.

Até o ano de 1946, os novos bairros e edificações estabelecidos são orientados por padrões urbanísticos e gerenciados pelo Poder Público, ocupando-se de forma direcionada os "vazios" do perímetro da cidade. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 40, a aceleração das transformações urbanas, a instalação de grandes indústrias, a inauguração da Via Anhanguera (1948), a elevação da taxa de crescimento urbano e a especulação urbana redefinem a cidade. Os novos loteamentos se implantam na região sudoeste da cidade afastando-se progressivamente do núcleo urbanizado (nas terras baratas até então ocupadas na forma de pequenas propriedades) localizadas nas proximidades da Via Anhanguera. O mesmo ocorre com relação as áreas próximas às indústrias da região que recebem da prefeitura condições de infra estrutura e asfalto. Neste caso, o capital imobiliário - com a sanção do poder público e ligações com o capital industrial - "joga" para longe os trabalhadores, em regiões de grande distância, desprovidas de infra estrutura para moradia.

No período 1947/1952, um novo padrão de crescimento urbano se institui a partir da multiplicação dos espaços vazios no interior da malha urbana; padrão que dificulta amplamente as condições de instalação infra-estrutural pelos altos custos que gera ao poder público. Na região central ocorre o oposto à "horizontalização" da periferia: ocorre a "verticalização" das edificações (com seus arranha céus) capaz de dinamizar fartamente as atividades construtivas - que auxiliadas por leis municipais promovem uma crescente segregação espacial dos trabalhadores e das camadas de mais baixas rendas da região central. O capital mercantil urbano (imobili-

ário, comercial e de transportes) se torna agora beneficiário de uma expansão desmedida e cruel da cidade; uma expansão que empurra os trabalhadores a muitos quilômetros da área urbanizada e cria custos cada vez mais altos para o mesmo processo de urbanização³¹.

O crescimento populacional e a urbanização assim orientados, implicam já no início dos anos 50 em uma queda sensível do padrão médio da qualidade de vida. Na década seguinte, o saldo imigratório atinge um montante de mais de três vezes o saldo desta década (50 mil nos anos 50, 189 mil nos anos 60), concentrando-se na década de 70, 630 mil pessoas na região de Campinas (com 20% do fluxo total do Estado). De maneira articulada à este "boom" populacional, a COAB se torna responsável pela construção de 51% do total das novas residências - localizadas em áreas vazias e distantes da melha urbana - repetindo-se a especulação promovida pelo surto industrial.

Entre as décadas de 1960 e 1970 temos ainda um impressionante conjunto de novas construções, edificando-se obras rodoviárias, hospitalares, industriais, comerciais e de serviços que conferem à cidade suas feições contemporâneas. As antigas áreas centrais passam a ser recicladas e redefinidas como "zonas nobres", ocorrendo a verticalização residencial e comercial. As construções da COHAB prosseguem na periferia dificultando ainda mais o atendimento das exigências ifra-estruturais promovidas pelo "vazios" urbanos - o que se complica nos anos 70 com a redução dos investimentos públicos no atendimento das reclamações de caráter popular.

A partir de então, o poder público deixa de absorver o aumento populacional com o mesmo padrão médio de qualidade de vida (vigente anteriormente), sugerindo a "privatização" dos mesmos serviços; ao mesmo tempo em que a população migrante, oriunda sobretudo das áreas rurais, é acrescida de pessoas muito pobres, o que desencadeia desequilíbrios perversos de moradia, transporte, alimentação, saúde. Em 1969, o déficit de moradias para a população

é de 14124 casas (18,5% dos domicílios). Em 1980 atinge 47000 moradias - contando já com 8% da população favelada, além de moradores de cortiços e loteamentos precários que configuram a queda permanente das condições de vida.

Entre as décadas de 1960 e 1980 a população passa de 186 mil para 591 mil, (com destaque, na última década, para os migrantes do próprio Estado de São Paulo) e a urbanização de Campinas se traduz, de vez, em um conjunto de "vazios", de deteriorizações, de privatizações dos serviços públicos, de favelas, de déficits educacionais e sanitários que tendem a se agravar ainda mais com a crise econômica a partir da 2ª metade da década de 70³².

Conforme as palavras de Semeghini:

"Paradoxalmente, esta deteriorização acompanhou um dos mais pujantes processos de desenvolvimento econômico registrados no país. Na verdade, o estudo da trajetória de Campinas deixa claro que, se não forem superados os fatores estruturais de traso, consubstanciados no elevadíssimo crescimento populacional e na dominação do capital mercantil sobre a dinâmica de expansão urbana, e por outro lado se não mudarem as características sociais do processo de industrialização, torna-se inevitável a deteriorização dos padrões de vida, mesmo quando, como é o caso, tratar-se de uma cidade que atingiu elevado grau de desenvolvimento e integração em sua base produtiva. Assim, é notória a necessidade de democratizar o setor público, e seu maior aparelhamento técnico e financeiro para garantir um crescimento urbano com preservação da melhor qualidade de vida"³³

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "cidade da cana", "cidade do café", "cidade da indústria" carrega em seu percurso de urbanização, uma longa trajetória de

mudanças que a cada tempo permitem-nos vislumbrar em seus testemunhos e registros documentais, aspectos de uma verdadeira trama de interações e dinâmicas de fisionomia rural/urbana.

A oportunidade de estudar a cidade a partir da sua cultura material, razão do Projeto Museu da Cidade ao qual este texto foi endereçado, permite-nos, na verdade, perceber o quanto a “observação” da cidade através da sua espacialidade e especialização registra este mesmo movimento - intrínseco - de edificação e transformação.

Mais do que isso, os testemunhos urbanos de tempo e espaço presentes nas diferentes construções, arruamentos, atividades econômicas, ou ainda, nos objetos, ferramentas, adornos... permitem-nos identificar o quanto a cidade - em si própria - se constitui um “museu” vivo de testemunhos e experiências concretas de ocupação, especialização, trabalho.

A pesquisa histórica sobre Campinas ao longo dos anos tem perseguindo com atenção este conjunto variado e interativo de problemáticas econômicas, políticas, sociais e culturais, e de forma especial nos anos 90, estudos sobre instituições, edificações, arruamentos e questões urbanísticas, bairros, aspectos culturais e grupos sociais de diferentes contextos tem nos permitindo vislumbrar aspectos cruciais de sua trama histórica. Da mesma forma, a complexificação do conceito de “cidade” tem permitido aflorar elementos importantes do seu movimento de edificação.

As pesquisas históricas, por sua vez, apontam para novos desafios interpretativos e a cidade “da cana”, “do café” e da “indústria” começa a revelar - com gravidade - os conflitos e os processos de exclusão social que enfim, se encontram escondidos por baixo das imagens e discursos de “progresso”. Das ruas imperiais, tantas vezes celebradas nos testemunhos, ressurgem escravos e homens pobres; por entre edificações republicanas, o trabalhador livre freqüentemente se revela um cidadão “desclassificado”, prisioneiro do passado escravocrata que agora habita esta nossa peculiar modernidade.

NOTAS:

(1) Este texto foi, em sua essência, elaborado em 1991 como estudo preliminar para o Projeto de Implantação do Museu da Cidade de Campinas, compondo os trabalhos de organização das suas referências de pesquisa. Como parte de um projeto maior, o texto voltava-se a orientar um percurso de investigações e levantamentos de referências junto às instituições da cidades. A partir dele, o Projeto levantou cerca de 3000 referências atestando a qualidade potencial das fontes e as inúmeras articulações envolvidas com o processo de urbanização em estudo. As formulações preliminares deste texto baseiam-se, por sua vez, em fontes diversas (em teses acadêmicas, textos técnicos produzidos ao longo do tempo, crônicas e estudos de diversas matizes) "amarradas" por indagações que, antes de se constituírem análises "acabadas", se pretenderam investigativas e até mesmo ensaísticas, mas sensíveis à riqueza das fontes e das experiências de urbanidade em questão.

(2). Ver: Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas, 1975. Tese (doutorado) IFCH Unicamp; Silva, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, 6. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985; Moraes, Plínio Guimarães. Condições de Funcionamento do 'bloco regional cafeeiro paulista" 1889-1919. Campinas, 1987. Tese (mestrado) IFCH - Unicamp; Truzzi, Oswaldo. Café e Indústria: São Carlos (1850-1950). 1. ed. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/UFSCar, 1986.

(3) Semeghini, Ulysses Cidade. Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização. Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp

(4) Para maior esclarecimento, ver: Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952

(5) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e Juventude. 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p.26

(6) Sobre recenseamentos e documentos da origem de Campinas ver: Campos Jr., Teodoro de Souza. "História da Fundação de Campinas (subsídios)" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p.5/188

(7) Semeghini, op. cit., p.58

(8) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. DOCUMENTOS INTERESSANTES III 2. In: Pupo, Celso M. M. Campinas, seu Berço e Juventude. Op. cit., p 70

(9) Pupo, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu braço e juventude.** op. cit., p. 74.

(10) Ver: Mori, Airton Sérgio. Algumas considerações em torno de uma insurreição de escravos em 1848 na Vila de Campinas, snt, 3fls, datilografado; Queiroz, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tesões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Os senhores de terra - família e sistema sucessório enre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1850. São Paulo, 1987. Tese (mestrado) FFLCH USP

(11) Ver: Saint-Hilaire, Augusto de (1779-1853). Viagem à Província de São Paulo, 1. ed., BH: Itatiaia, SP:Edusp, 1976; Saint-Hilaire, Augusto de. Segunda Viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo, 1. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1976; Florence, Hercules (1804-1879). Viagem Fluvial: do Tietê ao Amazonas pelas províncias

brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará: 1825-1829. 1. ed. São Paulo: Masp, 1977; Alincourt, Luiz d'. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. 1. ed. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade, 1953; Octavio, Benedito. Campinas: apontamentos históricos e estatísticos. Campinas: Tip. da Casa Mascotte, 1907; Cardoso, César Augusto. "Campinas em 1822" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p 217/228; Abreu, F. Campos. "Como Saint Hilaire viu Campinas" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit., p.213/216

(12) Ver: Cabral, Antônio de Almeida. "Campinas elevada a cidade" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit., p.229/232; Goulart, Edmo. Campinas: ruas da época Imperial. 1. ed. Campinas: Maranata, 1983; Mariano, Júlio. Campinas de Ontem e de Anteontem. Quadros históricos menos conhecidos da cidade Princesa, que se traçava tendo por base documentos inéditos da Câmara Municipal de Campinas. 1. ed. Campinas: Maranata, 1970; Octavio, Benedito. Campinas antiga: as festas de 1842. Campinas: Livro Azul, 1905; Octavio, Benedito. Campinas e a independência: documentos e notas. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922; Nogueira, Lenita Waldige Mendes. Maneco Músico, pai e mestre de Carlos Gomes. SP, 1989. Tese (mestrado) ECA-USP; Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983

(13) Ver: Campos Jr, Teodoro de Souza. "A Cultura do Café" In Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit. p. 233/242; Motta Sobrinho, Alves. A Civilização do Café: 1820-1920. São Paulo: Brasiliense, 1968; Magalhães, Basílio de. O Café na história, no folclore e nas belas artes. 2 ed, São Paulo, 1940; Guimarães, Archimedes Pereira. A Campinas de meus pais: 1870-1892. Belo Horizonte: Tamoios, 1978; Nozol, Nelson Hideki. São Paulo: economia cafeeira e urbanização: estudo da estrutura tributária e das atividades economicas na capital paulista: 1889-1933; Pupo, Sylvio Lara. Café: criador de cidades. São Paulo: Obelisco, 1971;

(14) Bergó, Maria Estela de Abreu. "Estudos Geográficos da Cidade de Campinas" In: Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso, São Paulo, 1952, vol 3, p.641/694

(15) Ver: Queiroz, Polycarpo de. Transformações do Trabalho. Campinas: Tip. do Livro Azul, 1888; Instituto Agronomico do Estado de São Paulo (Brazil) em Campinas. Collecção dos trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893 e publicados em nova edição pelo director DrPhil F.W.Dafert. M.A., por ordem do cidadão Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretario dos Negocios da Agricultura do Estado de SPaulo; Martins, Amélia de Rezende. Um Idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende/Amélia de Rezende Martins (et al). Rio de Janeiro: Of. Graf. do Almanak Laemmertz, 1939

(16) Salles, Campos. "Campinas em 1872". Almanak para 1873. Campinas, 1873, p.73
(17) Semeghini, Op. Cit., p31

(18) Ver: "Introdução do Trabalho Livre em Campinas (memorando - sôbre o inicio de colonização da Fazenda 'Sete Quedas', no Município de Campinas, em 1852, pelo Visconde de Indaiatuba) In: Monografia Histórica do Município de Campinas, Op. cit., p.243/254

- (19) Cotegipe, Barão de. Fugas de escravos em Campinas: discursos pronunciados no Senado. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1887; Eisenberg, Peter L. "Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX" In *Homens Esquecidos : escravos e trabalhadores livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. 1. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.255/302
- (20) Lima, Sandra Lúcia Lopes. O Oeste Paulista e a República. Vertica/Ed Rev dos Tribunais, 1986
- (21) Matos, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990
- (22) Ver: Holloway, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934; trad. de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Stolke, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980; trad. Denise Bottman e João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986; Beiguelman, Paula. A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. SP: Pioneira, 1968; Maciel, Cleber da Silva. Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1921), 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1987;
- (23) Ver: Silva, José Graziano de. Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Campinas, 1980. Tese (doutorado) IFCH - Unicamp; Pereira, José Flávio. Capitalismo e Agricultura: a gênese e a organização do trabalho livre na produção cafeeira paulista no período de 1850 a 1900. Campinas, 1984. Tese (mestrado) IFCH Unicamp.
- (24) A criação do mercado de trabalho livre a partir de um excedente de trabalhadores (migrantes e imigrantes) configura as bases da transição do trabalho escravo na sociedade brasileira. Sobre esta questão ver: Salles, Iraci Galvão. Trabalho, Progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão de obra, 1870-1889. São Paulo, - Tese (mestrado) FFLCH - USP. Ver também: Gebara, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986; Kowarick, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987; Franco, Maria Sylvania de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983; Lamounier, Maria Lúcia. Da escravidão ao Trabalho Livre. Campinas: Papirus, 1988; Cardoso, Ciro Flamarion (org). Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988; Pinheiro, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Neda, Gizlane. Criminalidade, Justiça e Constituição do mercado de trabalho no Brasil (1890-1927). São Paulo, 1986. Tese (doutorado) FFLCH, USP; Teixeira da Silva, Francisco Carlos. "Terra e Política no Rio de Janeiro na Época da Abolição" In Silva, Jaime et alli (orgs). Cativeiro e Liberdade. Rio de Janeiro: UERJ, 1989
- (25) Ver: Rasia, José Miguel. Ideologia e Progresso na Lavoura de Café: 1870-1900: estudo de propostas de reforma da Agricultura. Campinas, 1980. Tese (mestrado) IFCH Unicamp. Ver também: Gebara, Ademir. Campinas 1869/1875: Republicanismo, imprensa e sociedade. São Paulo, USP, 1975; O Abolicionismo em Campinas. Notícia Bibliográfica e Histórica, 5 (59): 327-328, jul/agosto 1974; Silva, Janine Theodoro da. São Paulo: 1554-1880: Discurso Ideológico e organização espacial. São Paulo: Moderna, 1984; Telarolli, Rodolpho. A organização municipal e o poder local no estado de S. Paulo na primeira república. São Paulo, 1981. Tese (doutorado) FFLCH - USP;
- (26) Ver: Taunay, Affonso E. História do Café no Brasil In: Revista do Instituto do Café, Rio de Janeiro, V. 1 a 10, 1935/1947

(27) Como componentes desta "edificação" urbana, podemos citar diversos documentos, publicações e teses que atestam a transformação de Campinas. Entre eles, ver: Contracto antigo da Companhia Campineira de Aguas e Esgotos: 12 de Abril de 1883. Campinas, 1883; Volkart, Christiano. *Monographia de Campinas: para uso dos alumnos da instrução preliminar*. 2 ed. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1903, 48p; *Gymnasio do Estado em Campinas. Exames de admissão: programmas das diversas disciplinas que constituem o ensino no Gymnasio de Campinas do estado de São Paulo aprovados em sessão da Congregação realizada em 16 de março de 1922*. São Paulo, Oficinas do Diario Official, 1922; Amaral, Leopoldo. *Campinas: recordações*. São Paulo: "Seção de Obras D'O Estado de São Paulo", 1927; *Monographia de Campinas: apontamentos para uso dos alumnos do curso preliminar/ por um professor campineiro*. Campinas, Linotypia da Casa Genout, 1929; Instituto Agronomico do estado de São Paulo (Campinas). *Histórico, organização, finalidades*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1951; Mendes, José de Castro. *Retratos da Velha Campinas*. São Paulo: Dep. de Cultura, 1951; Mendes, José de Castro. *Efemérides Campineiras: 1739-1960*. Campinas: Palmeiras, 1963; *Album Histórico do Instituto Campineiro dos cegos Trabalhadores*. Campinas: Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, 1958; Brito, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956-1969, 26 vol.; Brito, Jolumá. *História do Clube Campineiro de regatas e Natação: na passagem de seu cinquentenário de fundação: 1918-1968*. Campinas: Ind. Saraiva, 1968; Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. 1972; Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. *O Ideário Republicano e a Educação: o Colégio "Culto à Ciência" de Campinas, 1869 a 1892*. São Paulo, 1981. Tese (mestrado) Faculdade de Educação da USP; Carmo, Vitú do. *Chão fecundo: 100 anos de história do Instituto Agronômico de Campinas*. São Paulo: Agroceres, 1987

(28) Sobre os aspectos culturais, ver: Battistoni Filho, Duílio. *A Vida Cultural em Campinas nos anos 20*. Campinas, 1968; Battistoni Filho, Duílio. *Aspectos Culturais da História de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983, 42p; *Campinas - Turf e sports/ diretor José Augusto Palhares, 1923*; Pupo, Benedito Barbosa. *Oito Bananas por um tostão: crônicas campineiras*. Campinas: Palmeiras, 1976; Oliveira, Hermelindo et alii. *A era do rádio em Campinas*. Campinas, s.c., 1987

(29) Os textos: Amêndola, João. "O Comércio de Campinas"; Godói, Silvino. "A Indústria em Campinas"; Mariano, Júlio. "Grandes Estabelecimentos Hospitalares de Campinas, Ligados a Instituições Diversas"; Rodrigues, João Lourenço. "Subsídios Para a História do Ensino em Campinas"; Mariano, Júlio. "O Ensino em Campinas na Atualidade" e Mariano, Julio. "Condução e Transporte" contidos in *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Op. cit., p.389/535, são esclarecedores deste novo percurso de transformações. Ver também: Tirico, José Domingos. "Aspectos Geográficos da Indústria em Campinas" IN *Revista da UCC V:18(IV)*: 109, junho 1960; Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930)*, São Paulo, 1961; Bandeira Jr, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. SP, 1901;

(30) Como textos complementares, podemos considerar: Bonduki, Nabil. "Crise da Habitação e a luta pela moradia no pós guerra" In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.95/132; Kowarick, Lúcio e Bonduki, Nabil. "Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização" In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. Op. Cit., p. 133/16; Moisés, José Alvaro. "Protesto Urbano e Política: o quebra quebra de 1947" In: *Cidade, povo e poder*. RJ, Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.50-64

(31) Ver: Badaró, Ricardo de Souza Campos. O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas: 1934-1962. São Carlos, 1986. Tese (mestrado) Escola de Engenharia - USP; Taube, Maria José de Mattos. De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório. Campinas: Edit. da Unicamp, 1986. Tese (mestrado) IFCH Unicamp, 1986; Mazolini, Lygia Gonçalves Constantino. Habitação Popular em Campinas: o antigo e o novo. Araraquara, 1990. Tese (mestrado), UNESP; Pignataro, Vicia Capri. Mudança estrutural da família tradicional campineira. Campinas, 1970. Tese (doutorado) IFCH, Unicamp

(32) Neste processo, podemos considerar, então, a emergência de um vasto conjunto de movimentos sociais urbanos. Para tanto, ver: Kowarick, Lúcio e Brant, Vinicius Caldeira. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976; Kowarick, Lúcio. (org) As Lutas Sociais e a Cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Gohn, Maria da Glória Marcondes. A Força da Periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985; Lima, Sérgio de Souza. "Processo de urbanização e política urbana" In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.77-85; Valladares, Licia do Prado. "Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro, 1977-1981" In Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.92-108; Evens, Tilman; Plantenberg, Clarita Muller e Spessart, Stefanie. "Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina" In Cidade, povo e poder. Op. Cit., p.110-164; Moisés, José Alvaro. "Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais" In Cidade, povo e poder. Op. Cit., p.14-29; Moisés, José Alvaro e Martinez-Alier, Verena. "A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou" In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Op. Cit., p.13-63; Pinheiro, Paulo Sérgio. "Notas sobre o futuro da violência na cidade democrática" IN Dossiê Cidades, Revista USP, V: 5: 43-46, março/maio 1990

(33) Semeguíni, op.cit p.246

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUDO, José. **Gente rica, cenas da vida paulistana**. São Paulo, 1912

ALBUM Propaganda de Campinas: Estado de São Paulo. (Orgs) Cleso de Castro Mendes, Alvaro Paes e Marco R. Biondi. Campinas, Estab. Graph "Livro Azul", 1930.

AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas:Livro Azul, 1900.

AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Livro Azul, 1900.

- AMARAL, Plínio do. **Campinas: monografia.** São Paulo, Habitat, 1955.
- ANDRADE, Domingos. (Org) **Album de Campinas: comemorativo do centenário da Independência do Brasil: 1822-1922.** Campinas: Typ. Casa Genout, 1922.
- CAMPINAS.** Campinas: Tipografia Comercial, 1939.
- CAMPINAS de ontem e de hoje.** Campinas, Empresa Lix da Cunha, 1988.
- CAMPINAS.** Prefeitura Municipal, 1984.
- CARNEIRO, Alfredo. **Histórico da epidemia em Campinas: 1889-1890.** Campinas, Tip. cardona, 1891.
- CATÁLOGO de Documentos sobre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino , de Lisboa" IN **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo especial IX, Rio de Janeiro, 1958, p.377.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **A terra Campineira: análise do quadro natural.** Campinas, Mousinho, 1972.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Os Primeiros Tempos de Campinas.** São Paulo: Tipog. Paulista.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Diário da Princesa Isabel : excursão dos Condes D'Eu à Província de São Paulo em 1884.** São Paulo: Anhembi, 1957.
- DUARTE, Rafael. **Campinas de Outrora,** São Paulo: Tip. Andrade e Mello, 1905;
- GOMES, Zuleika Godoi. **Monografia Histórica e estatística do Distrito de Souza.** Campinas, 1973.
- GONÇALVES, Fulvia. **Testemunhos do Passado Campineiro/ F. Gonçalves e Benedito Barbosa Pupo.** Campinas: Unic, 1986.
- Guimarães, Alaôr Malta. **Monografia histórico-estatística do Município de Campinas.** Prefeitura Municipal, 1962
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia de Campinas.** Campinas: DPaschoal, 1965.

- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas: dados históricos e estatísticos**: contendo um guia completo de ruas. Campinas: Liv. Brasil, 1953.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1954**. Campinas: Prefeitura Municipal, 1954.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias**. IBeLo Horizonte: tatiaia/ São Paulo: Edusp, 1980.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "Pródumos da História Economica de Campinas" IN **Revista da UCC** ano IV, nº13, out/1975, p.112.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Primeiras Notas para uma bibliografia da história de Campinas. Marília, **Revista Estudos Históricos**, nºs 5 e 6, 1966.
- LAVOURA cafeeira paulista: velhas fazendas do município de Campinas/** texto de J. E. Teixeira Mendes. Aquarelas de José de Castro Mendes. São Paulo: Depto. Est. Informações, 1947.
- LEITE, Aureliano. **Campinas que vi em 1932**. Gráfica São Paulo, 1932.
- LE MOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa; breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo economico liderado pelo café**. 2 ed ampl., São Paulo: Nobel, 1989.
- LE MOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo:Contexto, Coleção "Repensando a História".
- LOBO, T. de Souza. **São Paulo na Federação**, SP, 1924.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, 1825-1878. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Martins, 1950.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Um Pouco da História de Campinas/** Odilon N. Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Campinas, Dep. História/PUCC, 1985.

- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Ed Univ de São Paulo, 1980.
- MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo:EDUSP, 1989.
- MICOLI, Antonio Carlos, comp. **Campinas: 200**. Campinas: Ativa, 1974.
- PIRES, Mário. **Campinas: Sementeira de Ideais**. Limeira: Letras da Província, 1981.
- PRADO Jr., Caio. **A Cidade de São Paulo. Geografia e História**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, nº78, 1989
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. **Reminiscências de Campinas**. s.d.p., s.l.
- RENAULT, Delso, 1915- **A vida Brasileira no final do século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- REVISTA TRABALHADORES**. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII". Separata da Revista do Arquivo Municipal nºCLXXXVI. Divisão do Arquivo Histórico, Dep. Cultura do Município de São Paulo.
- TAVEIRA, Luciano Salmar. **Contribuição ao Mapeamento geotécnico preliminar da área urbana do município de Campinas/SP**. S.Carlos, 1986. Tese (mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos/USP.
- TAUNAY, Afonso de E. **Sob El rei Nosso Senhor. Aspectos da vida setecentista brasileira sobretudo em São Paulo**. SP, 1923
- ZALUAR, Auguste Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo: 1860-1861**. Pref. de Mário Guimaraes Ferri, BH: Itatiaia, SP:Edusp, 1975.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PENSAMENTO DA GRÉCIA CLÁSSICA**

Rui Ribeiro de CAMPOS*

INTRODUÇÃO

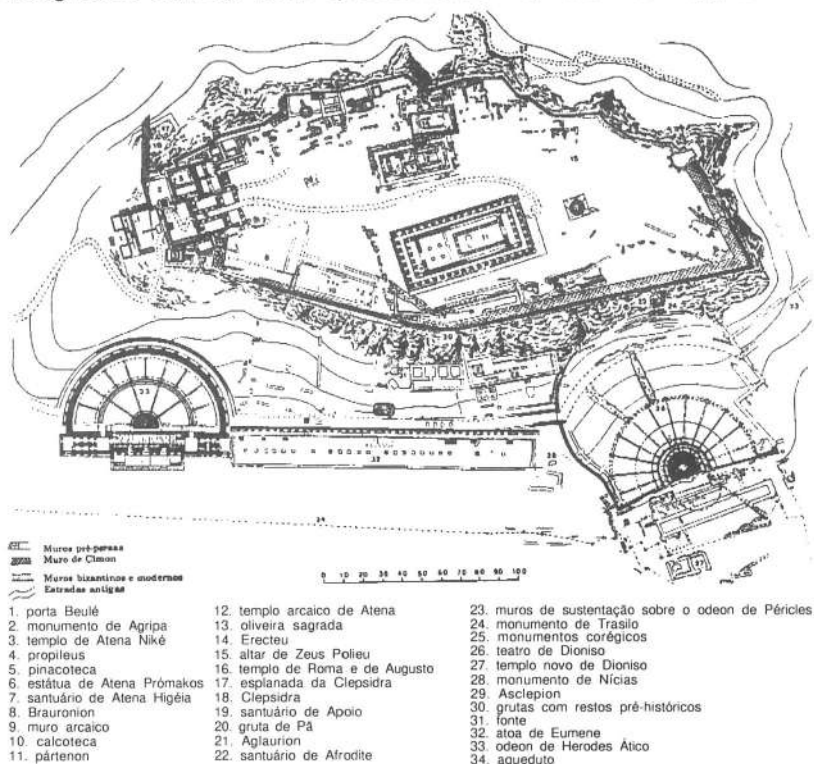
O Sol é uma presença constante na paisagem grega, paisagem cercada pelo mar mas pobre na maioria de seus solos, pedregosos e rasos. Se sua pedologia dificulta os frutos da terra, sua sociedade nos legou os do espírito. Foi da Grécia (Hellas) clássica que vieram os fundamentos da civilização ocidental, tanto na medicina e no atletismo como na filosofia e na política. Do alto da Acrópole, vinte e cinco séculos nos contemplam.

Nela fica o Pártenon, consagrado à deusa da sabedoria (Atena), nascida da frente de Zeus e que é protetora da cidade. Se prestarmos atenção na Acrópole, podemos encontrar Fídias, seu decorador e autor de várias esculturas ali existentes. No teatro de Atenas, está presente Agatarcus que, ao criar uma ilusão de distância entre a platéia e os atores, acabou por desvendar os princípios básicos da perspectiva, que serão redescobertos bem mais tarde pelos renascentistas italianos. (Em Epidauro, o arquiteto Policleto, o Moço, construiu, no século IV a.C., um grande teatro com uma acústica perfeita.)

(*) Professor do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas - ICH, PUC-Campinas.

(**) Publicado originalmente na revista **Abchétyon**. Rio de Janeiro. Faculdade Candido Mendes, ano 3, nº 7, 1994, p. 26-68. Para esta publicação foram introduzidas algumas alterações.

Ali se encontram estrangeiros escrevendo a história das “Guerras Persas”, como Heródoto, e até generais que são historiadores, procurando realizar uma análise não só militar dos acontecimentos, como Tucídides em sua “Guerra do Peloponeso”. Vagueiam figuras errantes, acolhidas por Atenas, espécie de goliardos da época, “mestres da sabedoria”: os sofistas; entre eles, Protágoras, com seu humanismo radical (“O homem é a medida de todas as coisas”), e Hípias, um dos culpados pelo preconceito que se terá em relação aos sofistas. Hípias pregava uma volta à natureza e a auto-suficiência e, enquanto fazia isso, combatia os comerciantes, plantava seus próprios alimentos e tecia suas próprias roupas. Inspirou, vinte e cinco séculos depois, jovens de uma potência política, econômica e militar, designados com um nome que deriva do inspirador: os “hippies”.



Também se sentia melhor nos campos que na pólis o filósofo Anaxágoras, que blasfemava ao dizer que o Sol não era deus mas uma gigantesca rocha incandescente, que as estrelas cadentes eram fragmentos que se desprenderam de outros planetas, incendiando-se em virtude da velocidade de sua queda, e que todas as coisas são compostas por pequenas sementes orientadas pelo princípio de ordenação universal (*nous*). Não são sementes mas sim elementos primários, dizia Demócrito, para o qual o universo era formado por vácuo e por partículas indivisíveis: os átomos.

Sempre respondendo com perguntas, Sócrates procurava desmascarar velhas crenças, incomodando os atenienses com questões sobre a verdade e sobre o homem, até que o interromperam, dando-lhe um copo de cicuta. Platão deixou os diálogos socráticos vivos, procurando enfrentar os inimigos: ignorância e paixões, e buscando a verdade e a organização de uma cidade-Estado perfeita. Um aluno que ficou vinte anos em sua escola, resolveu ser menos idealista e mais objetivo. Fundou uma escola onde se ensinava passeando⁽¹⁾ e, em suas notas de aula (que depois viraram livros), defendeu a poesia (seu mestre Platão considerava-a vaga e sem autocontrole), utilizou a história para explicar a política e ainda lançou as bases da metafísica e de uma ciência fundada na observação. Aristóteles aconselhava, também, a “aprender o belo” a tal ponto que a verdade e a beleza se confundissem em uma única coisa.

Ali na Acrópole é possível sonhar com uma sociedade semelhante à da Atenas clássica, baseada na atividade intelectual, na criação artística e na prática política. Embora presente na civilização européia, esta Atenas não existe mais, nem na própria Grécia, um país que conheceu dominações e até governos fascistas, como o do general Ioannis Metaxas, um aliado do Eixo, algo fora do eixo do “clássico helênico” e que chegou a proibir que um discurso de Péricles fosse lido nas escolas por ser “democrático demais”. Se este general tivesse lido a fala de Péricles, relatada por Tucídides (460-396) e citada a seguir, não teria sido mais um cujo fim é o esquecimento e o desprezo:

*“E porque somos amantes do belo, embora simples em nossos gostos, e cultivamos as coisas do espírito sem prejuízo de nossa virilidade (...). E porque possuímos o poder peculiar de refletir antes de agir, enquanto outros homens tiram sua coragem da ignorância e hesitam diante da reflexão (...) digo-lhes que Atenas é a escola da Hélade (...) e que, com toda certeza, nosso trabalho é testemunhado por muitos outros; e que as poderosas manifestações do nosso poderio serão verdadeiros monumentos admirados nesta e nas outras épocas que a ela se seguirão (...) pois a tumba dos grandes homens é o universo”.*²

1. O ESPAÇO NATURAL

O objetivo da Geografia é a sociedade e sua objetivação se faz através do estudo da produção do espaço criado pelo homem, ou seja, de sua produção material, resultante de seu trabalho social e reflexo das relações sociais da sociedade que produziu aquele espaço. A análise da realidade social envolve sociedade e natureza e, por isso, estudar a natureza, visando mostrar a sua apropriação e utilização, integra o conteúdo da Geografia.

Se é errado ampliar o papel do meio físico, errado também é omití-lo. Quem amplia, esquece o papel fundamental das sociedades e de sua História; quem omite, se esquece de que o meio físico é uma das condições materiais para o processo do trabalho, pelo qual se transforma a natureza em produtos úteis, para a maioria ou para alguns, segundo a estrutura de classes. Marx e Engels, que tanto valorizaram a História, escreveram em A ideologia alemã:

“O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. (...) Toda historiografia deve partir

destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens. (...) "Os homens "começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. (...) O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção." (Marx e Engels 1984, p.27-28)

Ignorar o processo de transformação que o homem, pelo trabalho, imprime à natureza, dificulta compreender o mundo, em qualquer fase de sua história. É através do trabalho que a espécie humana convive com a natureza, transformando-a para o bem ou para o mal, refletindo na convivência com a natureza a sua própria convivência enquanto sociedade.

As características naturais da Grécia exerceram influências, maiores ou menores, ao longo da história do país. Foi muito importante a presença do mar Mediterrâneo; ele é "o centro de gravidade do mundo antigo", a grande via de comunicação e a região das primeiras tassalocrassias européias. Sem nevoeiros e sem marés, é um mar que Homero dizia que "ri com mil bocas". O litoral extremamente recortado, cercado pelo mar Jônico (a W) e pelo Egeu (a E), possuía mais de quatrocentas ilhas dominadas pelos gregos, sendo algumas de dimensões consideráveis, como Eubéia, Creta e Rodes. O relevo recortado das penínsulas (Balcânica, do Peloponeso) e as numerosas ilhas, aproximaram a Grécia do mar: facilidade de portos e de escoamento de produção. Foi ele a verdadeira via de comunicação, pois a compartimentação do relevo tornava difíceis as relações terrestres. O mar, que os ventos tornavam perigoso em certas épocas, era chamado pelos gregos de "ponto" (póntos).

A parte norte da península era balcânica até do ponto de vista cultural, sendo uma área parcialmente integrada ao universo da antiga Grécia; a parte sul, a península do Peloponeso (que se liga à Ática, onde fica Atenas, pelo estreito de Corinto), possuía uma paisagem mediterrânea.

O relevo, de formação geológica recente e com acentuada instabilidade, é predominantemente montanhoso, com inúmeras cadeias dificultando, não só as comunicações mas também as tentativas dos conquistadores de impor uma única ordem econômica e política a todas as diferentes regiões. As pequenas planícies aluvionais e os estreitos vales mal chegam a vinte por cento. Uma região pobre em recursos naturais, com uma superfície de terras improdutivas bem maior que a de terras cultiváveis (limitadas às planícies de aluvião); pobre em recursos hídricos, com solos predominantemente calcários, e a umidade trazida pelas chuvas é, em grande parte, absorvida pelo solo ou levada pelos ventos.

Os poucos vales eram um obstáculo à ampliação da produção de alimentos, dificultando o abrigo de grandes contingentes populacionais. Alguns autores elegem como uma das razões pelas quais a Grécia clássica tenha se constituído num conjunto de cidades-Estado, sem encontrar uma unidade política, o isolamento provocado pelas montanhas ou, no caso das ilhas, pelo mar. No século passado, na guerra da independência (iniciada em abril de 1821), os "cleftas", guerrilheiros que dominavam as montanhas, impuseram sucessivas derrotas aos turcos; durante a Segunda Guerra Mundial, descendentes desses cleftas povoaram mais uma vez as montanhas de guerrilheiros, para expulsar as tropas do III^o Reich.

Desta maneira, o ponto de partida da civilização grega foi o estabelecimento de cidades-Estado controladoras de limitadas porções do território e que, por isso, só podiam abrigar um contingente populacional reduzido. Colaborava também para isso o fato dos rios não serem cursos d'água regulares mas sim torrenciais, não permitindo navegação, ajudando somente com depósitos aluvionais nas desembocaduras. De clima mediterrâneo no seu conjunto (com verões quentes e secos), possui uma pluviosidade decrescente do norte para o sul e do oeste para o leste (na ilha Corfu, por exemplo, o total é de 1300mm anuais e em Atenas é de 390mm). A fachada oeste, por ser exposta a ventos úmidos, é mais irrigada que a leste; esta ainda sofre no verão com os ventos quentes e secos que sopram

do norte sobre o Mediterrâneo oriental: "ánemos etésios"⁽³⁾. Atenas, nos meados do ano, possui um céu azul sem nuvens, com temperaturas médias de 27°C (com máxima de 39°C à sombra); os ventos etésios facilitam suportar esse período. A natureza se revitaliza com as chuvas de inverno, uma situação diferente da Europa não mediterrânica.

Nos tempos homéricos, a vegetação era mais espessa, as matas eram mais verdejantes. Mas já no século V a.C., a madeira era rara em Atenas. A devastação provocada pelos lenhadores, pelas queimadas dos pastores preparando novas pastagens - que incendiavam os arbustos - e pelas cabras destruindo a vegetação que nascia, fez com que a vegetação arbórea ficasse restrita a alguns pontos altos do país. Porém, há diferenças nas características naturais das diversas regiões.

Na Grécia setentrional (Macedônia e Trácia), as montanhas (prolongamento do maciço de Ródope) são mais arredondadas e as planícies mais amplas do que no restante, constituindo vales de origem sedimentar. Nesta região, o litoral egeu é plano e pouco recortado, com exceção da península Calcídica, com seus três cabos se projetando sobre o mar. Essa área é excluída da Grécia clássica.

As regiões norte-ocidentais (W da Macedônia e Épiro) possuem cadeias de montanhas paralelas à costa, sendo a mais elevada a do Pindo, que possui bosques e bom índice pluviométrico.

Na parte norte da região centro-oriental, fica a Tessália, com planícies rodeadas de montanhas (é nessa região que se localiza o Olimpo, a "morada dos deuses", com 2917m) e zonas com aspecto de estepe, cobertas de pó; invernos frios, muita chuva no outono e verão seco e sufocante nos vales - por isso a população prefere se estabelecer nas encostas. Aparece aí o vale do Tempe (nasce na cadeia do Pindo e deságua no golfo de Salônica), com grandes árvores ao lado de arbustos e vegetação rasteira, contrastando com as planícies poeirentas ao seu redor; é fruto da ação do rio Peneu que, formando um sulco entre os terrenos calcários do Monte Olimpo,

fertilizou o terreno. Fronteira norte da Grécia clássica, famosa pela criação de eqüinos, foi na época um permanente campo de batalha.

O centro-oeste (Arcanânia e Etólia) possui o aspecto montanhoso semelhante à região norte-ocidental. Entre as partes norte e média da Grécia clássica, há desfiladeiros historicamente importantes como o das Termópilas ("portas quentes"), na costa meridional do golfo de Lamia, passagem entre a Tessália e a Lócrida, onde em 480 a.C. se travou, por dois dias, um combate entre os persas e os espartanos de Leônidas.

O centro-sul (Lócrida, Fócida e Beócia - de quem diziam ser tão glutões e por isso pesados tanto no andar quanto no raciocinar), o sudeste (Ática) e o Peloponeso ("ilha de Pelops") formam a paisagem básica da Grécia clássica: abundância de montanhas, variedade de rochas (com predomínio de calcários e mármore) e planícies dispersas; mar e terra, pastores e marinheiros. Os vales da Lócrida, Fócida e Beócia são muito quentes no verão mas expostos a ventos frios no inverno. A Ática possui um clima mediterrâneo típico. As montanhas do Peloponeso se elevam repentinamente no litoral norte (Acaia), circundam a Arcádia (vales centrais), ramificando-se até os extremos leste (Argólida) e sudoeste (Messênia), e se elevando na direção sul (Lacônia - onde fica Esparta, uma cidade sem muros: "os peitos dos soldados são os muros de Esparta", dizia Tucídides). Nos vales interiores, o verão é quente e o inverno é frio. As zonas orientais, com chuvas irregulares e solos permeáveis, são mais secas, exceto no fundo dos vales, dependendo aí das águas provenientes dos lençóis freáticos. O fato das fontes serem raras é que as torna muito apreciadas e presentes na literatura. Em direção ao Jônico, as áreas abertas são mais úmidas e verdejantes.

As ilhas (cuja abundância facilitou a cabotagem) do Egeu são prolongamentos dos sistemas montanhosos do continente, sendo suas ilhas os pontos mais altos da região submergida com a formação do Egeu: os montes da Tessália continuam das Espórades Setentrionais até Lesbos e Quios, a Ática se prolonga na Eubéia e nas

Cíclades, e Creta, Carpathos e Rodes (limites meridionais do Egeu) são “remanescentes da antiga ligação entre o Peloponeso e a Ásia Menor”. As ilhas possuem em comum com o continente a presença marcante de áreas montanhosas, verões prolongados e quentes, regime pluvial irregular e poucos rios.

2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA

Em muitos de seus traços, o mundo grego mais antigo se aparenta aos reinos do Oriente Próximo existentes na época, como atestam documentos dos escribas micênicos. Esse mundo é diferente quando se lê a *Ilíada*, que já fala numa civilização mais desenvolvida culturalmente. Seus heróis falavam grego e adoravam a Zeus e a outras figuras do Olimpo; parece outro mundo, mas “a religião e a mitologia da Grécia clássica arraigam-se muito diretamente (...) no passado micênico.”⁽⁴⁾

Entre 2000 e 1900, os mínios - povos indo-europeus-invadem a Grécia continental, vindos ou dos Balcãs ou das planícies do sul da Rússia. Ao mesmo tempo, chegam os hititas, também indo-europeus, na Ásia Menor (atual Turquia). Há afinidades entre os dois povos. Na Tróia VI (1900) aparece na região (Tróade - parte NW da Ásia Menor) o cavalo. Poseidon, antes de rei do mar, era um deus-cavalo. Existe todo um complexo mito sobre o cavalo, animal de muito prestígio, onde era utilizado para fins militares. O contato com Creta (onde se desenvolveu a chamada cultura minoana ou minóica - Minos era rei(s) de Cnossos) revelou aos mínios do continente (de Micenas, no Peloponeso) um modo de viver e de pensar completamente novo. A cretização do mundo micênico resultará, após 1450 a.C., numa “civilização palaciana” (o carro de guerra, puxado por dois cavalos, é, talvez, uma contribuição hitita pois o cavalo só aparece em Creta após 1450 a.C.).

O carro de guerra, cuja técnica era difícil, pode ter reforçado a atividade guerreira; e a necessidade de uma frota de carros leva

a supor um Estado centralizado e uma autoridade única. A força militar micênica permite o domínio sobre Creta (1400 a.C.); os aqueus (Acaia, parte norte do Peloponeso) tomam o lugar dos cretenses no Mediterrâneo Oriental.

A falta de dados dificulta a realização, pelos historiadores, de um quadro completo da organização social micênica. Porém, devido à existência de alguns documentos, conseguem estabelecer determinados aspectos, principalmente o de que a vida social era centralizada no palácio, possuidor de um papel religioso, político, militar, administrativo e econômico. No sistema de "economia palaciana", o rei concentrava e unificava o poder e os escribas ("classe profissional") eram os contadores. Não havia comércio privado, nem à base de ouro e prata, com a realeza regulamentando distribuição e intercâmbio. Havia uma realeza burocrática, mas a economia rural, diferente do que ocorreu no Crescente Fértil, permaneceu no âmbito da aldeia; ou seja, as comunidades rurais não possuíam uma dependência absoluta do rei e, talvez, até pudessem subsistir independente dele.

As realezas micênicas são mais uma organização militar, uma nobreza guerreira (o áanax-rei-apóia-se numa aristocracia guerreira: os homens dos carros), e o sistema palaciano "repousa no emprego da escrita e na constituição de arquivos", que forneceram as técnicas e os esquemas para a administração e permitiram um controle rigoroso do Estado sobre um território extenso. Permitiram, também, grandes aventuras em busca de metal e outros produtos que faltavam no continente. Após a queda dos aqueus, este tipo de soberania não sobrevive na Grécia; é esse conjunto que a invasão dórica destrói.

Os dórios penetraram na Grécia peninsular a partir do séc. XII a.C., se constituindo na última leva importante de imigrantes gregos. Vieram do norte por via terrestre e rechaçando os aqueus, invadiram a Tessália, se instalaram no Peloponeso e estenderam sua influência sobre o Mediterrâneo Oriental (Atenas, porém, jamais caiu

em seu poder). Isso por volta de 80 anos após a Guerra de Tróia (segundo a tradição grega), no fim da Idade do Bronze (1100 a.C.). Ao mesmo tempo, chegam à região: armas de ferro, incineração dos mortos, estilo geométrico de decoração cerâmica; contudo, não são intrinsecamente ligados à chegada dos dórios.

A invasão dórica rompe os laços com o Oriente; o mar, antes passagem, é agora barreira; a economia volta a ser essencialmente agrícola e decai o uso da mão-de-obra servil. O sistema palaciano desaba (e não mais se erguerá), os escribas e a escrita desaparecem. A escrita será redescoberta no século IX a.C., tomada dos fenícios, porém não mais para o uso do rei e sim com a função de "publicidade", de divulgar os aspectos da vida social e política.

A queda do poder micênico e a expansão dos dórios significam uma nova idade da civilização grega: a metalurgia do ferro substitui a do bronze (cobre e estanho), a incineração em vez da inumação (enterro), a decoração geométrica na cerâmica no lugar da vida animal e vegetal (o que significa a exclusão de elementos místicos).

É a arte reduzida ao essencial, é a consciência de um passado diferente do presente e de que o mundo dos mortos (agora cremados) é separado do dos vivos, preparando Homero(s), cuja poesia tenderá a afastar o mistério no seio da própria religião.

O vocabulário da época palaciana desaparece; duas classes sociais subsistem: as comunidades aldeãs e a aristocracia guerreira. Sem o áanax, essas forças vão se chocar e é preciso buscar o equilíbrio. Desta busca, aparece uma sophia que não tem mais por

"objeto o universo da physys mas o mundo dos homens ... Os problemas do poder, de suas formas, de seus componentes, foram repentinamente colocados em termos novos." (Vernant 1992, p.27).

Em Atenas, onde não houve o rompimento brutal da época micênica, havia rei mas ao seu lado um chefe dos exércitos

(polemarca), separando o soberano da função militar. Instituiu-se, também, o arcontado⁵ e, com isso, a arché é delegada por uma decisão humana, com confrontos e discussões (relegando a basiléia somente ao setor religioso).

Há um corpo social feito de elementos heterogêneos, de partes separadas, com funções que se excluem mas cuja fusão é necessária. Há o conflito (Eris) mas é necessária a união (philia). O gene nobiliário agoniza: a técnica do cavalo desapareceu, mas o "cavalo" ainda define a elite militar, que é também uma aristocracia da terra. Todavia, o combate (agon, agonia: momento que assinala o derradeiro combate da vida) agora é sujeito a regras. A política se transforma numa disputa oratória, na praça pública (ágora). A palavra iguala, na disputa, esta sociedade hierarquizada; concorrência só há entre iguais e o espírito igualitário se dá numa mentalidade guerreira de sua aristocracia: uma concepção agonística de vida social. A arché não é propriedade de ninguém e o Estado se desprivatiza (escapando da alçada dos gene) sendo, agora, uma questão de todos.

Tudo está depositado "no meio", no centro. É o advento de um novo espaço social. As construções urbanas não estão mais agrupadas em torno de um palácio real fortificado.

"A cidade agora está centralizada na Ágora, espaço comum, (...) espaço público em que são debatidos os problemas de interesse geral. É a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui. No local em que se elevava a cidade real - residência privada, privilegiada - ela edifica templos que abre a um culto público. (...) Esse quadro urbano define efetivamente um espaço mental; descobre um novo horizonte espiritual. Desde que se centraliza na praça pública, a cidade já é, no sentido pleno do termo, uma pólis." (Ibidem, p.33).

3. AS CIDADES GREGAS

Na Idade do Bronze, a região se dividia em pequenos grupos isolados, em que uma família guerreira procurava dominar a área a partir de uma fortaleza instalada num ponto elevado. Com as invasões do norte, no início da Idade do Ferro, há uma regressão. O ferro, o alfabeto, a moeda cunhada, a localização favorável ao comércio marítimo possibilitam novo desenvolvimento, que vai culminar na pólis.

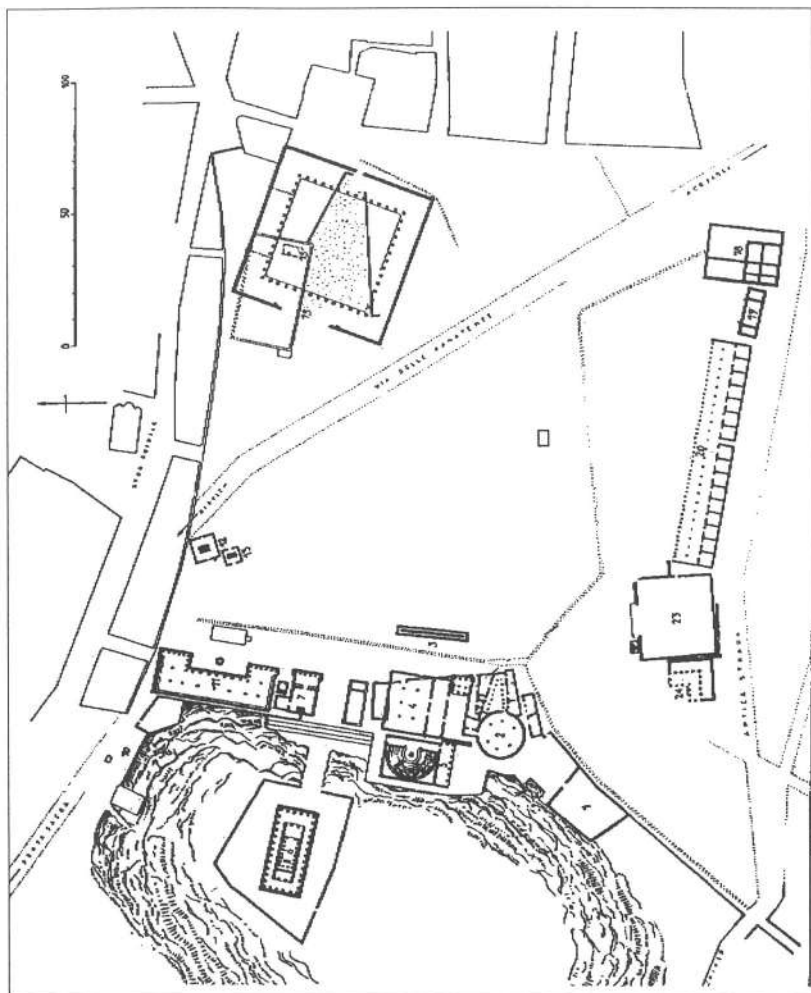
Fundar uma cidade passa a ser, também, um ato político, em que o elemento religioso ainda está presente, pois o culto comum de uma divindade será um dos fundamentos da solidariedade da comunidade civil. Também presentes elementos de natureza defensiva. A origem da cidade é numa colina, onde se refugiam os habitantes do campo para se defenderem; depois, o povoado se estende pelos sopés da colina. Passam a existir distintamente, embora formando um único organismo, a cidade alta (acrópole) e a cidade baixa (astu), onde eram desenvolvidos o comércio e as relações civis. Até o século VI a.C., a acrópole é que é normalmente fortificada; um pouco antes das guerras médicas⁽⁶⁾, muitas cidades da Jônia (litoral asiático do Egeu, entre as cidades de Mileto e Focéia) e da Grécia, constroem "muros".

A reconstrução de Mileto (destruída pelos persas em 494 a.C.) marca o aparecimento na região dos traçados urbanos ortogonais, dos quadriculados regulares, colocando no traçado urbano especulações de caráter matemático e "sobre a melhor organização política da cidade". Na Grécia continental, este traçado entra por ocasião da reconstrução de Pireu (por volta de 475 a.C.) pelo arquiteto Hipódamo de Mileto; e por isso é que o plano ortogonal, habitual nas novas cidades, passou a se chamar "hipodâmico".

Nas cidades pequenas, a ágora, onde os cidadãos se reuniam para ouvir decisões ou deliberar, era na praça do mercado; nas maiores, ela era construída para este fim num lugar ao ar livre. Se na Grécia rural a mitologia era o saber, na urbana é o saber mais racional, a filosofia.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PENSAMENTO DA GRÉCIA CLÁSSICA

1. o chamado Strategeion; 2. Tholos; 3. recinto dos heróis epônimos; 4. Metroon; 5. buleutérion; 6. Heféstion; 7. templo de Apolo Patroos; 8. Horos do Cerâmico; 9. atoa de Zeus Eleutérios (Basileu) (?); 10. altar dos doze deuses; 11. recinto; 12. peristílio; 13. tribunal; 14. casa de moeda; 15. fonte sudeste; 16. atoa sul; 17. a chamada Heliata; 18. fonte sudoeste.



O território de uma cidade era limitado por montanhas mas podia ser ampliado através de conquistas ou acordos. Esparta chegou a dominar quase a metade do Peloponeso (8400km²), e Atenas a Ática e a ilha de Salamina (2650km²); já Tebas e Corinto possuíam uma área bem menor (1000 e 880km², respectivamente). Os gregos não pensavam na cidade somente no aspecto político ou moral; Hipócrates (460 - 377) procurou estudar os efeitos (físicos e morais) do ambiente urbano sobre os habitantes. Platão (428 - 347), em *Leis*, discute a cidade ideal, inclusive no seu aspecto material, como a escolha do sítio (desaconselhando os sítios marítimos), e opta pela inexistência de fortificações para não debilitar a coragem dos habitantes. Aristóteles (384 - 322) opta pelas fortificações, discute o sítio quanto à salubridade, abastecimento, disponibilidade hídrica (a adução é uma preocupação constante; a água era levada por aquedutos subterrâneos, desembocando em fontes públicas); defende a especialização dos bairros por funções (residencial, comercial, administrativo, etc.), um traçado das ruas segundo o sistema de Hipódamo e a existência de duas praças: uma para atividades comerciais e outra destinada à vida pública.

No período de Péricles, Atenas chegou (excluindo escravos e estrangeiros) a 50 mil habitantes, e somente três outras cidades ultrapassavam 20 mil habitantes (Siracusa, Agrigento e Argos); Esparta, por exemplo, na época das Guerras Persas possuía 8 mil habitantes. Entretanto, habitante aqui deve ser entendido como cidadão pois a população de Atenas neste período (século V a.C.) era de aproximadamente meio milhão de habitantes. Desse total, 300 mil eram escravos e 50 mil estrangeiros (metecos; grande parte ligada ao comércio); excluindo mulheres e crianças, sobravam aproximadamente 10% de "cidadãos", que por todos decidiam. Ou seja, para os atenienses a desigualdade feria a humanidade e impedia a liberdade, embora a pólis desprovesse de liberdade e de humanidade os escravos, a maioria de sua população.

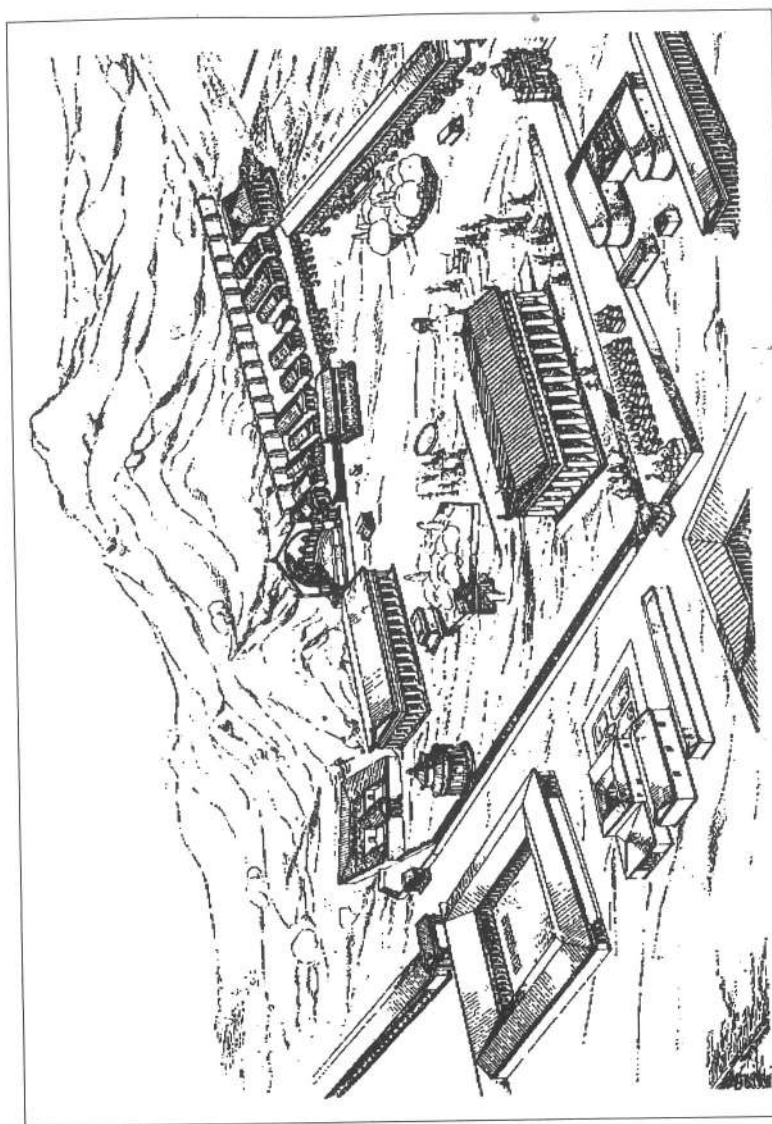
Aristóteles, em *A Política*, afirmou:

"As propriedades são uma reunião de instrumentos e o escravo é uma propriedade instrumental animada. (...) Se cada instrumento pudesse executar por si próprio a vontade e o pensamento do dono (...) os senhores não teriam necessidade de escravos. (...) Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela Natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem. (...) o uso dos escravos e dos animais é praticamente o mesmo (...)." (apud Pereira 1992, p. 11)

Somente na Ágora ateniense é que donos e escravos se misturavam, sendo vedado ao dono bater nos seus escravos naquele local; a polícia (composta de escravos mas do Estado) podia intervir.

O ideal era uma população que permitisse a formação de um exército de guerra e que, ao mesmo tempo, não fosse tão grande que impedisse o funcionamento da assembleia. Essa própria possibilidade de um corpo social urbano com liberdade coletiva (não, necessariamente, individual) pode ser citada como um dos obstáculos à aspiração de uma unidade política; mas, ao limitar o espaço da pátria e dar a ela mais concretude, reforça os nacionalismos.

*"Um pequeno território, nas encostas de uma montanha, atravessado por um riacho, escavado por alguma baía. De todos os lados, a poucos quilômetros de distância, uma elevação do terreno serve de limite. Basta subir à acrópole para abarcá-lo por inteiro com um olhar. É a terra sagrada da pátria: o recinto da família, as tumbas dos antepassados, os campos cujos proprietários a todos se conhecem, a montanha onde se vai cortar lenha, se levar os rebanhos a pastar ou se apanha o mel, os templos onde se assiste aos sacrifícios, a acrópole aonde se vai em procissão."*¹⁷

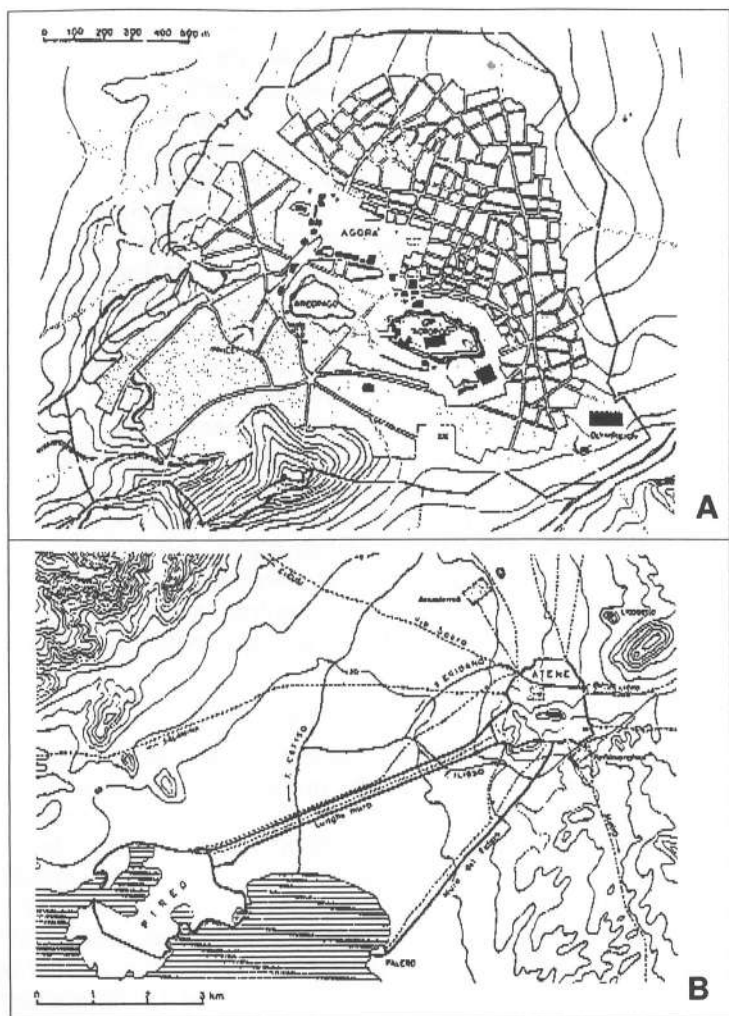


Reconstrução do recinto sagrado de Olímpia.

“Unidade, articulação, equilíbrio com a natureza e limite de crescimento” caracterizavam, na opinião de Leonardo Benévolo (1993), a cidade grega. A cidade, ainda que cercada por muros, era um todo único, sem zonas “fechadas ou independentes”; as habitações eram semelhantes, diferindo no tamanho (e não na estrutura arquitetônica) e não formavam bairros de classe, categorias ou estirpes. A simplicidade das moradias - os adornos eram raros - derivava das próprias limitações da vida privada, pois a maior parte do tempo se passava no espaço público, ao ar livre. Na ágora e no teatro (somente no século IV a.C. aparecem em Atenas os teatros de pedra construídos nas concavidades das colinas) boa parte da população podia se reunir e se reconhecer como uma comunidade (no teatro ateniense de Dionísio era possível reunir todos os “cidadãos”). Havia divisão da cidade, mas não no aspecto de classe econômica; tinha as áreas privadas - das casas de moradia -, as áreas sagradas - com os templos, que em geral se sobressaíam mais pela posição dominante e pela qualidade do que pelo tamanho -, e as áreas públicas, destinadas a reuniões políticas, teatro, comércio, jogos, etc.. As áreas públicas eram administradas diretamente pelo Estado (que também intervinha, se necessário, nas outras) e havia uma preocupação em proteger o espaço público, principalmente de empreendimentos particulares.

Os templos eram construídos

“com um sistema construtivo propositadamente simples - muros e colunas de pedra, que sustentavam as arquitraves e as traves de cobertura - de modo que as exigências técnicas impeçam o menos possível o controle da forma. (...) A cidade, no seu conjunto, forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, e ligado a este ambiente por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos. A regularidade dos templos (...) é quase sempre compensada pela irregularidade dos arranjos circunstantes, que se reduz depois na desordem da paisagem natural. A medida deste equilíbrio entre a natureza e a arte dá a cada cidade um caráter individual e reconhecível.” (Benévolo 1993, p.78 e 80)



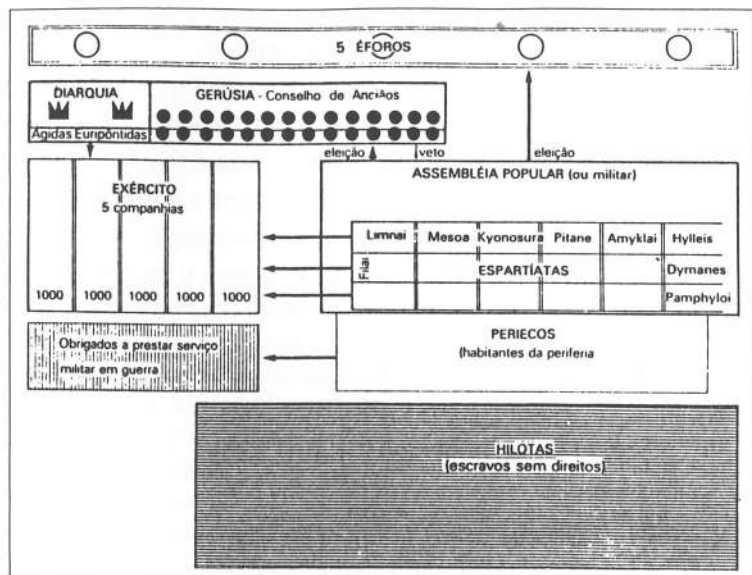
A: Planta aproximada de Atenas nos tempos de Péricles, com os bairros residenciais (em pontilhado) distribuídos ao redor dos edifícios públicos (em preto).

B. A grande Atenas do século V a.C., com os longos muros que ligam a cidade ao porto do Pireu.

O organismo da cidade vai se desenvolvendo, até um momento em que se estabiliza; ocorrendo um crescimento demográfico, prefere-se ou criar um outro organismo equivalente (a neápole em contraposição à paleópole) ou migrar para uma região distante, e não ampliar o que já existe. A cidade mais conhecida da Grécia, Atenas, que surgiu na planície central da Ática, recortada por dois pequenos rios (Cefiso e seu afluente Ilisso) e entre os quais se acham diversas colinas (Pnice, Acrópole, Areópago), era também cercada por colinas e montanhas, o que ajudou a se proteger das invasões, sobretudo dos dórios. Um maciço rochoso de 156m de altitude, a Acrópole, onde viviam os primeiros habitantes da cidade, oferecia mais segurança por seus flancos íngremes e pelo bom espaço em sua plataforma; era santuário e fortaleza, e o conjunto de monumentos de seu topo podia ser visto de todos os lados da pólis. O porto ficava a uma certa distância, para dificultar ataques de piratas; o de Atenas é o de Pireu, ligado à cidade por longos muros e que se tornou o centro do comércio do Mediterrâneo Oriental.

Esparta (ou Lacedemônia) situava-se na Lacônia, na bacia inferior do rio Eurotas, o que lhe deu acesso ao mar. Foi constituída, no séc IX a.C., pela união de cinco povoados de origem dórica, e seu nome deriva de uma planta típica da região. No seu período áureo apresentava três camadas básicas: os dórios, cidadãos espartanos (homoioi: iguais), os aqueus que habitavam a periferia (perioikis) e eram chamados de periecos, e os escravos, chamados de hilotas. Era inquieta internamente pela desproporção entre o número de cidadãos e o de periecos e hilotas e vindo daí, talvez, o fato de organizar os iguais numa "casta de guerreiros".

Nas cidades gregas, como já vimos, a inserção na paisagem original é uma característica. Até construções destruídas por guerras eram muitas vezes conservadas da maneira que ficaram, incorporando-se à paisagem urbana, mostrando a natureza e a história simultaneamente, deixando vivo o passado. O cenário urbano é uma construção humana, cercado e ainda dominado pela natureza, que o homem procura imitar. De sua visão de cosmos, tenta no cosmos urbano deduzir da natureza a construção humana.



Estrutura político-social espartana.

4. A PÓLIS E O PENSAMENTO GREGO

A derrocada do mundo micênico repercute no homem grego; o desaparecimento do rei vai provocar *“uma dupla e solidária inovação: a instituição da Cidade, o nascimento de um pensamento racional”*. No lugar do onipotente rei, o debate na ágora; em vez de *“cosmogonias associadas a rituais reais”*, um pensamento que procura *“estabelecer a ordem do mundo em relações de simetria, de equilíbrio, de igualdade entre os diversos elementos que compõem o Cosmos”*. (Vernant 1992, p.6) Essa ordem que o cosmos demonstra é a mesma que deve existir para a vida pessoal, para a cidade.

O nascer desta Razão ocorre na virada do século VIII para o VII, quando são lançados os fundamentos da Pólis e assegurado (por essa laicização do pensamento político) o advento da filosofia. A vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova. Jean-Pierre Vernant (1992) destaca três aspectos: o prestígio da palavra, a publicidade dada às manifestações sociais (o desenvolvimento de práticas públicas) e a isonomia dos cidadãos.

A palavra se transforma em divindade (Peithós: a força da persuasão) e há uma preeminência dela sobre todos os outros instrumentos de poder. Deixa de ser termo ritual e passa a ser de discussão, argumentação, contradição. A Oratória (retórica e sofística) é arte; as questões têm que ser formuladas em discurso, o logos e a política se vinculam: a arte política é o exercício da linguagem e o logos se define por sua função política.

Dá-se publicidade às manifestações importantes da vida social. Há um setor de interesse comum opondo-se aos assuntos privados. Democratização e divulgação significam que a cultura grega chega a todo demo; não mais a homérica "poesia da corte" mas agora a "poesia de festa". Conhecimentos, valores, técnicas mentais, são levados à praça pública, são objetos de crítica e de controvérsia, e não são mais conservados como garantia do poder. Como a palavra, outro meio de divulgação de conhecimentos se torna um bem comum: a escrita; ela será o elemento de base da paidéia.⁽⁸⁾

Uma nova reivindicação surge com o nascimento da cidade: a redação das leis. Escrevê-las é subtrair a autoridade dos basileus em ditá-las; agora devem "dizer o direito", pois este agora é regra geral. Os ensinamentos dos deuses para se tornarem verdades são primeiramente debatidos pelos Sábios (Theiós anér?) e essa ambigüidade se encontra no próprio nascer da filosofia. A filosofia,

"em seus métodos, em sua inspiração, aparentar-se-á ao mesmo tempo às iniciações dos mistérios e às controvérsias da ágora; flutuará entre o espírito de segredo próprio das seitas e a publicidade do debate contraditório que caracteriza a atividade política. (...) O filósofo não deixará

de oscilar entre essas duas atitudes, de hesitar entre duas tentações contrárias. Ora afirmará ser o único qualificado para dirigir o Estado (...) e pretenderá, em nome desse saber que o eleva acima dos homens, reformar toda a vida social e ordenar soberanamente a cidade. Ora ele se retirará do mundo para reco-lher-se numa sabedoria puramente privada, (...), e, renunciando à vida pública, buscará sua salvação no conhecimento e na contemplação.” (Ibidem, p.41-42)

Aqueles que verdadeiramente compõem a cidade são, de uma certa maneira, semelhantes entre si, semelhança esta que cria a “unidade da pólis” pois só os semelhantes podem se encontrar unidos na *philia*, na comunidade. No início são semelhantes (Hómoioi); depois, abstratamente, são iguais (Isoi), criando, no século VI a.C., o conceito de isonomia: “igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder” e o de isegoria: igualdade do direito à palavra na assembléia. Não mais monarquia mas isocracia.

Porém, é uma igualdade de minoria sustentada por um fundo de desigualdade: há os privados de cidadania. A existência de um sistema escravista provoca uma desvalorização do trabalho manual, do fazer, e acaba por valorizar a atividade intelectual dissociada da prática. *“A dicotomia pensar-fazer existe também da relação corpo-espírito, de onde deriva um dualismo estreitamente arraigado no pensamento ocidental, do qual somos herdeiros.”* (Ara-nha 1986, p.126)

Em Esparta há, com outro espírito, um processo semelhante; o soldado é o cidadão e vice-versa. O hoplita, pesadamente armado, combatendo em linha (como uma falange) tira as prerrogativas dos hippeis : todos os que podem comprar o seu equipamento estão no mesmo plano que os possuidores de cavalos. Isso significa a democratização da função militar, a desvalorização do herói homérico, da façanha individual: a batalha é ombro a ombro. Até na guerra, a Eris (desejo de triunfar sobre outrem) deve submeter-se à *Philia* (espírito de comunidade). Ilustrativo é o caso citado por

Heródoto do soldado Aristodamo. Único sobrevivente dos trezentos comandados por Leônidas nas Termópilas e sentindo-se desonrado por isso, luta bravamente, realiza façanhas admiráveis e encontra a morte na batalha de Platéia⁽⁹⁾. Mas os espartanos não lhe deram um funeral de herói pois combatendo alucinadamente, havia abandonado seu posto.

É o mesmo espírito de rejeição a atitudes aristocráticas anteriores que faz a cidade rejeitar a ostentação, o luxo, a glória particular, etc., pois suscitam desigualdades, inveja; i.é., dividem as cidades. Em Esparta, uma cidade de hoplitas, essa nova mentalidade é levada, nos séc. VII e VI a.C., pelo fator militar. Entretanto, é uma cidade que se fecha ao exterior, negligencia as letras e as artes, permanecendo fora das grandes correntes intelectuais. Reconhece a supremacia da lei e da ordem por ter-se orientado para a guerra. A palavra não será o grande instrumento político e nem adotará forma de discussão, de argumentação, de refutação. No lugar de peithó (força de persuasão) o poder de phobos (do temor). Por isso a filosofia e o pensamento gregos nada devem à Lacônia.

Mas o caminho para atingir a “democracia ateniense” não foi fácil. No fim do século VII e no VI a.C., há uma crise de ordem econômica, fruto da retomada e desenvolvimento dos contatos com o Oriente e de um crescimento demográfico gerando problemas de abastecimento. Isto provoca uma expansão à procura de terras, alimentos e metais; estes aumentam sua circulação na Grécia do séc. VII, provocando ostentação de riqueza pela aristocracia, concentração fundiária e avassalamento, fermentos da divisão da sociedade grega.

Tal situação passa a exigir reformas para restabelecer o equilíbrio, a “igualdade”. Disso resulta a elaboração das noções fundamentais de uma nova ética e o nascimento de uma reflexão moral e política de caráter laico, que encara de maneira positiva os problemas do mundo humano. Universaliza a condenação ao crime e, assim, o homicídio deixa de ser uma questão privada. É um Direito que se inicia, com um certo clima religioso, de uma consciência

comunitária, de quebra de particularismos. “A ética era uma estética da existência com base na beleza do cosmos.” A posterior inserção na realidade social vai laicizar a vida pública.

A efervescência religiosa prepara também uma “reflexão moral, orientada por especulações políticas”. O temor da impureza (o ideal místico de uma vida isenta de todo o contato sangrento leva à legislação sobre o homicídio), o ideal de austeridade (que gera a reação ao luxo e à insolência dos ricos), etc., levam a um novo conceito de virtude (areté), que se despoja de seu aspecto “guerreiro”. Ela agora é fruto de um longo e penoso exercício espiritual (áskesis), não para “sair deste mundo”, mas para agir na vida social.



Duas óstracas, isto é, fragmentos de barro usados nas votações para o exílio (ostracismo) de Temístocles e de Aristides.

Fausto, moleza, riqueza, etc., são condenados devido às suas conseqüências sociais — ódios e divisões, e um estado de “parada” (stasis) na cidade — pois a riqueza não possui limites. E saciedade (koros), ultraje (hybris), desejo de possuir mais do que os outros (pleonexia) caracterizavam a aristocracia da Idade do Ferro. Em seu lugar é necessária a sophrosyne (a virtude do justo meio), caracterizada pela temperança, bom senso, equilíbrio de forças contrárias; é a valorização do ponderado, do mediador, virtudes típicas da classe média. *“Redigi, dirá Solon, leis iguais para o kakós e para o aghatós, fixando para cada um uma justiça direita.”* (Vernant 1992, p.60)

É a lei no lugar do rei; é a justiça (dike) e a moderação (sophrosyne) descendo do céu e se instalando na ágora. Mas a moderação implica numa certa tensão entre elementos opostos: as paixões e a prudência refletida. Os meios para a calma, o equilíbrio, o controle são músicas, cantos, danças, ritos purificatórios.

“Essas técnicas formam uma paidéia que não tem valor somente no nível dos indivíduos. Realiza neles a saúde, o equilíbrio; torna suas almas ‘continentes’, mantendo em sujeição a parte que é feita para obedecer mas ao mesmo tempo adquire uma virtude social, uma função política : os males de que sofre a coletividade são precisamente a incontinência dos ricos, o espírito de subversão dos ‘maus’. Fazendo desaparecer um e outro, a sophrosyne realiza uma cidade harmoniosa e concorde , onde os ricos, longe de desejar sempre mais, dão aos pobres o que lhes sobra e onde a massa, longe de entrar em revolta , aceita sumeter-se àqueles que, sendo melhores, têm direito a possuir mais.” (Ibidem, p.63)

Ao sair das seitas, a “moderação” deixa de se preocupar com a salvação individual e passa a se preocupar com a salvação da cidade, situando o problema moral em seu contexto político: sem igualdade (isotes) não há cidade porque não há amizade (philia).

“A cidade forma um conjunto organizado, um cosmos, que se torna harmonioso se cada um de seus componentes

está em seu lugar e possui a porção de poder que lhe cabe em função de sua própria virtude. (...) Onde se encontra então a igualdade? Ela reside no fato de que a lei, que agora foi fixada é a mesma para todos os cidadãos e que todos podem fazer parte dos tribunais como da assembléia.” (Ibidem, p.65-66)

A própria criação da moeda (do Estado e garantida pela Cidade) é o confisco de um privilégio aristocrático. A medida justa vem para conciliar desigualdades, não pela sua eliminação mas permitindo uma preponderância de um sobre outro, sem excessos. “A igualdade realizada permanece proporcional ao mérito.” (Ibidem, p.69)

Com a cidade, nasce a filosofia e a lei, e com esta a democracia. Apesar de restritiva, a democracia da pólis permitiu criar direitos, pois com liberdade é possível inventar o que não existe, o novo. E o advento da filosofia marca o declínio do pensamento mítico e o início de um saber de tipo racional.

Este saber, na Grécia, surge no séc. VI a.C., na jônica Mileto, com Tales (c. 624-526), Anaximandro (c. 610-545) e Anaxímenes (c. 585-528). A natureza é objeto de uma investigação sistemática e desinteressada; eles propõem explicações sobre a origem do mundo, ordem, fenômenos meteorológicos,... livres das teogonias e cosmogonias antigas. Mas nada existe que não seja natureza (physis): ela é uma só e, por isso, há uma só temporalidade. Assim, o cotidiano torna “o original e o primordial” inteligíveis, mostrando os modelos de como o mundo se formou e se ordenou.

Sua física ignora a experimentação; não procura leis na natureza e sim interrogar “*com o mito, como a ordem foi estabelecida, como o cosmos pode surgir do caos*” (Ibidem, p.75), utilizando, porém, um vocabulário profano. Com os milésios,

“a origem e a ordem do mundo tomam a forma de um problema explicitamente colocado a que se deve dar uma resposta sem mistério, ao nível da inteligência humana, suscetível de ser exposta e debatida publicamente”

(Ibidem, p.77), como um saber dessacralizado. Mas é um mundo da natureza, ordenado segundo um modelo mais geométrico, a partir de noções que o pensamento moral e político tinha elaborado.

As preocupações destes pensadores, na busca de uma racionalidade do universo, levaram à elaboração de uma cosmologia, e não mais de uma cosmogonia, que era o que ocorria nos relatos míticos. Como da confusão (caos) surgiu um mundo ordenado (cosmos)?

"Enquanto na Teogonia, Hesíodo procura a arché como gênese, como origem, genealogia do mundo e dos deuses, os pré-socráticos procuram o princípio, não como início, o que antecede no tempo, mas como fundamento do ser. Quando perguntam 'Qual é a arché?', estão procurando o elemento constitutivo de todas as coisas." (Aranha 1986, p.36)

Por isso é que, na revolução intelectual realizada pelos milésios, é muito significativa a obra de Anaximandro (c. 610-545). A arché agora é physis, gênese, origem, fonte. Perguntam de onde e por que caminho o mundo veio a ser. Daí a importância das preocupações de ordem astronômica, de aspecto geométrico (e não mais aritmético) e profano (e não uma religião astral). A geometrização do universo físico é o abandono da explicação com base na analogia ao mito; é o aparecimento de uma nova forma de pensar e de explicar.

Anaximandro coloca a Terra, imóvel, sem suporte (porque está a igual distância de todos os pontos da circunferência celeste e não tem razão para ir para cima ou para baixo ou para os lados), no centro do Universo. A Terra não cai, e nem o homem, porque todos os raios de um círculo são iguais e, por consequência, nenhuma porção do mundo pode dominar as demais. Há uma lei de equilíbrio: igualdade e simetria compõem o cosmos; há uma isonomia na natureza que deve existir também na cidade. No ápeiron (o princípio e o elemento primordial das coisas) os elementos se definem por sua oposição mas nenhum domina, não há uma ordem hierárquica; existe sim um equilíbrio.

"Se o ápeiron possui a arché e governa todas as coisas, é precisamente porque seu reino exclui a possibilidade para um elemento de apoderar-se da dynasteia. A primazia do ápeiron garante a permanência de uma ordem igualitária fundada na reciprocidade das relações e que, superior a todos os elementos, impõe-lhes uma lei comum. De resto, esse equilíbrio das potências não é de maneira nenhuma estático; encobre oposições e é feito de conflitos." (Vernant 1992, p.89)

Alcméon (século VI a.C.), médico grego tido como o primeiro a realizar dissecações anatômicas, definia a saúde como o equilíbrio dos poderes (frio e quente, úmido e seco, etc.), sendo a doença fruto do domínio de um elemento sobre todos os outros, pois a dominação exclusiva é destrutiva. O centro é o ponto em torno do qual se ordena (na sociedade e na natureza) um espaço igualitário, feito de relações simétricas e reversíveis. A estrutura do cosmos natural e a organização do espaço social são correspondentes.

Essa sucessão deixa claro que o surgimento da racionalidade foi um processo lento. Preparou-o o passado mítico, passado cujas características permanecem na nova abordagem. Pois mythos é o que se diz, é a narrativa na qual é usada a palavra, a palavra antes da escrita, fixada pela memória. Lenda é o que se conta e epopéia é o que se exprime pela palavra. A escrita, no início, também é mágica (o hieróglifo egípcio significa sinal divino) Mas na Grécia do século VIII a.C. já estava razoavelmente desligada de preocupações religiosas e não só restrita aos que detêm o poder.

"A escrita gera uma nova idade mental, fixando a palavra e, conseqüentemente, o mundo, para além daquele que a proferiu. A escrita exige do próprio autor uma postura diferente, pois nunca se escreve como se fala. (...) Portanto, a escrita aparece como uma possibilidade maior de abstração, uma reflexão da palavra, que tenderá a modificar a própria estrutura do pensamento."

(Aranha 1986, p.33) Não se deve esquecer que , do século VIII ao VI, houve um período de migrações e colonização, desenvolvendo o comércio marítimo e resultando na criação de uma nova classe, os comerciantes. Para facilitar as trocas, é criada a moeda (c. séc. VII a.C.), um novo tipo de valor e não um simples metal; é uma convenção social, é um artifício da razão, é uma noção abstrata vinculada ao surgimento do pensamento racional. O advento do cidadão é também a descoberta da individualidade que

“liberta o homem dos desígnios divinos e o torna capaz de construir o seu próprio caminho e, no debate público, de gerir os destinos comuns da cidade. Aí surge a política propriamente dita.” (Ibidem, p.217).

5. A EDUCAÇÃO GREGA

Para muitos autores, a pedagogia antiga européia se inicia com Homero e vai até o final do século IV d.C., quando o imperador Teodósio, em 391, tornou o cristianismo a religião oficial do Estado e aboliu o paganismo. A compreensão dessa pedagogia fundamenta-se no entendimento de suas bases sociais, políticas e econômicas. Não podemos esquecer que no chamado mundo antigo, a atividade rural dependia quase que exclusivamente da mão do homem - com precária ajuda da tração animal -, que a zona rural era um complemento natural da cidade , e a fala o principal meio de comunicação.

Cada cidade era dona de seu ensino e nela o número de ensinados era pequeno, pois os escravos (aqueles “objetos animados, dotados de palavra”) ficavam de fora e, responsáveis pelo trabalho manual, permitiam que os homens livres (que, com o domínio romano, serão escravos e educadores de seus senhores) tivessem tempo para outras atividades.

A pedagogia antiga é um contato do mestre com o discípulo. O método dependia do nível técnico, do número de educandos

e, principalmente, do fim pretendido pela educação. No mundo grego, os poetas foram os primeiros educadores. Homero (século IX ?), o mais lido, é a condensação da tradição poética do período micênico, uma tradição de fatos históricos, semi-deformados, com papel educativo. Ser culto, a partir do século VII a.C., era saber Homero de cor. *Ilíada* e *Odisséia* eram a Bíblia ou o Corão da época (duas palavras que significam livro, usadas, talvez inadequadamente, para comparar com uma civilização que era devota também pelas imagens - ícones -, sobretudo humanas) mas seu autor não era visto como um profeta e sim como o maior poeta. *Ilíada* e *Odisséia* forneciam os textos de poesia, história, geografia e de doutrinação física, moral e teológica. Aquiles, guerreiro que ama a glória e a vida não hesita em sacrificar a segunda para não perder a honra. Já Ulisses, que sabia viver e escapar espertamente das dificuldades, possuía uma sabedoria prática. Através dos exemplos dos heróis (método pedagógico) se objetiva a formação do caráter; agora não mais numa sociedade de nobres e cavaleiros descrita nos poemas mas em um mundo mais complexo, submetido a uma disciplina comum: a cidade. Ou seja, agora o objetivo é formar o cidadão, sujeito a uma disciplina diferente daquela do mundo homérico, onde o homem é presa do Destino (*Moirá*), que nem os deuses podem alterar. E onde o homem comum não tinha direito à palavra. Na *Ilíada*, uma única vez, um homem comum (*Tirsias*) se manifesta, reclamando da guerra e desejando voltar. Após sua fala, Ulisses racha-lhe a cabeça com um pedaço de pau e todos riem.

Outro poeta importante é Hesíodo (final do séc. VIII e início do séc. VII - ?), nascido em Ascra (Beócia), que possui dois poemas conhecidos: *Os trabalhos e os dias* (*erga kai émerai*), um poema didático onde descreve as fainas agrícolas, e a *Teogonia*, sobre as origens do mundo e a genealogia dos deuses. Exprime, com a mesma grandeza poética, não a visão aristocrática de Homero mas a difícil vida dos camponeses gregos, sua sabedoria e seus problemas cotidianos. Sua ética se baseia, não na *areté* dos "bem-nascidos" e sim na noção de esforço, na noção do trabalho enobecedor do

homem, apesar de sua obra refletir que ele ainda estava prisioneiro do quadro mítico. Teogonia fala das forças naturais que surgem e que são as próprias divindades: Gaia - Terra, Pontos - Mar, Urano - Céu, Cronos - Tempo e Eros, que aproxima os opostos. Em Homero, a herança; em Hesíodo, o fazer, o esforço para ser. Por sua descrição da vida cotidiana, já foi chamado de "o primeiro poeta do trabalho".

Em Esparta (ou Lacedemônia), a educação era coletiva, estatal e nacionalista. O cidadão pertencia ao Estado já desde o nascimento, pois este decidia se a criança deveria sobreviver ou não (eugenia). Sobrevivendo, ficava com a família até os sete anos; a partir daí só voltava à noite para casa, até que, aos doze anos, passava a viver em internato e, após a adolescência, era incorporado ao exército. Uma pedagogia repressiva, onde o chicote é um instrumento essencial; educar é adestrar para obedecer e agir em grupo, preparando para a vida militar, visando formar uma comunidade homogênea e organizada para o combate. E, para isso, não se precisa de muitas letras; daí a especialidade dos espartanos, habitantes da Lacônia, de se exprimir sob a forma de axiomas (e de onde vem o termo laconismo).

Já em Atenas, onde não existia a rigorosa coerção militar espartana, era fundamental a liberdade dada aos cidadãos e, por isso, ao menos até o século IV a.C., não havia uma educação dada pela cidade mas sim que dependia da iniciativa da família. Esta também não era a célula-mater da sociedade; maridos (estavam sempre fora, ocupados com questões relativas ao seu trabalho e/ou vida pública) e esposas tinham vidas separadas. As mulheres (que viviam na área da casa a elas reservada) criavam os filhos, no máximo, até os sete anos e, como elas eram as responsáveis, não havia um "papel educativo do pai". As filhas ficavam mais tempo mas, mesmo assim, muitas concluíam sua educação sob autoridade do marido pois deixavam a casa paterna muito cedo. Esse papel reservado às mulheres refletia, inclusive, no teatro; a encenação das peças era realizada somente por atores masculinos, com máscaras, sendo também eles que representavam os personagens femininos.

Apesar de a família não representar um grande papel, a criança estava sempre sob o olhar vigilante dos adultos e, como em Esparta, qualquer criança que se comportasse mal na rua, poderia ser castigada por qualquer cidadão. No início, nas famílias da aristocracia militar, costumava-se confiar a um aio a criança, e o sucessor do aio é o pedagogo - literalmente "o que conduz a criança" - que, inicialmente, era

*"um escravo encarregado de acompanhar a criança à escola; rapidamente, porém, tornou-se mais que escravo, tornou-se alguém da casa, um doméstico no sentido latino da palavra, que olha pela criança. Por isso, embora não seja um homem livre de boa família, como na tradição homérica, tem autoridade sobre a criança."*¹⁰

Anda com a criança por toda parte, assiste com ela às aulas, auxilia as tarefas em casa, etc; é o educador das crianças, o mordomo moral, o substituto da figura do pai. Ser pedagogo era diferente de mestre; este era o especialista, o que ensinava letras (gramatista) ou música (citarista) ou ginástica (pedótriba).

No final do século VI a.C., as escolas já estão implantadas na maioria das cidades gregas. Deixavam de ser da aristocracia militar, quando eram somente cívicas e guerreiras (montar a cavalo, manejar armas, praticar ginástica), pois a expansão do mundo grego pelo Mediterrâneo (pelo processo colonizatório) ampliou as relações comerciais e permitiu o aparecimento de pessoas abastadas, que passarão, inclusive, a valorizar a escola gramatista, a menos valorizada por não ser "aristocrática". Além disso, a diminuição dos conflitos limita a razão de ser da classe guerreira e amplia a importância dos "bens de raiz"; e a escrita alfabética grega é progressivamente vulgarizada. Em 480 a.C., a escola já parecia ser muito importante pois os *"habitantes de Trezena, ao receber as mulheres e as crianças de Atenas em fuga de sua cidade assediada pelos persas (...), se preocuparam em arrumar-lhes escolas."* (Debesse 1984, p.17)

A educação evoluiu; de musical e esportiva chega-se a uma "educação de dominância cerebral", a uma formação "desinte-

ressada”, que não visava formar um profissional mas a formar o caráter e o cidadão. Não era obrigatória, até porque não gratuita, embora os preços fossem módicos e fixados pelos mestres, fato que ampliava a possibilidade de acesso. Procura-se a escola não por esnobismo mas pela necessidade de saber, pois não saber ler nem nadar (e até tocar lira) era critério de ignorância.

O enriquecimento da educação elementar no plano intelectual durante o século VI a.C., deve-se a um elevado número de grandes educadores, chamados de sofistas. Esta palavra, mais empregada no termo pejorativo - “pessoa que emprega sofismas” -, vem de sophos e significa sábio, professor de sabedoria. Os filósofos pré-socráticos se preocupavam mais com a natureza, e os sofistas vão fazer a passagem para questões morais e políticas, para a reflexão antropológica. Elaboraram teoricamente o ideal da classe em ascensão, a dos comerciantes, transformando a justiça na maior das virtudes e a participação no poder em um direito de todos. Não se dirigiam ao povo em geral mas à elite, que podia fazer uso da palavra nas assembleias públicas.

“Os governos das cidades haviam sofrido uma evolução que a fizera passar da monarquia à oligarquia, à tirania e, no caso de Atenas, à democracia, sem que os cidadãos tivessem recebido outra formação. Foi mais, parece, sob a pressão das necessidades políticas que da evolução intelectual que se viu nascer uma categoria que a sociedade não conhecia até então, a dos professores.” (Ibidem, 26)

Apresentavam-se como sucessores dos antigos educadores, os rapsodos¹¹, e como eles iam de cidade em cidade, não mais para declamar poemas mas para formar jovens - seu público, portanto, era mais restrito. Inovadores e revolucionários, podiam ser tanto “frívolos e utilitários” quanto “sérios e responsáveis”. São os primeiros educadores profissionais, os primeiros “professores conscientes”, profissionais liberais exigindo um bom pagamento pelas aulas, numa época em que ganhar dinheiro era indigno a um “bem-

nascido”; o fato de cobrarem, porém, fez com que a “cultura” permanecesse restrita ao meio rico. Faziam publicidade de si mesmos e defendiam que a virtude pode ser adquirida (ou seja, não é inata), confiando na natureza humana e acreditando ser a mesma passível de aperfeiçoamento.

Os métodos e os meios são novos; não se preocupavam com a formação moral mas não deixavam de utilizar, para composição ou para expressar idéias, a mitologia tradicional. Protágoras de Abdera (c. 481 - 411) pretendia tornar o homem melhor através da aquisição da virtude e o meio para isso, era seguir o mestre, conviver com ele e se impregnar dele. Mestre e discípulos formam um grupo; o que é valorizado na educação é o papel do contato social e, ao mostrar que em cada questão existiam sempre dois pontos de vista (pró e contra), assenta os fundamentos da dialética. Hípias de Élis, matemático e filósofo da segunda metade do século V a.C., ia além desse objetivo ético e propunha conhecimentos técnicos de geometria, aritmética, astronomia e acústica, insistindo, no seu enciclopedismo, na importância formativa das ciências. Górgias de Leôncio (c. 485 - 380), para quem a virtude política se confundia com a arte da persuasão, aprofundou os problemas da linguagem e assentou os fundamentos da retórica, da arte de fazer discurso.

No plano pedagógico, devemos muito aos sofistas:

“a introdução do ‘curso magistral’, a discussão em grupo ou exercício para a aquisição de novos conhecimentos e um modo bastante desenvolvido de formação verbal. Criaram extenso campo de estudos que, além da arte do discurso e da discussão, resultou na criação de uma bela prosa de estilo elaborado, que vemos florescer ao longo de todo o séc. IV.” (Ibidem, 30)

Outra obra importante foi a

“sistematização do ensino. Formam um currículo de estudos: gramática - ... -, retórica e dialética; por influência dos pitagóricos desenvolveram a aritmética, a geometria, a astronomia e a música. Essa divisão será retomada no

ensino medieval, constituindo o trivium e o quadrivium." (Aranha 1986, p.220)

Sócrates nasceu em Atenas por volta de 470 e morreu em 399, sem antes de beber a cicuta, deixar de filosofar sobre a imortalidade da alma. Pai escultor, mãe parteira é filho criador da maiêutica ("parto das idéias"); nada escreveu mas viveu filosofia procurando conhecer a si mesmo. Considerado por seus contemporâneos como sofista, se opõe a eles, acrescenta a arte do diálogo e das perguntas (ironia, ao pé da letra, é a arte de interrogar), acentuando o papel moral do educador (e, por ironia, no outro significado, foi acusado de introduzir novos deuses e corromper a mocidade). Afirmava que a educação não tem idade para terminar, que é o fim de toda uma vida. Não tinha pretensão de elaborar uma cosmologia (os deuses é que devem se ocupar do universo); preocupava-se mais em revelar o que estava adormecido na consciência moral do ser humano do que com eficácia prática dos conhecimentos. O fim da educação é a formação moral e o método é a maiêutica, que parte com base no que Platão nos mostrou - da simulação da ignorância e das questões simples até o interlocutor se desconcentrar e tomar consciência de sua ignorância; a partir daí, vão se colocando postulados que, contraditórios, devem ser rejeitados mas que válidos devem levar a um princípio mais geral. É um método que, apesar de lento, desenvolve o espírito crítico e agiliza o raciocínio. *"Seu método é, antes de tudo, um esforço de definição. (...) E segundo a sua perspectiva racionalista, só há salvação pelo saber."* (Vergez 1984, p.27)

Discípulos de Sócrates e dos sofistas deixam de caminhar e abrem escolas fixas em Atenas, como a de Isócrates (436-388) e a Academia de Platão (428 ou 427-348 ou 347). O aristocrata ateniense de nome Aristocles - apelidado de Platão em virtude de seus ombros largos -, autor dos Diálogos, adquiriu (em 387) um pomar junto ao santuário do herói Academo e ali fundou um colégio dedicado "ao culto das Musas", com um ensino de base filosófica (ainda que ele mesmo não se declarasse filósofo pois em sua época eram malvistas

em Atenas), cujas teorias estão expressas principalmente em *A República* e *As Leis*. Parte da noção de Estado, procurando formar um homem adaptado a ele: o cidadão, alguém “capaz de dirigir a cidade ou então de aconselhar os chefes de Estado.” Preconiza uma educação intelectual, que deve ser dada e organizada pela cidade. Revolucionário ao afirmar que a educação das mulheres deve ser semelhante à dos homens, previa em sua escola programas, ciclos de estudo e uma seleção sucessiva, não mais sobre a riqueza mas em função das capacidades. Reconhecia o valor da prática, insistia no caráter moral da música e da ginástica, censurava trechos “imorais” de poesias e estimulava o desenvolvimento do ensino das matemáticas (dizem que na porta da Academia estava escrito: não entre aqui quem não for geômetra). Introduz uma pedagogia na base do jogo matemático e das ciências, momento em que se pode selecionar os mais dotados.

Estabelece, porém, uma hierarquia entre razão e sentidos, afirmando que o homem dominado pelos sentidos permanecia restrito ao “mundo dos fenômenos”, das meras aparências, ao nível da opinião (doxa).

“O verdadeiro conhecimento, a episteme (ciência) é, ao contrário, aquele pelo qual a razão ultrapassa o mundo sensível e atinge o mundo das idéias, lugar das essências imutáveis de todas as coisas, dos verdadeiros modelos (arquetipos).” (Aranha 1986, p.126)

Esse contrapor do “lugar do devir” ao “lugar da imobilidade” mostra uma visão racional mas estática e de rejeição da realidade composta de movimento, em constante fluxo. Por isso reflete menos sobre a política que existe de fato e mais sobre a que deve “existir de direito”; o bom governo, para ele, dependia da virtude dos bons governantes e a política seria “a arte de governar os homens com seu consentimento”. Só poderá governar, então, quem conhece essa difícil arte da ciência política, o que o leva a conceber uma “sofocracia” (poder da sabedoria), pois, dizia ele, *“não haverá nenhum fim aos males dos povos, enquanto os filósofos não forem reis, e os reis,*

filósofos." (apud Hirschberger 1965, p.146) O Estado que idealiza é um Estado forte, jurídico, mais para a pólis que para domínio mundial (5.040 famílias), e aristocrático. Mas aristocracia aqui é em seu sentido etimológico: "governo dos melhores".

Rival da Academia (de preponderância filosófica) era a escola de Isócrates (de preponderância retórica e que funcionou de 393 a 388), um ex-logógrafo¹² que escreveu basicamente sobre o papel do ensino e do mestre (*"Bom mestre é aquele que sabe muitas coisas, umas por tradição, outras por tê-las encontrado pessoalmente."*) e sobre a qualidade dos alunos, cujo êxito dependia da formação recebida. Oponha-se ao amoralismo e à simples memorização de lugares comuns, e pregava a reflexão e a meditação. O ápice do ensino era a filosofia, entendida por ele como a "cultura do espírito" fundada no estudo da eloquência. Era um ensino puramente literário, um treino para eloquência, com base em noções de Filosofia e de História. É o pioneiro em fazer, do estudo analítico da História, uma matéria de educação; retira a história de seu contexto poético, dando a ela a finalidade de fornecer, em prosa, exemplos de conduta moral e das conseqüências das decisões políticas, acreditando que o conhecimento do passado é fundamental à construção do futuro. Lançou a idéia da comunidade cultural grega, a idéia do pan-helenismo. Como manuais para seus alunos, escrevia discursos fictícios; porém, jamais discursava. E deixou uma ética *"fundada na crença do valor do logos; o verbo é o que distingue o homem do animal; é a condição de todo o progresso;..."* (Debesse 1984, p.42)

Aristóteles, dois anos após a morte de Platão, abriu também a sua escola: o Liceu. Antes tinha sido responsável pela educação do filho de Felipe da Macedônia: o príncipe Alexandre. Contudo, como seu mestre, achava que a educação fazia parte das funções do Estado. Era aberto às ciências experimentais mas não recorria à experiência, partindo da observação comum. Se uma pedra caísse, perguntaria "por quê?" e não "como?"; com esta pergunta procederia à descrição do fato mas indagando o "por quê?" enveredava

"pela procura das causas, desembocando inevitavelmente na discussão metafísica da essência dos corpos e na perspectiva finalista. Por isso, a ciência aristotélica é filosófica, centrada na argumentação baseada nos princípios." (Aranha 1986, p.130)

6. A GEOGRAFIA NA ANTIGÜIDADE GREGA

Os mais antigos documentos geográfico-cartográficos dessa região, que se tem notícia, são os périplos ("navegar em redor"), espécie de mapas de itinerários. São conseqüências das necessidades da navegação mercantil (fenícia, egípcia) de estabelecer rotas detalhadas entre os principais mercados. Os périplos descreviam com detalhes o itinerário de um a outro local da costa, como os portulanos da Idade Média, e sabemos deles mais por citações pois são raros os que chegaram até nós. Assim começa a Geografia, como uma "ciência" de localização e de descrição dos lugares (e permanece basicamente assim até o século XVIII), com duas questões: "Onde?", que era respondida pelos astrônomos e geômetras e "O que há naquele lugar?", respondida pelos viajantes.

O rótulo "geografia" existe desde a antigüidade grega mas já possuía significados variados. Uma perspectiva era a da escola jônica (principalmente com Tales e Anaximandro), privilegiando a medição do espaço e a discussão sobre a forma da Terra (que hoje é função da geodésia). Tales (Mileto, c. 624-546), a quem se atribui a predição de um eclipse solar (talvez o de 585), suspeitava da redondeza da Terra e afirmava que o primeiro elemento da natureza, que dá origem aos outros, é a água. Já Anaximandro (Mileto, c.610-545), discípulo de Tales, acreditava no ápeiron, descobriu a obliquidade da eclíptica e atribui-se a ele o primeiro mapa-mundi conhecido.

Outra perspectiva é com aquele a quem Cícero chamou de "pai da história", Heródoto de Halicarnasso (484-425): a descrição dos lugares, numa perspectiva regional. Nas suas Histórias, fazia a

descrição das regiões visitadas, sendo considerado por alguns como o criador da Geografia Regional. Atribui a Ciro a seguinte afirmação:

"...as terras risonhas produzem homens efeminados, não podendo por isso, produzir frutos saborosos e guerreiros valiosos." O determinismo fisiográfico é antigo.

O "mundo", no seu tempo, era formado por três regiões independentes: Europa (a maior região), a Ásia (parte ocidental) e a Líbia (África do norte). Heródoto descreveu com detalhes as áreas que visitou, informações que eram úteis ao poder grego em sua pretensão de dominar territórios vizinhos. No Egito, associou o solo negro ao longo do Nilo aos depósitos efetuados pelo rio nas cheias e, ao observar que a planície formada por vários canais na foz tinha a forma de uma letra maiúscula grega, chamou-a de delta.

Existiam ainda muitas discussões, na época não rotuladas como geográficas mas que posteriormente foram tidas como tais. Hipócrates (460-377), médico, iniciador da observação clínica e que possuía uma concepção do funcionamento harmonioso do organismo, na sua principal obra: *Dos ares, dos mares e dos lugares*, já discute a relação homem-meio físico. Estabelece a distinção entre os habitantes das montanhas e os das planícies. Os das montanhas seriam altos, bravos e de temperamento suave (devido às terras altas, úmidas e batidas pelos ventos); já os das planícies seriam secos, nervosos, arrogantes, mais loiros que morenos (em virtude das formas leves, descobertas, sem água e com bruscas variações de temperatura). Explicava a diferença entre os asiáticos (hesitantes, sem coragem, mais doces e menos belicosos) e os europeus, através da natureza das estações do ano: na Europa há mais mudanças e isso dá ao europeu um caráter mais rude, mais violento. O próprio Aristóteles, no livro VII da *Política*, afirmava:

"Os habitantes das regiões frias são cheios de coragem e feitos para a liberdade. Aos asiáticos falta energia; assim são feitos para o despotismo e para a escravidão" (Sodré 1976, p.38). *Isso demonstra a antiguidade do conceito determinista e que esse mesmo conceito já era "consagrado na ideologia da classe dominante escravista, de que passou à classe dominante medieval e desta à burguesia."* (Idem)

Na obra de Aristóteles (384 - 322), aparecem vários temas geográficos mas sem conexão entre eles. Na Física, discute a concepção de lugar, na Política a relação homem - natureza. Isso sem vincular com suas descrições regionais (por exemplo, sobre as inundações do Nilo) e com sua Meteorologia, onde tenta elaborar uma classificação climática. Chegou a defender a esfericidade da Terra, o que já fazia a escola de Pitágoras (570 - 496), que aceitava ainda o movimento de translação. Filolau (século V a.C.), o primeiro a divulgar os segredos de Pitágoras, admitia um "fogo central" ao redor do qual girariam os astros conhecidos – um esboço da concepção heliocêntrica.

A concepção da Terra como esférica surge primeiramente como resultado de reflexões sobre a forma ideal e não fruto de observações: se o círculo é a forma mais perfeita, a Terra, a grande obra dos deuses, deve ser esférica, dizia Parmênides (aprox. 540 - 470). Aristóteles provava a esfericidade pelas mudanças que se produziam no horizonte quanto à altura dos astros quando se viajava de norte para o sul, e pela sombra projetada pela Terra sobre a Lua por ocasião dos eclipses.

A perspectiva geografia-nome de lugares teria início com Homero e seu Ulisses ; várias de suas referências não se encontram somente nos mares da fantasia. Estrabão (63 a.C.- 26 d.C.) dizia que os gregos gostavam de descrever as formas dos lugares , inclusive por meio de conceitos geométricos. Comparavam Peloponeso a uma folha de plátano, Sicília a um triângulo, etc. Após a expansão da Grécia clássica, começa a ser usado entre os gregos o termo "ecúmeno", que significa habitat da humanidade, usado, entretanto, no sentido de "Terra habitada", entendida como sendo a dos povos civilizados no período de Alexandre Magno.

Sabe-se que os mapas jônicos eram circulares e tinham Delfos, na Grécia, como centro. Porém, a amostra mais antiga da cartografia grega é o reverso das moedas de Éfeso, no século IV a.C., que mostrava em relevo o mapa do interior da cidade. Dicáiarcos de Messena (aprox. 350-290) iniciou um mapa-mundi, que possuía uma linha de orientação que ia das Colunas de Hércules (Gibraltar e Ceuta)

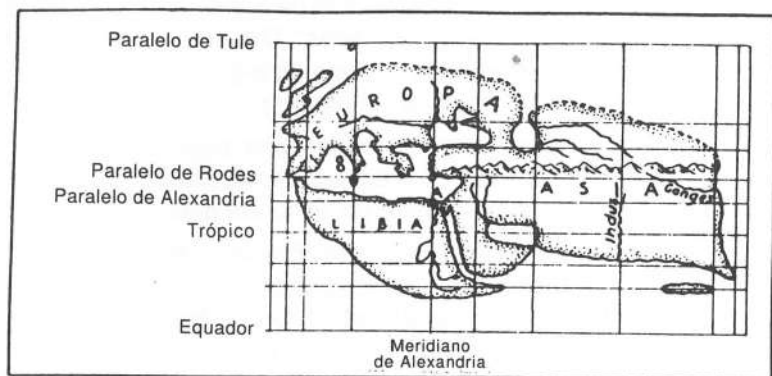
até a Pérsia, passando por Rhodes; são os primórdios da utilização das chamadas "coordenadas geográficas". O conhecimento da parte setentrional européia deve-se ao navegante e geógrafo do século IV a.C. chamado Píteas de Massília (Marselha);

"foi o primeiro a empreender uma viagem com o claro propósito de fazer novas descobertas científicas, no caso, de conhecer a extensão da Terra em direção ao norte,..."

(Dreyer-Eimbcke 1992, p.44) Em uma de suas viagens, chegou até a ilha de Thule (Qanap), cuja localização foi durante muito tempo uma controvérsia: seria Islândia ou Groenlândia? (hoje sabe-se que deveria situar-se entre 63° e 64° de latitude norte na altura de Trondheim, Noruega). O mediterrâneo Píteas, que ficou fascinado com o sol da meia-noite, estendeu o horizonte geográfico grego até o círculo polar Ártico. Segundo alguns autores, seria ele o primeiro a assinalar a relação das marés com o movimento da Lua.

É importante observar que Alexandre Magno mandou elaborar um cadastro de seu império, por províncias. Isso não é pouco, pois seu império era quase a metade do mundo conhecido. Enviou exploradores para diversas regiões e se fazia acompanhar, como diz René Closier (1972), por um "estado-maior de sábios", e graças aos exploradores e a este estado-maior devemos muito do que se conhece no Ocidente sobre o Oriente (principalmente sobre Caldéia, Irã e Índia). Esta documentação foi reunida em Alexandria.

Outra escola importante foi a de Alexandria, que se preocupou principalmente com questões do que podemos chamar, impropriamente, de geografia-astronômica. E o grande geógrafo desta escola foi Eratóstenes (276-194), diretor da Biblioteca de Alexandria. Admitiu o Sol como o centro do Universo e a Terra como esférica, escreveu uma Geografia onde compendiou as idéias geográficas de sua época, calculou a circunferência da Terra (46.000 km; bem próximo da realidade) e construiu um (desaparecido) mapa-múndi, que continha várias imperfeições e incluía uma nova ilha para o rol das lendas: Taprobana (Sri-Lanka). Seus mapas, com coordenadas, dão mais ordem à localização; ele teria sido o primeiro a se autodenominar "geógrafo".



Mapa de Eratóstenes

Outro destaque da escola de Alexandria foi o astrônomo, geógrafo e cartógrafo, nascido em Ptolomaida (Alto Egito), chamado Cláudio Ptolomeu (aprox. 90-160 d.C.). É o autor de *A Grande Sintaxe Matemática* (*Syntaxis* ou, na versão árabe *Almagesto*), onde expõe o geocentrismo. Escreveu também um manual de astrologia (*Tetrabiblos*) e uma introdução à geografia, conhecida como *Geografia*. Nesta obra, composta por oito livros, definia Geografia como “a representação gráfica de toda a superfície terrestre conhecida” (*ibidem*, p.44) e pretendia mostrar todo o ecúmeno dos três continentes, dentro de uma rede de coordenadas; introduz aí palavras como meridiano e paralelo para as linhas de latitude e longitude. O mundo de Ptolomeu ia “das ilhas Canárias (meridiano zero) à Ásia oriental (180 graus de longitude) e da África central (15 graus de latitude sul) ao norte da Europa e da Ásia (65 graus de latitude norte).” (*idem*) Localizou mais de 8.000 lugares (“nomes geográficos”) e por isso, ironicamente, é chamado de um dos pais da geografia-nomenclatura.

É importante lembrar que grande parte desse conhecimento foi colocado para escanteio na Europa Medieval Católica, na

tentativa de abolir tudo o que pudesse lembrar paganismo, passando a interpretar literalmente os textos sagrados cristãos. E que mesmo antes disso, na própria Grécia, os manuais de astronomia, apesar dos notáveis progressos ocorridos, traziam noções elementares, com erros e superstições populares, e uma astronomia ligada à astrologia; esta astronomia era a mais popular das ciências.

Sintetizando este período, Aroldo de Azevedo escreveu que a grande preocupação dos “geógrafos” da antiga Grécia “*consistiu na configuração, posição e extensão do mundo que imaginavam habitado - o Ecúmeno (Óikoumene)*”. (Azevedo 1961, p.18)

7. EXPANSÃO, COLONIZAÇÃO E DECADÊNCIA

Quando o crescimento demográfico atingia o limite da capacidade de produção (a base territorial para a produção de alimentos era limitada), um grupo partia para a fundação de uma nova cidade, semelhante àquela da qual provinha. Esse processo, que levou à fundação de aproximadamente 1.500 “colônias urbanas” e fez dos gregos os primeiros dos grandes colonizadores europeus, levou a cultura grega para boa parte do Mediterrâneo (ilha de Chipre à Sicília, não incluindo o restante da Itália).

No início, quando as cidades-Estado gregas ainda estavam em formação, o processo de colonização foi muito importante. Novos produtos agrícolas, de climas diferentes, foram sendo conhecidos e estimularam rotas comerciais no Mediterrâneo.

“Em seu apogeu, Atenas importava metade do trigo que consumia das cidades jônicas, que (...) obtinham este cereal de colônias fundadas na fértil Planície da Criméia, às margens do Mar Negro. Em troca, vendia azeite, vinho e prata. A cerâmica ateniense, que servia de recipiente a esses produtos, se espalhou por todo o Mediterrâneo, atestando o alcance das rotas comerciais.” (Magnoli 1991, p.7)¹³

Quando o império persa, que entre 559 e 331 a.C. (fim de Dario III) dominou a Ásia Menor, Oriente Próximo e Oriente Médio até o rio Indo, obstruía a rota do trigo (dominando as regiões gregas da Ásia Menor), quase sempre ocorriam conflitos, que foram chamados de Guerras Médicas e que terminaram com a vitória dos gregos.

A civilização grega era essencialmente urbana mas quem sustentava a cidade era o cultivo da terra, feito pelos escravos e pequenos proprietários. A atividade comercial também não era muito considerada. Para ser cidadão, era importante a desobrigação do trabalho manual; em sua maioria, o cidadão era um proprietário de terras, que nelas não trabalhava, e que morava na cidade.

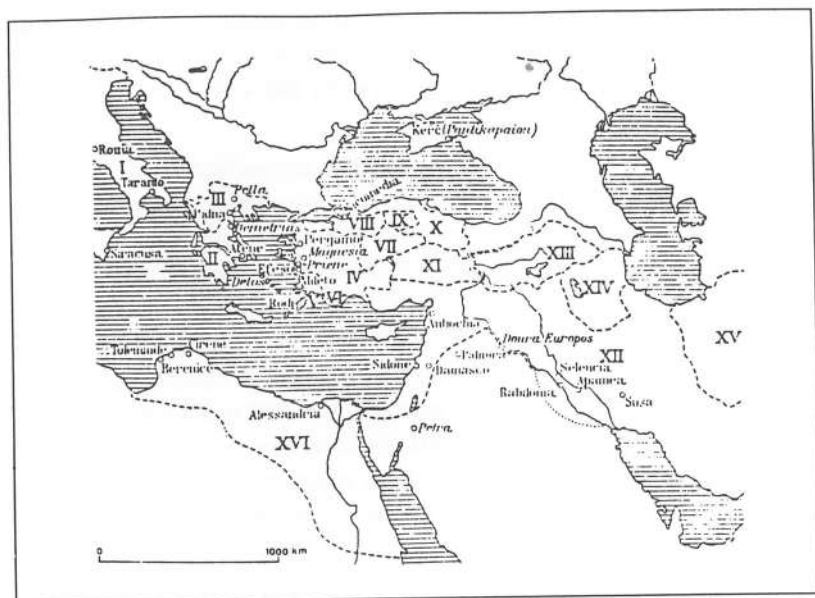
A expansão ateniense e o "mau exemplo" de sua democracia para os periecos (camponeses livres da Lacedemônia, que poderiam se revoltar) fizeram Esparta criar a Liga do Peloponeso: união entre as cidades oligarcas contra a expansão de Atenas. Esta une suas cidades-satélites na Liga de Delos. Atenas, uma potência marítima (dominando o litoral egeu) e Esparta (aliada à Macedônia e à Beócia), uma potência terrestre. Atenas iniciou a guerra. Na sua terceira fase, Esparta se une a um inimigo comum, que controlava a maioria da Ásia Menor - exceto o litoral egeu - e que também temia a influência ateniense: a Pérsia. A Guerra do Peloponeso durou pouco mais de vinte e cinco anos (431-404) e terminou com a Batalha de Egos Potamus (em Dardanelos) com a vitória de Esparta e Pérsia. No final, Atenas abrigou todos os habitantes dentro de seus muros mas, como não possuía infra-estrutura de saneamento, uma peste assolou a pólis e nela sucumbiu um dos consolidadores da democracia ateniense: Péricles. A grande derrotada nesta guerra não foi Atenas e sim a civilização grega.

Esparta passa a dominar os estados gregos e, como era de se esperar, de maneira mais opressora que Atenas. Esta, no século IV a.C., consegue reconstruir seus muros e organizar uma segunda liga marítima, aliando-se a Tebas. Esta derrota Esparta em 371 a.C. (Batalha de Leuctras), organiza uma marinha de guerra e, com isso, Atenas se torna sua opositora. Em 362 a.C., atenienses e espartanos,

agora reconciliados, derrotam os tebanos (Batalha de Mantinéia). Todas essas guerras enfraqueceram as cidades gregas e abriram caminho para a intervenção de Felipe* da Macedônia. É o início da civilização helenística.

Os macedônios, durante muito tempo isolados e considerados bárbaros pelos gregos, se caracterizavam por uma economia essencialmente agrária e um poder concentrado nas mãos da "nobreza territorial". Com seu litoral dominado pelos gregos, utilizavam o porto grego de Olinto para escoar sua produção. Durante o período da hegemonia tebana, Felipe viveu em Tebas, onde observou a organização militar da cidade e os pontos fracos das cidades-Estado, já enfraquecidas pelas fratricidas guerras. Em 356 a.C. torna-se Felipe II, confisca terras dos nobres e as distribui aos camponeses (com isso, diminui o poder da nobreza e ganha o apoio de milhares de camponeses) e, com o ouro e a prata das minas do monte Pangeu (ou Paggaios), inicia sua política de expansão territorial. Apesar das advertências do orador Demóstenes (discursos que ficaram conhecidos como Filípicas), os atenienses demoraram muito para tomar consciência do perigo, sendo derrotados por Felipe II em 338 a.C. (Batalha de Queroneia).

Assassinado Felipe, assume o poder um de seus muitos filhos: Alexandre (que teve Aristóteles como seu preceptor). Alexandre amplia o território, invadindo a Ásia Menor e indo em direção à Pérsia. O início desse avanço se dá em Górdio, capital da Frígia, onde havia um nó inextricável e um vaticínio de sorte dado por um oráculo a quem o desatasse. Alexandre enfrentou esse desafio, usando o seu método mais comum: a violência; com um golpe de sua espada, cortou o "nó górdio". No vasto império conquistado, fundou mais de 33 cidades, criando nelas instituições semelhantes às das cidades-Estado gregas, mas com uma autonomia apenas aparente. Até casamentos mistos foram realizados: quando Alexandre se casou com a filha do derrotado Dario III, uma princesa persa, dez mil de seus soldados casaram-se com moças persas também. Uma febre mata Alexandre Magno aos trinta e três anos (323 a.C.) mas ele já havia espalhado a cultura grega.



O mundo helenístico em fins do século III a.C.

I Itália	IX Paflagônia
II Grécia	X Ponto
III Macedônia	XI Capadócia
IV Reino de Pérgamo	XII Reino dos Selêucidas
V Cária	XIII Armênia
VI Lícia	XIV Média Atropatene
VII Galácia	XV Páttria
VIII Bitínia	XVI Egito

A fusão da cultura do Oriente Médio com a helênica (predominante) resultou na civilização helenística. Desta, o centro não está mais na Grécia e sim em Alexandria (Egito), Antióquia (hoje, sul da Turquia, na fronteira com a Síria) e Pérgamo (Ásia Menor). O centro econômico desloca-se para o Oriente Médio, enquanto Esparta agoniza e Atenas decai. O centro mais importante da civilização helenística vai ser Alexandria, com seus museus, seu artesanato e sua famosa biblioteca (mais de 400 mil rolos de papiro); nela, também, somente os "gregos" eram cidadãos. Aí tivemos o geômetra

Euclides (século III a.C.), o astrônomo Aristarco de Samos (310-230), Ptolomeu mapeando o mundo, o médico Galeno, em Pérgamo, descrevendo a anatomia humana e, eureka!, o grande matemático em Siracusa (Sicília): Arquimedes (287-212).

Portanto, quem promove a expansão da cultura helênica são os macedônios (Alexandre preferia erigir escolas que templos) que, derrotando os gregos, deram-lhes a consciência de sua comunidade cultural e uma verdadeira unidade ao mundo helenístico, dando, inclusive, uma koiné (língua comum) a esse mundo. A educação elementar é dada a grande parte da população helênica urbana. Mesmo nessa fase, o quadrivium é o mesmo (geometria, aritmética, astronomia e acústica), a base do ensino matemático é a geometria euclidiana e o ensino se recusa à aplicação prática. Talvez devamos a isso e à abundância de mão-de-obra escrava ou servil que não solicitava invenções práticas, a modesta contribuição grega no campo da técnica, que foi mais destacada na agricultura (vinha e oliveira), na arte de navegar e na construção naval. Foi em grego que Paulo pregou o cristianismo, língua na qual foi escrito o Novo Testamento, com o qual o cristianismo conquistou a Europa e tentou apagar a cultura grega.

Na apropriação de vastos espaços, os gregos exportaram um modo de civilização urbana para vários pontos do Mediterrâneo. Sua criação cultural marcou a história do Ocidente. Com a derrota para Felipe da Macedônia, o papel político de Atenas declinou mas por muito tempo vai continuar sendo um centro de civilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XVII, a cidade italiana de Veneza tentou ampliar suas possessões na Grécia e atacou os turcos em Atenas, que se entrincheiraram na Acrópole. O Pártenon ainda estava em bom estado de conservação; porém, a artilharia veneziana o danificou bastante. Uma ironia: logo os italianos que tanto deviam culturalmente

à Acrópole. Destruíram o Pártenon consagrado à Atena, deusa da sabedoria mas de uma sabedoria que não era mais ateniense somente. Das famosas cidades-Estado, somente Atenas continua grande em tamanho (quase um milhão de habitantes); Esparta, Corinto e Tebas são hoje vilas de reduzida importância. Atenas, escolhida para ser a capital da atual Grécia em 1834, cresceu bastante e desordenadamente, deixando livre somente as partes mais altas, seu passado, sua antiga imagem, ainda visível de todas as partes da cidade. Mas a capital da história ocidental, a Acrópole, está hoje cercada por uma cidade do Terceiro Mundo.

Foi aí, porém, que surgiu a pólis e uma de suas filhas: a filosofia. A experiência social era tema de reflexão; a partir do momento em que a ordem humana passou a ser debatida, ocorreu o declínio do mito. A reflexão, porém, era um privilégio dos homens livres e um direito dos mesmos, que procuraram defender suas posições com o domínio da linguagem. O pensamento racional, então, se originou intrinsecamente ligado às estruturas sociais e mentais da pólis. Foi no plano político que a Razão grega se formou e é por isso que ela é essencialmente política.

NOTAS

(1) Peripatética vem de perípatos: passeio.

(2) Apud Povos e países. São Paulo: Abril, 1973 v. II, p. 238.

(3) Vento que sopra sobre o arquipélago da Canícula. Canícula (cadelinha) é o nome dado à estrela mais brilhante da constelação Grande Cão (Sírio). Quando Sírio está em conjunção com o Sol, ocorrem os dias mais quentes do ano, chamados no hemisfério norte de dias caniculares.

(4) Jean-Pierre Vernant. As origens do pensamento grego. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 5. Este livro é a base dos itens 2 e 4 desse texto.

(5) Foi criado em 686-685 a.C.. O arconte era o magistrado; no início, com poder de legislar, mas depois de Sólon (640-558 a.C.), mero executor das leis.

(6) Os gregos chamavam os persas de Medos ou Medas. As guerras entre os gregos e os persas, entre 492 e 479 a.C. (e que terminaram com a vitória dos gregos), são chamadas de Guerras Médicas.

(7) G. Glotz, "Introdução à cidade grega", apud Benévolo 1993, p. 78.

(8) A Paidéia - para os latinos: humanitas - é um termo difícil de traduzir; seria a educação do homem como tal, as boas artes (poesia, eloquência, filosofia, etc.), que o torna diferente

dos outros animais. Assim sendo, a cultura é a procura e realização da verdadeira natureza humana.

(9) Cidade da Beócia, entre Tebas e Atenas, onde em 479 a.C. os gregos, comandados pelo espartano Pausânias, venceram o exército persa.

(10) M. Debesse & G. Mialaret. Tratado das ciências pedagógicas. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 16. Tal livro constitui a principal fonte bibliográfica do item 5 deste texto.

(11) Espécie de cantor ambulante de rapsódias: fragmentos de poemas épicos.

(12) Redator de discursos para defesa nos tribunais; na época não havia advogados.

(13) O Mar Negro era chamado de Ponto Euxino e o estreito de Dardanelos, rota para a Criméia, de Helesponto.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2ª ed.- São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda e MARTINS, M. Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARRUDA, José Jobson de A. **História antiga e medieval**. 2ª ed.- São Paulo: Ática, 1977.

_____. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia física**. 38ª ed.-São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 2ª ed.-São Paulo: Perspectiva, 1993.

CLOSIER, René. **História da geografia**. 2ª ed.-Portugal: Europa-América, 1972.

DEBESSE, M. e MIALARET, G. **Tratado das ciências pedagógicas**. São Paulo: EDUSP, 1984.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. **O descobrimento da Terra**. São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP, 1992.

FERREIRA, Conceição C. e SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.

- GEO. 2ª ed.- São Paulo: Abril, s/d, v. 1.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1972.
- HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia na antigüidade**. 2ª ed.-São Paulo: Herder, 1965.
- HISTÓRIA do Pensamento. São Paulo: Nova Cultural, 1987, v. I.
- LÉVÊQUE, Pierre. A aventura grega. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. 3ª ed.- São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. A nova geografia: estudos de geografia geral. 1ª ed.-São Paulo: Moderna, 1991.
- MARX, K. e ENGELS, F.. A ideologia alemã (I - Feuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MORAES, A. Carlos Robert de. Geografia: pequena história crítica. São Paulo, HUCITEC, 1991.
- PEREIRA, Diamantino Alves Correia et al. Geografia: ciência do espaço: o espaço mundial. 3ª ed.- São Paulo: Atual, 1992.
- POVOS e países. São Paulo: Abril, 1973, v. I.
- VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. História dos filósofos. 6ª ed.- Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.
- VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. 7ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- WERNECK, Nélson Sodré. Introdução à geografia (geografia e ideologia). Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

1. José Jobson de Arruda. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1989, p. 8.
2. Leonardo Benévolo. **História da cidade**. 2ª ed.- São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 90.

3. Ibidem, p. 100.
4. Ibidem, p. 81.
5. Ibidem, p. 104.
6. José Jobson de Arruda, **História antiga e medieval**. 2ª ed. - São Paulo: Ática, 1977, p. 137.
7. Leonardo Benévolo, op. cit., p. 102.
8. Conceição C. Ferreira e Natércia N. Simões. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 38.
9. Leonardo Benévolo, op.cit., p. 127.

IMIGRAÇÃO E TRABALHO: OS ITALIANOS E A NAVEGAÇÃO FLUVIAL NO CONTEXTO PLATINO (SÉCULO XIX)

Lilia Inés Zanotti de MEDRANO*

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados referentes a inserção de grupos étnicos - particularmente italianos - nas atividades de transporte e comércio fluvial na região platina durante o século XIX. A importância que damos ao tema deriva do nosso interesse em recuperar historicamente a diversidade sócio-cultural que representava o mundo do comércio fluvial platino do século XIX, bem como destacar a variedade ocupacional que caracterizou esse amplo espaço geográfico e sócio-econômico-cultural.

Esse "espaço platino", entendido além das fronteiras políticas, foi configurando-se desde os tempos coloniais como resultado do contacto entre espanhóis e portugueses, índios e jesuítas e mais tarde de imigrantes de variadas nacionalidades, dando como resultado a formação de numerosos grupos sociais que interagem e complementavam-se em perfeita harmonia com o meio natural. Nesse meio físico e social heterogêneo - o Rio da Prata e seus rios tributários - os comerciantes e carregadores, entre outros, destacavam-se como uma categoria ocupacional com um perfil social e cultural próprio e com um papel específico. Isto porque, através de uma extensa e diversificada rede de operações os comerciantes e carregadores conseguiram integrar produtores e consumidores, de forma precária, porém eficiente.

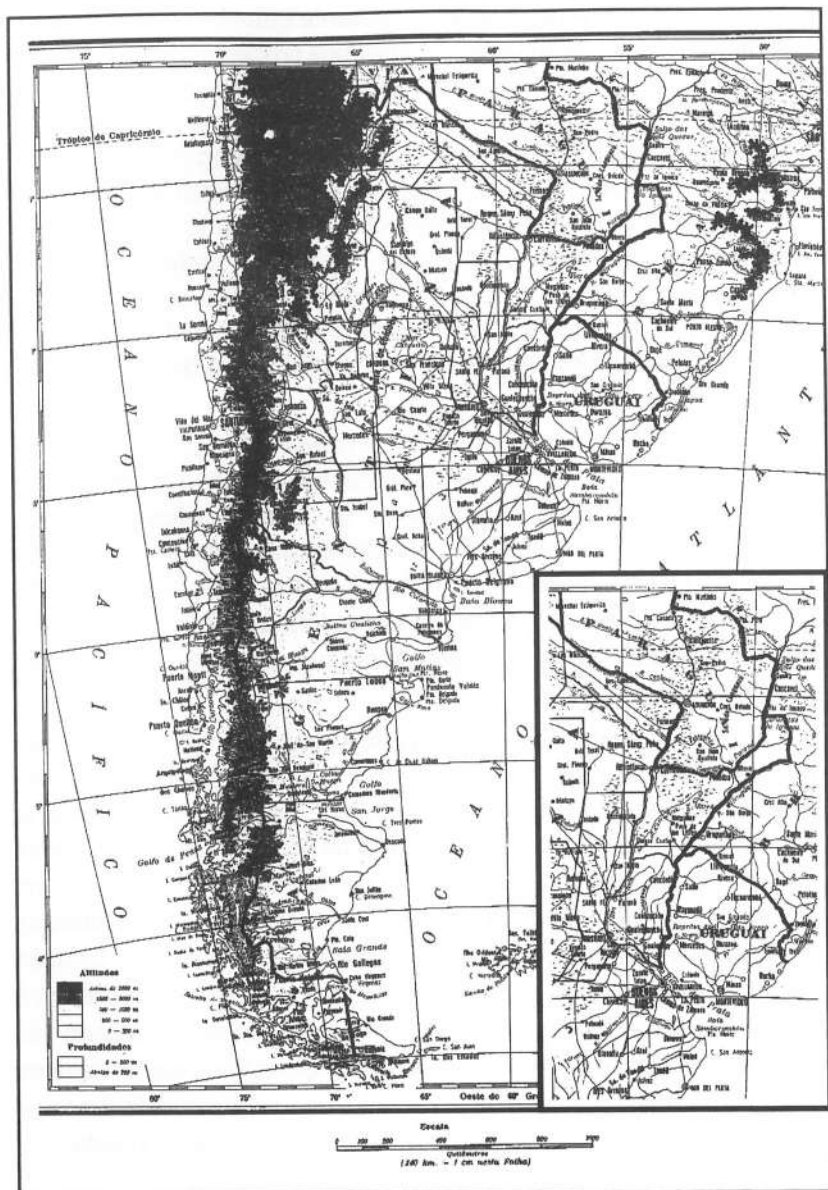
(*) Professor Dr. do Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas - ICH. PUC-Campinas.

Dentro deste contexto o presente trabalho pretende contribuir para o resgate da atuação dos italianos procedentes da região da Ligúria, Norte da Itália, nas atividades comerciais e de transporte fluvial realizadas pelos rios da Bacia do Prata que vinculavam os mercados do interior fluvial com as duas capitais do Prata - Buenos Aires e Montevideu - e dos mercados externos com esse mesmo interior. Paralelamente, destacaremos a origem e formação de um importante bairro de Buenos Aires - La Boca - onde, ainda hoje, permanecem os traços culturais dos imigrantes ligures, que chegaram ao Prata na primeira metade do século XIX e construíram ali um espaço comum fortemente articulado à circulação de mercadorias pelas aquavias platinas.

Pouco se sabe sobre os primeiros italianos que estabeleceram-se no Rio da Prata. Enrique de Gandia (1932)¹ assinala a presença itálica desde os primeiros anos da conquista, quando chegaram alguns italianos como mestres de marinheiros, capitães de navios ou como simples marinheiros. Todavia, tratava-se de casos isolados. Por outro lado, a maioria desses indivíduos não fixava sua residência nestas terras, frequentando-a regularmente, porém, como aventureiros ou mercadores.

Ainda no início do século XIX havia um reduzido número de italianos no Prata. Todavia, se por um lado esse número era quantitativamente pouco expressivo, os sobrenomes italianos já começavam a aparecer entre os membros da reduzida elite portenha que se destacou-se na Revolução de Maio de 1810, tais como Belgrano, Castelli, Alberti, Berutti. Eram na verdade filhos de italianos cujos pais tinham casado com mulheres argentinas de boa posição social². Nessa primeira leva de imigrantes podemos incluir também o napolitano De Angelis que foi o primeiro arquivista do estado, ao arquiteto Fossati, de origem lombarda e responsável pela fachada da catedral de Buenos Aires e do Palácio Arzobispal e o construtor naval Cícero, um dos primeiros ligures a se destacar nesta atividade.

Uma das características desses primeiros momentos da



imigração italiana foi a de estar integrada por indivíduos com alguma formação profissional. Isto explica-se, em parte, porque as convulsões políticas da Europa em 1815 e a restauração da monarquia, posteriormente, expulsaram um importante número de "patriotas" que defendiam os ideais de liberdade. Foi assim que entre 1822 e 1833 entraram muitos italianos na Argentina embuídos desses ideais que formaram uma importante colônia italiana deixando suas marcas na sociedade argentina.

Também, a partir de 1820 e 1821, já podemos falar da existência dos primeiros assentamentos de italianos procedentes da região da Ligúria, especialmente genoveses, reconhecidos geralmente como sardos. Este termo era utilizado para indicar os súditos da casa de Sabóia que naquela época - em 1838 - contava entre seus domínios a Sardenha, o Piemonte, a Ligúria e a Sabóia, formando o Reino da Sardenha e Piemonte, enquanto que a palavra italiano designava tanto aos sardos como a outros indivíduos procedentes das regiões que não se encontravam submetidas ao domínio da casa de Sabóia.

Apesar da relativa importância da comunidade de origem sarda, quer seja de genoveses ou lígures, piemonteses ou saboianos, na sociedade portenha dos primeiros anos do século passado, muitos trabalhos dedicados ao seu estudo ressaltaram aspectos políticos e diplomáticos, sem no entanto destacar sua importância nas atividades econômicas. Além disso, os estudiosos da imigração italiana para a Argentina ocuparam-se com maior interesse pelo período da imigração em massa, deixando pouco espaço para estes primeiros grupos que não por ser numericamente reduzidos, eram menos significativos desde o ponto de vista sócio-económico-cultural como foi o caso dos lígures nas atividades fluviais.

Por exemplo, trabalhos como o de Niccolo Cuneo (1940) ou mais recentemente E. Scarzanella (1983) e Mario Nascimbene (1987)³ ocuparam-se de estudar aspectos sociais, políticos e econômicos explorando quase exclusivamente os relatórios dos consules sardos em Buenos Aires. Neste sentido, é importante assinalar que o barão Picolet d'Hermilion, nomeado em 1835 Consul Geral da Sardenha em Buenos Aires teve uma participação importante no restabelecimento das relações diplomáticas com o Reino de Sardenha após o reconhecimento da independência argentina por esse governo. Por isso, seus relatórios consulares sendo uma importante fonte para o estudo desta primeira fase da imigração italiana para a Argentina, foram amplamente aproveitados.

O historiador argentino Tulio Halperin Donghi (1954)⁴, abordou essas relações políticas e diplomáticas com base nas informações do barão Picolet d'Hermilion, que durante os doze anos de permanência em Buenos Aires - período que coincide com o longo governo rosista - deixou uma importante correspondência que manteve com o então ministro das Relações Exteriores do Reino da Sardenha, Conde della Margarita, pleno de referências ao governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas e aos aspectos políticos e sociais da época.

Mais recentemente, e dentro de outra perspectiva, os estudos realizados por Fernando Devoto (1991)⁵, um importante estudioso da imigração italiana para a Argentina, vem chamando a atenção para a necessidade de focalizar a diversidade e complexidade do fenômeno migratório rioplatense dentro de um marco tão complexo e pluralista como foi, também, a imigração italiana para a América. Dentro deste contexto, em seu estudo sobre Los orígenes de un barrio italiano en Buenos Aires, La Boca, 1830-1870⁶, afirma que o Rio da Prata se converteu desde a terceira década do século XIX num polo de atração para um importante número de italianos procedentes do Reino da Sardenha, norte da Itália - lígures particularmente - que antecipou-se em quase cinquenta anos ao movimento massivo de imigrantes italianos⁷.

A importância que o autor outorga a este grupo é a de ser um dos primeiros a inserir-se na sociedade argentina do início do século XIX com fortes características que o identificam* como um grupo social homogêneo. Além disso, o caso dos lígures chama a atenção para outro elemento importante dentro dos estudos migratórios, que é o da necessidade de localizar a origem do movimento italiano dentro das diversidades regionais e espaço-temporais que lhe deram origem⁸.

O autor identificou, também, alguns mecanismos que permitiram a construção de um espaço comum entre os italianos procedentes da Ligúria que chegavam ao Prata e que se articulou a partir do bairro de La Boca e em torno dos eixos fluviais dos rios Parana, Uruguai, Paraguai e Rio da Prata, onde exerciam suas atividades profissionais. Nestes mecanismos foram valorizadas as redes primárias como base de sustentação do movimento migratório lígure e do condicionamento espacial e profissional de seus integrantes. Com efeito, os dados do Censo de Buenos Aires de 1855 utilizados por Devoto permitem observar uma forte articulação familiar e uma identidade sócio-profissional entre os lígures do bairro de La Boca e a região italiana da Ligúria, consolidadas através de estreitas cadeias migratórias que se formaram a partir dos primeiros anos do século XIX e configuraram dentro da capital argentina um espaço urbano - o bairro de La Boca - cuja principal característica é a de uma grande coesão grupal⁹.

Como já fora comentado, o movimento migratório lígure teve uma íntima relação com os acontecimentos políticos ocorridos no Reino da Sardenha da década de 1820 a 1830. Porém, mais tarde, já podemos apontar outros elementos de ordem econômica e social que lhe deram continuidade. Com efeito, entre 1850 e 1870, a Ligúria passou por uma época de transição da navegação a vela à navegação a vapor o que provocou o declínio da pequena indústria naval ligada a construção de navios a vela e teve que acompanhar a estruturação e crescimento da indústria naval moderna que começava a incorporar a utilização do vapor. Numa região onde a maioria das pessoas se dedicavam a estas atividades é fácil imaginar suas consequências. Neste sentido, a década de 1860 a 1870 foi particularmente difícil pelo crescimento da desocupação operária que estava vinculada a esta indústria e pelos problemas sociais que dela decorreram¹⁰.

A imigração foi, portanto, uma saída para muita gente que se ocupava nessas atividades e o Rio da Prata um destino comum para muitos lígures das povoações ribeirinhas. Segundo estatísticas publicadas em 1858 no jornal *La Borsa*, de Gênova, um jornal de cunho liberal e favorável à imigração, havia nesse ano em Buenos Aires e Montevideú uns 80.000 lígures. Em 1874, esse número se elevava para 114.600 indivíduos procedentes da Ligúria. Além disso, e sempre tentando relacionar a vocação dos lígures de La Boca pela navegação, já desde muito tempo atrás a maior parte dos armadores da Ligúria dedicavam-se ao transporte de imigrantes para a América¹¹.

O clássico trabalho de Niccolo Cuneo (1940), historiador italiano que dedicou-se a este tema utilizando documentação consular existente no *Archivio di Stato di Torino* do Reino da Sardenha assinala, também, algumas estimativas sobre a população italiana proveniente daquele Reino para o período que vai de 1830 a 1870. Segundo esses dados, em 1838, havia uns 8.000 sardos residentes no Rio da Prata, sendo que em 1835 e 1836 residiam em Montevideú 2.000 sardos e a população genovesa de Buenos Aires chegava a uns 5.000 indivíduos. Dos 8.000 sardos citados por Niccolo Cúneo, 3.000 ocupavam-se do comércio de cabotagem e possuíam pouco mais de 600 embarcações que navegavam pelos rios platinos protegidas pela bandeira argentina. Como podemos observar, as quantidades apresentadas por Niccolo Cuneo e as publicadas pelo jornal *La Borsa*, não oferecem o mesmo panorama em relação ao número de imigrantes.

A adoção da bandeira argentina pelos sardos teve sua origem nos tempos do longo bloqueio francês ao porto de Buenos Aires (1846/48), que impedia o acesso de navios estrangeiros a esse porto. O governador de Buenos Aires na época, Juan Manuel de Rosas, admitia tácitamente o uso da bandeira argentina nas embarcações dos residentes genoveses e também dava a oportunidade de desertar dos navios sardos que estavam de passagem no porto de Buenos Aires aos marinheiros que tripulavam os navios dessa nacionalidade. A respeito disto Niccolo Cuneo referia que:

"... argentinos em apariencia, pero ligures en realidad, las naves de Génova recorrian sin ser molestadas todas las costas, con hombres indiferentes a aquello que acaecia na vida política interna, sin otra ambición que aquella del lucro, dividido en partes iguales entre los que transportaban las mercaderias (sardos) y aquellos que las traficaban luego (comerciantes locales)"¹².

Com efeito, os lígures, muitos dos quais já tinham experiência nas atividades vinculadas ao mar na região de origem chegavam ao Prata com a intenção de desertar dos navios atraídos pelos altos salários que ganhavam seus "paesanos" nas atividades fluviais em Buenos Aires. Para levar adiante seus planos reuniam-se na ilha Maciel, localizada frente ao bairro de La Boca e uma vez ali dirigiam-se às "pulperias", locais onde faziam contatos com outros lígures para conseguir trabalho na Argentina. Este processo, além de facilitar a deserção foi criando laços muito estreitos entre os lígures, propiciando os casamentos entre membros da comunidade, possibilitando o uso do mesmo dialeto (genovês), preservando e reproduzindo os valores culturais da região de origem e sobretudo favorecendo a formação de um núcleo importantíssimo de "homens de mar" nos arredores de Buenos Aires, na própria "Boca do Riachuelo", que por ser um pequeno rio chamou-se Riachuelo.

A importância que ia adquirindo a participação dos lígures no comércio de cabotagem e no de "grande cabotagem" com os países vizinhos, como o Brasil por exemplo, foi observada pelo consul do Reino da Sardenha ao referir-se a existência de uma numerosa comunidade lígure dedicada ao comércio e navegação que operava ativamente no Rio da Prata, no rio Uruguai, no rio Paraná e especialmente no comércio de cabotagem (ao qual se deve acrescentar o comércio com a Europa).

Domingo Faustino Sarmiento, referindo-se aos genoveses comentava: "...navegan las aguas del Plata los genoveses como patrones y tripulantes del cabotage..." "sin ellos no existiria el buque que ellos han creado, marinan y cargan..." "...las boticas las tienen los

italianos" y a su vez "... cultivan la tierra bajo el fuego de la baterias ...".

Ainda em 1870, chamando a atenção sobre os benefícios da imigração espontânea para o país e particularmente em relação aos ligures, Bartolomé Mitre dizia: "... a quién se debe el fomento de nuestra marina de cabotage y la facilidad y baratura de los transportes fluviales? Cuáles son los marineros que tripulan los mil buques que enarbolan en sus mástiles la bandera argentina y hasta los tripulantes de nuestros barcos de guerra? Son los italianos descendientes de los ligures... Gualeguaychú, el Uruguay, Corrientes, el Paraná deben su crecimiento a la inmigración espontánea de la Italia ... Rosario debe también a ellos su riqueza"¹³.

Mitre referia-se ao estrato mais modesto da população de imigrantes em Buenos Aires - integrado por genoveses - que eram a maioria. Uma minoria, entretanto, tinha conseguido forjar alguma fortuna antes de sua chegada ao país e outros após ter trabalhado alguns anos na Argentina. Este grupo estava integrado principalmente por piemonteses e saboianos, pois os genoveses, como vimos, chegavam ao país como marinheiros. Todavia, muitos também prosperaram e em pouco tempo ascenderam socialmente incorporando-se as camadas sociais mais altas.

Efectivamente, segundo C. Kroeber (1967)¹⁴ estes italianos que começavam como pilotos de rio, marinheiros ou proprietários de pequenas embarcações de rio, puderam fazer importantes fortunas e já nos meados do século XIX muitos italianos eram proprietários de terras e gado em Santa Fé, Paraná, Corrientes e na província de Buenos Aires - como Doderó, Giacinto Caprile, F. Delfino, Guastavino, A. Dunoyer, os irmãos Migone e Vincenzo Gianello, entre outros. A estes dados podemos acrescentar outros, pois, segundo o cônsul Carlo Belloc, havia uns 200 a 300 comerciantes, armadores e construtores navais que tinham formado consideráveis fortunas com as atividades navais. Não temos condições, ainda, de identificar se estes armadores e construtores navais já dedicavam-se a essas atividades na região de origem.

amarradas desordenadamente as pequenas e médias embarcações, bem como as velhas carcaças de navios. Esse porto era o refúgio e lugar de carregamento daquela numerosa frota de pequenas embarcações que transportavam desde o litoral fluvial lenha, pedras, madeiras para a construção desde o Paraguai, frutas, grãos e farinha de trigo e levando para o interior os produtos europeus que entravam pelo porto de Buenos Aires.

Como consequência dessas atividades foram surgindo armazéns, hotéis, casas de câmbio, teatros, lojas de comestíveis em geral, depósitos de mercadorias e adegas entre os inúmeros comércios existentes, cujos proprietários eram, em grande parte, genoveses. As atividades relacionadas com a indústria naval foram monopolizadas pelos sardos e ali concentrou-se a maioria destes estabelecimentos dedicados à importante indústria naval.

Embora o censo realizado em 1855 na cidade de Buenos Aires acusava para La Boca uma população estrangeira numerosa, integrada por vascos franceses, espanhóis, suíços além de criollos, os italianos eram maioria chegando a um 42% dos estrangeiros ali estabelecidos¹⁸. Este predomínio da população italiana de origem genovesa deu as características tão peculiares ao bairro, considerado o maior bairro italiano da cidade de Buenos Aires onde o dialeto genovês era o meio de comunicação por excelência entre seus moradores. Isto porque, 94 % dos 652 italianos registrados pelo censo de 1855 eram lígures procedentes da região costeira de Gênova e seu arredores. Efeitivamente, o viajante que chegava às praias argentinas nessa época, se surpreenderia se ouvisse alguma palavra da clássica língua de Cervantes uma vez que em seus ouvidos sómente soaria o duro e enérgico dialeto genovês.

Analisando alguns indicadores sociais no bairro de La Boca de acordo com os dados do Censo Nacional de 1869, estes nos revelam, também, a existência de uma grande concentração de imigrantes de origem ligure entre os estratos mais baixos. Além disso, 75% dos italianos que residiam em La Boca eram analfabetos. Todavia, esses

dados não mostram se esse índice de analfabetismo é referente à língua materna (o genovês) ou ao espanhol que tal vez poucos tiveram oportunidade de aprender.

As atividades profissionais que revela-nos o Censo de 1869, às quais dedicavam-se os lígures, eram as seguintes: marinheiros (era a atividade dominante), calafates, construtor de navios (encontramos um, Bartolomé Solari, 46), capitão de navio (um também, José Pinnasco, 37), aparelhador de navios, proprietário de navios (um, Domingo Costa, 40) e comerciantes (atividades que compartilham com os espanhóis especialmente). O censo acrescenta um dado importante, que 95% desses indivíduos eram casados. Isto revela, ao nosso ver, que La Boca não era apenas um bairro onde exerciam as atividades profissionais e sim, um lugar de residência da família. Relatos da época fazem frequentes referências à participação familiar nas atividades de navegação, quando as mulheres acompanhavam seus maridos nas viagens ou quando as mães encomendavam seus filhos, jovens e adolescentes, aos velhos marinheiros sardos para treiná-los na profissão de marinheiro.

Quanto ao lugar de origem regional dos imigrantes de La Boca registrados no censo são: Barigoli, Gênova, Nervi, Nápoli, Recco, Pelli, Barasso, Savone, Rapallo, Toscana e Bullasco? O Censo de 1895 acrescenta outros dados. La Boca tinha nesse ano, 38.164 habitantes dos quais 54% eram estrangeiros e destes 72 % eram procedentes da Itália. O número de marinheiros italianos ascendia a 1500, atividade que partilhavam com alguns alemães, austriacos, espanhóis, franceses. etc. Outras atividades vinculadas à navegação eram as de estivador, guarda-costa, "botero", calafate e agente marítimo (em geral exercida por argentinos). Todavia, ainda nessa data, a maioria esmagadora dos italianos era de marinheiros.

Desta maneira La Boca foi se transformando num bairro onde as atividades predominantes estavam relacionadas com a navegação, com a incipiente indústria naval e com o transporte de mercadorias pelos rios para o interior platino, setores onde foi predominante a presença dos lígures. Assim, os genoveses passaram a controlar uma importante

parte do transporte fluvial interno e outra importante parte do comércio internacional vinculando os mercados dos rios da Bacia do Prata com Buenos Aires e Montevidéu. Ainda poderíamos acrescentar que os ligures não se fixaram sómente no bairro de La Boca. Muitas pequenas povoações localizadas ao longo dos rios interiores argentinos - como San Nicolás, Paraná, Goya, Corrientes, Paysandú, etc. - foram a base para a formação de pequena colônias de imigrantes ligures dedicados às atividades artesanais e de comércio fluvial, afirma Devoto.

Embora no bairro de La Boca estabeleceram-se muitos imigrantes de diversos países da Europa, a maioria de sua população está constituída por italianos e seus descendentes. Hoje, a este mosaico cultural acrescentam-se muitos imigrantes provenientes dos países vizinhos - Uruguai, Paraguai e Brasil.

REFERÊNCIAS

- (1) GANDIA, Enrique de . Los primeros italianos en el Rio de la Plata y otros estudios historicos, Buenos Aires, Libreria de Garcia Santos, 1932, pp. 7-16.
- (2) NASCIMBENE, Mario C. Historia de los italianos en la Argentina, 1835-1920, Buenos Aires, CEMLA, 1987, p. 29.
- (3) CÚNEO, Niccolo. Storia dell' emigrazione italiana in Argentina, 1810-1870, Milano, Garzanti Editore, 1940; SCARZANELLA, E. Italiani d'Argentina, Venice, Marsilio, 1983.
- (4) HALPERIN DONGHI, Tulio. "Rosismo y Restauración Europea en los Informes del Consul Sardo en Buenos Aires, Baron Henri Picolet D'Hermilion (1835-1848)", Revista de Historia de América, número 37-38, México, jan. - dez, 1954, pp. 205-253.
- (5) DEVOTO, Fernando. "The Origins of an Italian Neiborurhood in Buenos Aires in the Mid XIX Century", The Journal o European Economic History, (18), 1, 1989, pp. 37-64.
- (6) Ibid, pp. 39.
- (7) SILBERSTEIN, Carina Frid. "L'Imigrazione italiana in Argentina in una raccolta di Fernando Devoto", Studi Emigrazione/Etudes Migrations", XXX, N. 109, 1993, pp. 147-153.
- (8) Ibid. p. 152.
- (9) ibid., p. 149.
- (10) FERRARI, Enrico Mario. "La Borza" di Genova e le origini del dibattito sull' emigrazione e le colonie. Un Altro Veneto, Saggi e Studi di Storia dell' emigrazione nei secoli XIX e XX, Emilio Franzina (org), Padova, Francisci Editore, 1983, p.229.
- (11) Ibid. p. 230.
- (12) NASCIMBENE, Mario. op. cit., p. 31.
- (13) ibid. p. 30.

- (14) KROEBER, Clifton. *La Navegación de los Rios en la Historia Argentina*, Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 115.
- (15) CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 91.
- (16) *Ibid.*, p. 93.
- (17) BUCICH, Antonio. *Los Viajeros Descubren la Boca del Riachuelo*, Buenos Aires, 1963, p. 23.
- (18) HALPERIN DONGHI, Tulio, *The Origins of ...*, op. cit, p. 47.
- (19) CENSOS Nacionales da República Argentina, 1869 e 1895, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

BIBLIOGRAFIA

- BUCICH, Antonio. **Los viajeros descubren La Boca del Riachuelo**, Buenos Aires, 1963.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX**, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- DEVOTO, Fernando. "The Origins of an Italian Neighbourhood in Buenos Aires in the Mid XIX Century", **The Journal of European Economy History**, (18), 1, 1989, pp. 37-64.
- DONGHI, Tulio Halperin. "Rosismo y Restauración Europea en los Informes del Cónsul Sardo en Buenos Aires, Baron Henri Picolet D'Hermilion (1835-1848)", **Revista de Historia de América**, N° 37-38, México, jan.-dez, 1954, pp. 205-253.
- FERRARI, Enrico Mario. "La Borza" di Genova e le origine del dibattito sull' emigrazione e le colonie. **Un Altro Veneto, Saggi e Studi di Storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX**, Emilio Franzina (org), Padova, Francisci Editore, 1983.
- KROEBER, Clifton. **La Navegación de los Rios en la Historia Argentina**, Buenos Aires, Paidós, 1967.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. "Un Ciclo Comercial en la Cuenca del Plata (1852-1920)", **Revista Complutense de Historia de América**, N° 18, Editorial Complutense, 1992, pp. 219-239.

NASCIMBENE, Mario C. **Historia de los italianos en la Argentina**, 1835-1920, Buenos Aires, CEMLA, 1987.

ORTIZ, Ricardo M. **Valor Económico de los Puertos Argentinos**, Buenos aires, Editorial Lozada, 1974.

SINDICALISMO NEOLIBERAL: UMA CONTRADIÇÃO EM TERMOS, UMA POSSIBILIDADE PRÁTICA

Patrícia TRÓPIA*

I. INTRODUÇÃO

A avalanche da ideologia neoliberal que tem assolado os países capitalistas - com maior ou menor resistência - parece envolver todas as atividades sociais. Desde as atividades estatais, ao tentar cumprir as metas e procedimentos "ditados" pela ordem do mercado, até os movimentos sociais estão hoje hegemonzados pelo neoliberalismo. O sindicalismo brasileiro não é exceção à regra. A resposta do sindicalismo brasileiro à avalanche neoliberal até meados da década de 80 foi resistir, mas a partir de 1987 - com a criação do chamado sindicalismo de resultados, e particularmente após 1991 com a criação da Força Sindical - foi aceitar o ideário neoliberal em muitos de seus aspectos. O conflito entre capital e trabalho passa a ser tomado como um dado natural da sociedade de mercado, vale dizer, da sociedade capitalista. E o próprio sindicalismo passa a ter como função "criar mecanismos que administrem este conflito e não tentar reprimi-lo ou suprimi-lo" (Medeiros apud Kandir, 1993:39).

Este processo de hegemonia que o neoliberalismo busca conquistar não se faz "de cima para baixo", nem sem resistências dentro da própria esfera sindical. Pensada a partir do conceito

(*) Professora convidada do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas - ICH, PUC-Campinas

gramsciano de hegemonia, a ideologia neoliberal impregna hoje amplos espaços sociais e atravessa todas as classes e frações de classe da sociedade brasileira. Neste sentido, o sindicalismo **praticado e defendido** amplamente pela Força Sindical, e menos defendido mas também praticado por alguns setores da CUT, é responsável por esta hegemonia - cujo processo de constituição ou mesmo de análise não cabe aqui desenvolver.¹

No caso da CUT, as mudanças nas bandeiras de luta, observadas a partir do IV Congresso de 1991, a experiência das câmaras setoriais e a participação no "pacto" pelas reformas constitucionais (particularmente na reforma da previdência social) durante o governo Fernando Henrique Cardoso, podem ser analisadas como práticas coincidentes com alguns aspectos neoliberais. Mas no caso da Força Sindical, seu ideário e sua prática deixam menos dúvidas quanto a natureza de sua política. Nas palavras de um estudioso daquela central sindical: "(...) as greves e mobilizações por fábrica (...) são naturais e fazem parte da visão dos sindicatos como instrumentos para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível" (Giannotti, 1994: 105). Para este autor a Força Sindical é uma central da era neoliberal.

Este artigo tem como objetivo discutir o sindicalismo neoliberal. Mais precisamente, procurarei mostrar que sindicalismo neoliberal é uma contradição em termos, mas uma possibilidade prática. Duas questões, de saída, me intrigaram: 1) qual o lugar do sindicalismo na doutrina neoliberal? 2) Como a Força Sindical assila a doutrina neoliberal?

O percurso adotado neste artigo tem, então, duas etapas. Na primeira parte, procuro discutir qual o lugar do sindicalismo, mais precisamente, da representação e da organização dos trabalhadores na doutrina neoliberal de Friedman e Hayek.² Num segundo momento, pretendo discutir qual o elo de unidade, ou o fator de aderência, entre aspectos doutrina neoliberal e as orientações e a prática da Força Sindical.

Há duas ordens de argumentos usadas pelos pensadores neoliberais, Hayek e a família Friedman, na crítica às corpora-

ções - pois é assim que os sindicatos são vistos.³ A primeira ordem de argumentação é teórica, ou seja, os neoliberais procuram demonstrar que os sindicatos contradizem a lógica mercantil e da livre iniciativa individual. Ou seja, as corporações constituem uma contradição com a lógica do mercado.

A segunda ordem de argumentos é empírica. Os neoliberais procuram mostrar que na prática os sindicatos são contraditórios com aquilo que postulam. Procuram mostrar que os sindicatos têm sido incompetentes em realizar os propósitos para os quais foram criados: eles não têm sido responsáveis pelos aumentos salariais; ao contrário, a médio e longo prazos acabam rebaixando os níveis salariais. Por outro lado, ao regulamentar as profissões, diminuem o número de empregados e de empregos, causando inclusive desemprego.

O sindicalismo não é o tema central da doutrina neoliberal. Entretanto, ele toca diretamente num dos pressupostos da doutrina liberal, qual seja, o preço ou o valor de uma determinada mercadoria: a força de trabalho. Apesar do caráter aparentemente secundário do sindicalismo no pensamento neoliberal, é unanimidade entre os críticos marxistas do neoliberalismo que ele teria ressurgido como um contraponto ao nefasto poder dos sindicatos.

“A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (Anderson, 1995:10).

Nossa intenção na primeira parte deste artigo é assinalar como a doutrina neoliberal concebe os sindicatos, vale dizer as corporações. Quais os argumentos que os neoliberais utilizam para refutar a existência dos sindicatos. Na segunda parte, trata-se de analisar qual a adequação da doutrina neoliberal ao discurso da Força Sindical. Os sindicatos, de acordo com aquele discurso, são concebidos dentro da lógica mercantil e assumem a função não de órgãos de conflito mas de cooperação entre capital e trabalho. Faremos, particularmente, uma discussão com outro estudioso do sindicalismo de direita - Vito Giannotti - para quem a Força Sindical é uma central neoliberal.

PRIMEIRA PARTE

II.1 Os argumentos teóricos da doutrina neoliberal

Qual o lugar dos sindicatos no pensamento neoliberal?

A resposta é: nenhum. Não há dentro da doutrina neoliberal, de acordo com os seus pressupostos, aceitação da existência de sindicatos. Vejamos.

No início do livro **Os Fundamentos da Liberdade**, Hayek (1983) define liberdade como ausência de coerção. Trata-se da possibilidade de agir de acordo com a própria vontade. A liberdade não é a possibilidade de escolher, como foi erroneamente definida, mas diante de alguma escolha não sofrer interferência de terceiros. Qualquer tipo de interferência à liberdade individual é uma coerção.

A liberdade refere-se à relação entre os indivíduos e é um conceito da esfera privada, enquanto o sindicalismo refere-se às liberdades políticas, mais precisamente, à livre vontade de associação e expressão liberdade individual e liberdade política são, para Hayek, conceitos de liberdade diferentes:

"A relação freqüentemente buscada entre essa concordância com a ordem política e liberdade individual é uma

das causas da atual confusão acerca de seu significado (...) Mas deve ficar claro que, se alguém estabelece essa identificação, se está referindo a um outro estado que não aquele no qual estamos interessados em nosso estudo" (Hayek, 1983: 8).

Defender a liberdade não significa, não obstante, contrapor-se à organização, desde que esta organização não seja exclusivista, monopólica e privilegiada. Toda a organização que emprega a coerção para impedir que outros tentem expressar ou organizar suas vontades individuais não é livre e, portanto, é um impedimento ao mercado. Continuemos a nossa análise.

Se liberdade é ausência de coerção, o que é coerção?

É o controle exercido sobre uma pessoa por outra, ou - o que no caso dos sindicatos é potencializado - o poder (legítimo, legal ou sancionado) de um grupo de pessoas sobre o indivíduo. A coerção é maléfica por que anula o indivíduo enquanto ser que pensa e avalia.⁴ "A coerção ocorre quando um indivíduo é obrigado a colocar suas ações a serviço da vontade de outro, não para alcançar seus próprios objetivos mas para buscar os da pessoa a quem serve"(Hayek, 1983:145-6). Se a restrição limita a livre iniciativa individual, o monopólio expolia dos indivíduos a própria liberdade de escolher: é o oposto da liberdade individual.

Mas porque os sindicatos são coercitivos?

A troca voluntária (mercado) constitui uma condição suficiente e necessária à prosperidade e à liberdade (Friedman, 1980). Tudo que impede que os preços expressem livremente as condições da oferta e da procura interfere na transmissão das informações precisas.

Os sindicatos são organizações que baseiam o seu poder no monopólio da representação de um certo grupo de trabalhadores. Este monopólio **restringe** o ingresso de indivíduos no mercado em geral (e no mercado de trabalho em particular), ou seja, como compradores e vendedores de força de trabalho. Ele pode distorcer as informações transmitidas (pelo sistema de preços) ou impedir que

as pessoas se comportem livremente (Friedman, 1980). Este monopólio é **coercitivo** pois expolia os indivíduos da própria evolução da natureza humana, geralmente usando da violência física (Hayek, 1983). Ao **restringir** e **coagir** os indivíduos, os sindicatos impedem a livre concorrência.

Portanto, os sindicatos estão baseados na vontade coercitiva, na medida em que impõem regras (limites, restrições, exclusões) e salários, enquanto o mercado está baseado na troca voluntária entre os indivíduos, na livre iniciativa individual, na vontade subjetiva de vender a força de trabalho. Como se não bastasse essa contradição, o poder coercitivo dos sindicatos é legalizado pelo Estado e apoiado pelos governos,⁵ replicam os neoliberais

Podemos então concluir que a rejeição aos monopólios privados (= sindicatos) se dá em função de duas oposições básicas para a doutrina liberal: liberdade X coerção (Hayek) e mercado X coerção (Friedman). Para Friedman o mercado é o resultado da ação cooperativa de um grande número de indivíduos, enquanto cada um deles cuida de seus próprios interesses. Enquanto este processo de cooperação voluntária pressupõe vantagens mútuas, não há coerção.

Por fim, a superioridade do mercado como mecanismo de expressão das vontades individuais, como realizador da livre iniciativa, é o argumento derradeiro usado pelos neoliberais na crítica às corporações. É a lógica mercantil, em oposição à lógica coercitiva e restritiva dos monopólios, quem ordena espontaneamente as atividades humanas. Mas o argumento desta superioridade do mercado é mais visível nos exemplos práticos dados pelos neoliberais. É o que veremos a seguir.

II.2 Os argumentos empíricos da doutrina neoliberal: *os defeitos práticos dos sindicatos ou o feitiço se volta contra o feiticeiro.*

Para além das tentativas de apontar a contradição entre os sindicatos e a sociedade de mercado, os autores neoliberais também

buscam refutar o papel que os sindicatos vem desempenhando atualmente. O ponto de partida de Hayek e Friedman é o reconhecimento do nefasto poder dos sindicatos na sociedade atual.

De onde deriva o poder dos sindicatos?

Este poder deriva fundamentalmente da crença na eficiência dos sindicatos. A eficácia dos sindicatos na sociedade capitalista americana é uma ilusão, afirma Friedman (1980), pois os sindicatos têm sido incompetentes na conquista de suas funções básicas.

Os sindicatos representam menos de 25% do total dos trabalhadores. Eles são reminiscências de um período pré-industrial quando os artesãos e mercadores organizavam-se em corporações de ofício e guildas.

As guildas tinham um caráter corporativo bem definido, na medida em que regulamentavam preços, o número de peças produzidas, as condições da produção, da troca, o número de artesãos, etc. É esse monopólio da produção e do comércio o grande problema que os atuais sindicatos herdaram das guildas.

Diante do dilema colocado por Friedman - os sindicatos são fortes porque seus membros são bem remunerados, ou seus membros são bem remunerados porque seus sindicatos são fortes? - a resposta é inequívoca: a primeira assertiva é a verdadeira. É a lei da demanda quem governa o preço dos salários. Quanto mais alto o preço, menos pessoas se disporão a comprar. No caso dos salários é essa regra (lógica concorrencial) que vale e ela é inversamente proporcional ao papel dos sindicatos. Estes têm procurado aumentar o preço da força de trabalho (busca de altos salários) justificando assim sua existência como um a organização que tem o monopólio da representação dos interesses dos trabalhadores. Ora, se levarmos em conta a lei da oferta, o aumento salarial acabará reduzindo o número de empregos e menos trabalhadores terão oportunidade de realizar as suas vontades, ainda que numa expectativa inferior à desejada.

Se o sindicato forte é responsável pelo aumento do desemprego, ele entra em contradição com a sua função. Trata-se de uma contradição lógica e comprovada na prática. Os salários aumentam, somente reforça Friedman, quando aumenta a produtividade. Neste caso, a produção aumenta. Os preços diminuem e mais pessoas podem comprar. Consequentemente, cresce o número de empregos e os salários aumentam.

Ao contrário, o controle sobre o preço da força de trabalho e sobre a jornada, afirmam, impede o aumento da produtividade e o aumento nas contratações. O feitiço se volta contra o feiticeiro.

Já para Hayek (1983), os sindicatos são ineficazes na representação dos interesses de todos trabalhadores, pois só podem servir a interesses setoriais e de grupos de trabalhadores. O interesse geral que advogam é impossível.

Os sindicatos só tem sucesso quando representam um número reduzido de trabalhadores, pois é em função daqueles que ganham menos e dos desempregados que os melhores salários podem ser mantidos.

O poder coercitivo dos sindicatos sobrevive em função da proteção legal, da legitimidade que os sindicatos ainda têm hoje, do mito da eficiência salarial e das sanções conferidas pelas leis e pelos tribunais às atividades sindicais. Os sindicatos jamais teriam alcançado êxito se não contassem "com o apoio de um público mal-informado e a ativa colaboração do governo" (Hayek, 1983:332).

Para os neoliberais quem então protege o trabalhador? Pressupondo que o empregador não paga o suficiente, quem realmente protege o trabalhador não são os sindicatos e sim a existência de outros empregadores para os quais pode trabalhar.⁶ Contrariamente, o empregador é protegido da exploração de seus empregados pela existência de outros trabalhadores que pode contratar.

O papel da livre concorrência (liberdade para oferecer e demandar) é o aspecto do mercado que deve reger as relações entre empregados e empregadores. É notadamente a livre iniciativa, a

liberdade de escolher - empregados e empregadores - a única lógica que realiza as vontades, que garante bons salários e bons trabalhadores.

Os sindicatos, concluem, são uma anomalia na sociedade de mercado, mas ainda infelizmente poderosos (Friedman, 1980:232-243). Adam Smith, em sua crítica às corporações contrapõe-as à livre concorrência e alertava para o perigo das associações ou reuniões de trabalhadores.

"Todas as corporações, bem como a maior parte das leis relativas a elas, foram implantadas precisamente para impedir essa redução dos preços, e conseqüentemente a redução dos salários e dos lucros, restringindo aquela livre concorrência que certamente haveria de conseguir esse objetivo" (Smith, 1983:136)...

"As pessoas que se dedicam a um mesmo negócio raramente se encontram, (...), sem que de qualquer modo a conversação deixe de acabar numa espécie de conspiração contra o público, ou em alguma combinação cujo objetivo seja o de aumentar os preços" (Smith, 1983:139).

De qualquer forma, advertem os neoliberais, se as leis não podem impedir a liberdade de associação, que pelo menos não incentivem as reuniões de produtores.

SEGUNDA PARTE

III. O ideário da Força Sindical: neoliberalismo

A Força Sindical é uma central sindical brasileira criada em 1991 como um contraponto à CUT. Uma de suas principais lideranças é Luis Antônio de Medeiros, sindicalista cuja trajetória política inicia-se no ex-PCB, passa pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde faz dupla com o ex-interventor e pelego Joaquinção e, a partir de 1987, participa com Antônio Rogério Magri da criação do sindicalismo de resultados. Em 1991, cria a Força Sindical.

Segundo Giannotti (1994), se o neoliberalismo explodiria no Brasil na era Collor, ao menos no plano sindical ela já tinha algum terreno no sindicalismo de resultados. A visão de sindicalismo que Medeiros passa a defender, após a eleição para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987 é o discurso da modernidade. Ser moderno é fazer um sindicalismo a favor do capitalismo, do lucro e da competitividade, da flexibilização das relações entre capital e trabalho. Defende, por outro lado, a abertura ao capital internacional e a privatização das empresas e serviços públicos e “quanto menos Estado melhor” (Giannotti, 1994:44).

Dentro do ideário do sindicalismo de resultados, o sindicato deveria deixar de ser uma organização político-ideológica na luta contra a exploração do capital. O sindicato é um negociador.

*“Todo sindicato que se preza faz parte da reprodução capitalista. Porque, qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível”.
(Folha de São Paulo, 23.8.1987)*

Mas como os trabalhadores podem conquistar melhorias nas condições de trabalho e nos salários?

Através de um sindicalismo pragmático, onde o que interessa é conquistar melhores salários e diminuir a jornada de trabalho. A relação entre sindicalismo e capitalismo, ou em outras palavras entre sindicato e mercado, é a seguinte para Medeiros e Magri respectivamente - apologetas do sindicalismo de resultados: capitalismo forte = sindicalismo forte. *“Se crio mercado interno, estou fortalecendo o capitalismo” (Folha de São Paulo, 23.08.1987).* *“Quanto mais forte for o capitalismo, mais forte é a pressão dos trabalhadores, e melhor a situação para negociar, está na hora de se lutar por um capitalismo do tipo japonês no Brasil” (O Estado de São Paulo, 29.8.87).*

A idéia básica, reforça Giannotti (1993), é a idéia liberal da lei da oferta e da demanda. Quanto mais lucro e mais produtividade, mais resultados os trabalhadores poderão ter. Só que para os liberais os resultados têm de ser **buscados individualmente**.

Enquanto as bandeiras - que Giannotti identifica como neoliberais - eram defendidas, o sindicalismo de resultados atuava na luta política concreta apoiando as posições do Centrão na constituinte: fim da estabilidade e da jornada de 40 horas, contra a reforma agrária. Além dessas bandeiras, outras duas, a defesa da privatização das empresas estatais e a abertura total ao capital estrangeiro, foram sistematicamente defendidas. Destas bandeiras guardaremos uma particularmente: o fim da estabilidade no emprego do funcionalismo público.

A consagração do ideário neoliberal, após a criação da Força Sindical, é a publicação de um livro **Força Sindical - Um projeto para o Brasil, a proposta da Força Sindical**, em 1993. Organizado pelo economista Antônio Kandir, que participou da equipe econômica de Zélia Cardoso de Melo, durante o governo Collor, e que atualmente é ministro do planejamento de Fernando Henrique Cardoso, este livro revela a defesa de certos aspectos, que podem ser identificados com a doutrina neoliberal: a redução do papel do estado, o fim das empresas estatais, a privatização dos serviços públicos e o fim dos monopólios estatais.

Um episódio revela a orientação da Força Sindical na cena política brasileira. A greve geral de 21 de junho de 1996 motivada pela escalada de desempregos tinha como bandeira: 'PARE PARA QUE O BRASIL POSSA TRABALHAR'. Entretanto, uma outra reivindicação motivava a participação da Força Sindical em uma greve geral - procedimento sindical rejeitado em princípio por esta central. A greve geral deveria pressionar o Congresso Nacional a votar a Reforma Constitucional. Entre os itens da reforma mais reivindicados pelos sindicalistas da Força Sindical destacam-se o fim da estabilidade no emprego, o fim da aposentadoria especial para professores e funcionários públicos - atacados como "privilégios" nos discursos que antecederam a greve geral.⁷

A identificação deste ideário da Força Sindical e do Sindicalismo de Resultados ao neoliberalismo é feita por Giannotti

(1994). O livro programa da Força Sindical *"defende a redução do papel do estado, fim das empresas estatais, privatização dos serviços públicos, fim dos monopólios da eletricidade, petróleo e telecomunicações e abertura total ao capital externo com a distinção entre capital nacional e estrangeiro"* (Giannotti, 1994).

Identificar os pressupostos neoliberais com aqueles defendidos pela Força Sindical exige, entretanto, alguns questionamentos. Reduzir o papel do estado, por exemplo, tem o mesmo significado para a doutrina neoliberal e para a Força Sindical? Vejamos.

Para Friedman é papel do governo proteger os membros da sociedade de qualquer forma de coerção. O único bem público, a única forma de coerção aceita é a segurança pública. Cabe também ao governo investir em algumas obras públicas que ultrapassam o interesse privado (Friedman, 1980).

No livro Força Sindical - **Um projeto para o Brasil**, a reforma do estado ali defendida cobra que o estado se volte, **"prioritariamente**, para suas funções sociais básicas e para suas funções de normatização, fiscalização e de correção das desigualdades econômicas e sociais do Brasil" (Kandir, 1993:144, grifos nossos).

Sem a pretensão de responder com o rigor que a questão exige, pode-se apontar uma identificação na medida em que para os liberais não há incompatibilidade entre o Estado "oferecer maior segurança auxiliando na organização do sistema de previdência social e a preservação da liberdade individual" (Hayek, 1990: 124).

Na visão dos liberais estas desigualdades são justamente inerentes à sociedade de mercado. Eles reconhecem que o Estado de direito "produz desigualdade econômica. (...) Diante disso a manutenção das políticas sociais compensatórias como forma de amenizar as desigualdades geradas pela formalidade do Estado de direito é compatível com as políticas liberais, desde que a organização de tais serviços não torne ineficaz a concorrência entre setores da vida econômica" (Xavier, 1996:112).

Se é correto que os neoliberais compatibilizam Estado e políticas sociais, o mesmo não pode ser dito acerca do papel dos sindicatos. A existência de sindicatos é contestada pelos neoliberais, tanto como monopólio coercitivo da livre concorrência dos preços da força de trabalho, quanto como fonte de poder coercitivo legal - protegido pelo estado. O monopólio é uma degeneração do livre mercado.

Como qualificar então a prática e a orientação da Força Sindical?

A inadequação entre os pressupostos neoliberais e a existência de sindicatos ou centrais sindicais não significa, entretanto, uma contradição prática. Ou seja, apesar de fundadas em pressupostos diferentes é possível apontar aspectos coincidentes entre a doutrina neoliberal e as orientações da Força Sindical.

A concepção de que as relações sociais e de trabalho são regidas pela lógica do mercado; a visão de que a concorrência é um dado natural da sociedade; a defesa do estado mínimo e a necessidade de flexibilização nas relações de trabalho são, entre outras, coincidentes entre a doutrina neoliberal e o ideário da Força Sindical.

Por último vale destacar que se no plano das orientações é possível tal identificação, no plano prático a Força Sindical vem se mostrando verdadeiro baluarte do neoliberalismo. No recente episódio da greve geral de 21 de junho de 1996, enquanto os discursos da CUT buscavam aglutinar os trabalhadores em torno do desemprego estrutural, os discursos de Medeiros e Paulo Vieira da Silva (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - maior base da Força Sindical) batiam respectivamente pela urgência na votação das reformas constitucionais e na crítica aos privilégios dos funcionários públicos. Com um artifício fundamentalmente fragmentador, o já corporativo sindicalismo brasileiro tem agora no artifício da competição entre os trabalhadores o seu mais novo mecanismo. Não é aleatória a crítica dos trabalhadores do setor privado aos do setor

público; a crítica dos trabalhadores aos aposentados, a crítica dos aposentados do setor público aos aposentados do setor privado; e por fim dos desempregados aos que têm emprego. Cenário difícil para organização de uma greve geral? Cenário ideal para a hegemonia neoliberal.⁸

CONCLUSÃO

IV. Sindicalismo neoliberal: uma contradição em termos, mas uma possibilidade prática.

Baseando-nos na doutrina neoliberal escrita por Friedman e Hayek poucas dúvidas restam quanto às possibilidades de ação dos sindicatos na sociedade de mercado, ou no Estado de Direito. Tomado como instituição coercitiva por excelência, o sindicato é uma contradição com a ordem da sociedade de mercado. A coerção é o inverso, o avesso da liberdade individual. E como para os liberais a liberdade não ocorre sem o mercado livre, sem conseqüentemente um mercado de trabalho livre de restrições, de regulamentações profissionais e salariais, e de coerção governamental, ele não pode se realizar. Liberdade que pode até assumir algumas definições para Hayek, mas que inexistente na presença de qualquer elemento restritivo - legal, legítimo, ou sancionado.

Neste sentido, seria incorreto afirmar que a Força sindical, ou o sindicalismo, é neoliberal. Para o pensamento neoliberal, o sindicalismo é um impecilho ao desenvolvimento das liberdades individuais, à livre iniciativa. Tal qual todas as formas de poder coercitivo - e aí refere-se às experiências planificadoras e ao Welfare-State -, ele é o responsável pela imbernada liberal, pelo desvio da humanidade de sua natural evolução a felicidade ao alcance de todos (Hayek, 1983).

A absoluta rejeição dos principais expoentes da doutrina neoliberal ao sindicalismo é coerente com as idéias de seu principal inspirador. Para Smith, as corporações são perniciosas fundamentalmente porque aumentam os preços, porque interferem na lei da oferta e da procura e, porque incitam uma perigosa reunião: a dos produtores.

Entretanto, a Força Sindical adequou-se às políticas neoliberais defendendo-as no plano ideológico e prático.

Se o neoliberalismo rejeita a organização sindical, a Força Sindical, na leitura de Giannotti, tem cumprido seu papel de destruir o sindicalismo combativo e reivindicatório, pois as medidas econômicas e sociais do neoliberalismo levam à anulação da função dos sindicatos. "Vão neste sentido a terceirização, o serviço precário e temporário, a desregulamentação das relações entre capital e trabalho com o fim dos direitos coletivos (...)" (Giannotti, 1993:109). Se o neoliberalismo, como afirmou Anderson (1995), ressurgiu como um contraponto ao movimento sindical em particular, e ao avanço do movimento operário em geral, ele encontrou em alguns segmentos do sindicalismo brasileiro, particularmente na Força Sindical, seu principal instrumento.

NOTAS

(1) Ver neste sentido as análises de Armando Boito Jr., *Revista Crítica Marxista*, vol. I, no. 3, 1996, p. 80-105.

(2) Os textos de Milton & Rose Friedman utilizados nesta discussão acerca do sindicalismo neoliberal são: os capítulos 1, 2, 7, 8 e 10 do livro *Liberdade de Escolher* (1980). Os textos de Hayek estão contidos nos livros: *Os Fundamentos da Liberdade* (1983) e *O Caminho da Servidão* (1977).

(3) Friedman (1980), parafraseando Adam Smith (1983), chama os sindicatos de guildas, que eram associações de artesãos típicas da fase pré-industrial.

(4) Não cabe nos limites deste artigo discutir a única forma de coerção tolerável: o Estado.

(5) Discutiremos no item II.2 a origem do poder coercitivo dos sindicatos, segundo Hayek.

(6) Vale observar que neste nível de argumentação, ao mesmo tempo em que os neoliberais criticam as funções dos sindicatos, apontam para a superioridade da lógica mercantil. Em outros termos, se o aumento de salários não ocorre em função dos sindicatos - como eles

próprios se arrogam -, ele só pode ocorrer em função do livre mercado de trabalho.

(7) Uma fonte mais detalhada das justificativas da Força Sindical para o fim a aposentadoria por tempo de serviço e as aposentadorias especiais ver, **Força Sindical - Um projeto para o Brasil**, op. cit., p:183-202.

(8) O projeto do doutorado - acima citado - tem como tema as bases sociais do sindicalismo de direita no Brasil. A possibilidade de fazer um discurso inflamado contra os privilégios da estabilidade e da aposentadoria dos funcionários públicos, como fez a Força Sindical no episódio da greve geral parece estar relacionado ao fato de que menos de 10% de sua base é composta por funcionários públicos. Segundo nossa hipótese, predominam metalúrgicos e comerciários da cidade de São Paulo cujo padrão dominante são pequenas e médias indústrias e o pequeno comércio. A relação entre esta base e o neoliberalismo deverá ser explorada durante a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo" in: Emir Sader (org.). **Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p:9-23.
- BOITO Jr., Armando. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil", in: **Revista Crítica Marxista**, vol. I, no. 3, 1996: 80-105.
- FRIEDMAN, Milton & Rose. **Liberdade de escolher**. São Paulo, Editora Record, 1980.
- GIANNOTTI, Vito. **Medeiros visto de perto**. São Paulo, Scritta Editorial, 1994.
- HAYEK, F.A. **Os Fundamentos da Liberdade**. Brasília, Ed. UNB, São Paulo, Visão, 1983.
- HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- KANDIR, Antônio (org.) **Força Sindical - Um projeto para o Brasil**. São Paulo, Ed. Geração editorial, 1993.
- SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.
- XAVIER, Uribam. "Neoliberalismo como uma visão de mundo ", in: **Universidade e Sociedade**, Ano VI, nº 11, junho de 1996: 110-120.

RESENHA

Glaura Maria Miné Paiva LEONE*

Arnaldo LEMOS FILHO

Os Catolicismos Brasileiros

Editora Alínea, Campinas, 1986

“Não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação que não peça que se encontrem causas e consequências. É isto que faz o que constitui para nós este fazer sentido mesmo que possa divergir em cada caso”.¹

O livro é um estudo de sociologia da religião. Contudo, a citação acima no nosso entender, adequa-se ao trabalho em questão pois na primeira parte do livro, além do autor desenvolver uma reflexão sobre a diversidade dos catolicismos brasileiros, enfocando de forma crítica a visão de cientistas sociais e historiadores, discorre, em igual circunstância, a respeito de fatos históricos do catolicismo da cidade de Itapira e busca inserí-los na sociedade global dando sentido aos mesmos.

De acordo com Brandão, o autor inova pois trabalha o catolicismo institucional de dentro para fora, procurando através da análise das estruturas das paróquias itapirenses olhar a diversidade ideológica, a diversidade de catolicismos.

(*) Mestre em Ciências da Religião e Professora do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas - ITCR da PUC-Campinas.

Por outro lado, apresenta-nos sua suposição que explica por que apesar da diversidade não há o esfacelamento do catolicismo itapireense e como o catolicismo preserva sua unidade. Assim, utiliza-se da análise conceitual de Peter Berger, Gramsci e Bourdieu, para enunciar que a unidade do catolicismo é aparente. Esta unidade deve-se à capacidade do catolicismo incorporar diferenças em sua formação histórica e presente, no nível de sua organização e ideologia.

O autor adverte-nos que o plano ideológico não se reduz às divergências de linhas doutrinárias, constituindo-se, igualmente, de conflitos estruturais, consequência da situação da quebra de monopólio em plano diocesano e paroquial.

Deste modo, segundo Lemos, percebe-se, em Itapira, o que se vê em toda sociedade brasileira. Numa primeira fase, a passagem de um monopólio absoluto da religião católica para uma situação de concorrência com outros grupos religiosos e não religiosos e, depois, a passagem de um monopólio absoluto de uma paróquia para uma situação de concorrência entre duas paróquias.

Essa colocação, em um primeiro instante, possibilita-nos interpretarmos a realidade paroquial itapireense como mero reflexo da sociedade global. Entretanto, em outros momentos do trabalho, Lemos ressalta a singularidade do universo religioso itapireense através de fatos históricos como o processo de surgimento da Igreja Católica Brasileira e a festa de São Benedito, tradição da cidade.

Presumimos, assim, que o autor resgata a singularidade das paróquias itapireenses mas adverte-nos que seus limites são, em última instância, determinados pela cultura e próprio tempo em que estão inseridas.

Ao descrever sobre a singularidade das paróquias itapireenses, o autor também pressupõe que o catolicismo em plano local seja determinado pela prática e discurso de seus agentes oficiais. Neste sentido, analisar o discurso do padre significa analisar a própria realidade paroquial.

No nosso entender seria importante relativizar esta afirmação pois em alguns momentos do trabalho há indícios que apontam ser o discurso do padre dissonante dos leigos. Na Igreja São Benedito, por exemplo, leigos desenvolveram a renovação paroquial sem a participação do vigário.² Portanto, acreditamos que ao estudarmos o discurso dos vigários no interior paulista estamos analisando a representação dominante da realidade paroquial.

Outro momento do livro a ser comentado é aquele onde o autor descreve o monopólio religioso do vigário de Nossa Senhora da Penha (1934-1954) em Itapira. Segundo Lemos, na década de 30, ocorrem profundas mudanças na sociedade brasileira. Novos segmentos da sociedade ascendem ao poder político afetando o catolicismo em termos gerais. Aqui abrimos um parêntese para colocarmos uma outra visão do processo da "Revolução de 1930", que não invalida as principais considerações do autor a cerca do assunto mas, colabora para a reflexão proposta. Alguns historiadores interpretam criticamente este período. Proferem que houve um novo arranjo da classe dominante no poder, relevando não terem ocorrido grandes mudanças na sociedade da época e por fim dizem ter sido o processo de 1930 um golpe e não uma revolução.³

Contudo, Lemos analisa que durante a década de 30 a Igreja Católica sofreu grandes alterações no Brasil decorrentes ao processo de Romanização, liderado por D. Leme, promovendo, para muitos, a construção de uma nova cristandade.

No nosso entender, as considerações acerca do golpe de 1930 bem como das mudanças ocorridas na Igreja Católica reforçam o que Bourdieu, através da leitura de Lemos, nos alerta: O discurso religioso não deve ser compreendido como reflexo direto das estruturas sociais⁴.

Um aspecto secundário do livro que merece algumas considerações é o qual salienta a predominância das mulheres em todas as paróquias itapirenses, fruto do processo de Romanização.

Em consonância à visão do autor, sociólogos como Nunes ressaltam que a incorporação da mulher no projeto reformador da Igreja, dá-se em razão de sua pretensão de diminuir o poder do laicato masculino e fortalecer o clero. Mas, a autora, diferente de Lemos avança em suas considerações e ressalta que a Igreja logrou parcialmente seu propósito de enquadramento e controle dos fiéis. Resistências a este controle são pontuadas no decorrer da história demonstrando que a dinâmica eclesial é um processo contraditório⁵.

Por fim, é indiscutível a contribuição deste trabalho para as Ciências Sociais e para a História, pois além do autor defender a hipótese da unidade aparente do catolicismo, nos propõe diversas questões que permitem comentários, ora pela densidade da análise ora pela riqueza de informações e ainda, em alguns instantes, na busca de uma interpretação diversa a do autor.

NOTAS

(1) SINGER, Paul - apud ORLANDI, Eni P. - Terra a Vista. Discurso do Confronto: velho e novo mundo, p-9.

(2) Arnaldo, LEMOS FILHO - Os Catolicismos Brasileiros, 1996, p-119

(3) Edgar, S. DE DECCA em seu livro, 1930 O silêncio dos vencidos, interpreta a revolução de 1930 como produção da memória histórica dos vencedores.

(4) Arnaldo, LEMOS FILHO -op. cit - p-155.

(5) Maria José, F. ROSADONUNES - Mulheres e Catolicismo no Brasil: Uma questão de poder interface do Sagrado em véspera de Milênio-1996.

BIBLIOGRAFIA

DECCA, Edgar S. de. **1930 O silêncio dos vencidos**. São Paulo : Brasiliense, 1984.

LEMOS FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. Campinas : Alínea, 1996.

QUEIROZ, José J. et al. **Interfaces do Sagrado**. São Paulo : Olho D'Água, 1996.

Conselho Editorial

Agenor José Teixeira Pinto Farias
Juleusa Maria Theodoro Turra
Lea Carvalho Rodrigues
Lília Inés Zanotti de Medrano
Patrícia Vieira Tropa
Paulo José de Andrade Pacheco

Comissão Editorial

Agenor José Teixeira Pinto Farias
Antonio Carlos Pinheiro
Lília Inés Zanotti de Medrano

Thales de Andrade

A ESFERA TÉCNICA E O AMBIENTE: ALGUMAS QUESTÕES
TEÓRICAS

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: PERSPECTIVAS E
POSSIBILIDADES

Antonio Carlos Pinheiro

O ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL

José Graziano da Silva

REFORMA AGRÁRIA

Mirza Pellicciotta

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO URBANA
DE CAMPINAS

Rui Ribeiro de Campos

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PENSAMENTO DA
GRÉCIA CLÁSSICA

Lilia Inés Zanotti de Medrano

IMIGRAÇÃO E TRABALHO: OS ITALIANOS E A NAVEGAÇÃO
FLUVIAL NO CONTEXTO PLATINO (SÉCULO XIX)

Patrícia Vieira Trópia

SINDICALISMO NEOLIBERAL: UMA CONTRADIÇÃO EM
TERMOS, UMA POSSIBILIDADE PRÁTICA

RESENHAS